

n. 35 2021

**SOUZA EAD**  
**Revista Acadêmica Digital**



**Periodicidade - Mensal**



# INDICE

**Editorial** **03**

**Praça dos Martires: Sua História e Revitalizações.** **04**  
Costa, Andressa Isaias da Silva. Págs. 04 – 19

**Empreendedorismo em Tempos de Crise.** **20**  
David, Carlos Roberto Braçoforte; Bertola, Liliana Martino. Págs. 20– 29

**A Importância da Teoria-Prática para Melhor Aprendizado da Física e Matemática.** **36**  
Menezes, Gildaiane Guilhermina de Miranda Rocha; Vieira, Adriana Silene. Págs. 30 – 36

**Sociologia Digital: A Importância de Uma Nova Sociologia na Educação Básica.** **37**  
Silva, Kátia Keylly Feitosa da. 37– 47

**Análise Swot como Ferramenta na Gestão Estratégica de Pessoas.** **48**  
David, Letícia Ferreira. Págs. 48 - 56

**A Contribuição do Atendimento Educacional Especializado e Psicopedagógico aos Alunos Com Síndrome de Down.** **57**  
Souza, Mônica Pereira de. Págs. 57– 65

**O Ensino de Geografia no Brasil: História e Perspectivas.** **66**  
Viana, Raquel Ferreira. Págs. 66 - 77

**Vulnerabilidade Social Brasileira e os Direitos Sociais: Uma Análise sobre o Princípio da Vedação ao Retrocesso Social em Contraste ao Princípio da Reserva do Possível.** **78**  
Cerqueira, Ricardo Dias. Págs. 78– 89

**O Trabalho Feminino Durante a economia da Borracha na Amazônia Brasileira.** **90**  
Costa, Shirley de Oliveira; Guilarducci, Tardiane Costa Neiva. Págs. 90 – 98

**O Trabalho do Interprete de Libras na Educação Fundamental I e II: Um Estudo de Caso..** **99**  
Jesus, Vagner Luís de. Págs. 99 – 110

## **Editorial**

### **EDUCAÇÃO FINANCEIRA: A CHAVE PARA O FUTURO DO BRASIL**

Nesses últimos anos, o mundo vem sendo chacoalhado por um caos econômico e financeiro de proporções únicas. Desde a Quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, e da crise dos mercados imobiliários, de 2008, nunca vimos uma situação tão desesperadora como desse início de década, agravando-se mais com o flagelo do Covid-19 e suas mutações. Toda a situação tem causado um verdadeiro terremoto nas finanças em todos os países da Europa e América Latina.

No Brasil, o cenário é ainda pior e sustentado por um turbilhão de escândalos de corrupção generalizada, desde a classe política à guerra dos poderes no governo e dos servidores corruptos aos cidadãos desonestos. Promovendo uma crise moral, econômica e financeira, um colapso geral, com a queda das bolsas, desempregos em massa, diminuição da renda dos brasileiros e, conseqüentemente, a redução do consumo e das demandas por produtos e serviços. Com isso, famílias se desestruturam, empresas lucram menos e muitas delas, por falta de recursos, encerrarem suas atividades. Podemos atribuir grande parte desse caos econômico e financeiro a um só agente: a falta de conhecimento de Finanças, que, conforme definição do dicionário Aurélio, é a "ciência e a profissão do manejo do dinheiro, particularmente do dinheiro do Estado". A ignorância do analfabetismo financeiro tem aleijado nossa nação. O desconhecimento do real valor do dinheiro, de acúmulo de riquezas, sobre investimento e liberdade financeira, o estado de apatia e letargia do povo, apenas fortalecem os interesses de governantes corruptos que empobrecem a nação, fazendo mal-uso da máquina pública e dos seus recursos, produzindo escassez de renda, diminuição dos postos de trabalho, educação precária e saúde deficitária. A Educação Financeira alicerçada nas três dimensões de finanças: conhecimento, atitude e mudança é uma necessidade que ruge aos brasileiros. Não queremos ser invejados apenas por nossas riquezas de solo e subsolo, mas por sermos um povo cômico de suas potencialidades e saberes.

A mudança do Mindset de crescimento dos brasileiros, além de quebrar o ciclo da ignorância financeira, abrirá portas para um mundo de novas possibilidades, de transformação de crenças limitantes em oportunidades, de criação de novos hábitos e atitudes, de uma educação mais realista, de expansão do empreendedorismo individual e coletivo e de geração de renda. A Educação Financeira é, certamente, o caminho mais rápido, para o enriquecimento sustentável das famílias e do crescimento econômico e financeiro do país.

Contudo, é preciso entender que a educação financeira não é um investimento de curto prazo, como um dinheiro que aplicamos hoje e nos rende um juro amanhã, e sim, uma escolha. Alternativa essa, que vai depender dos esforços de todos os atores, para que juntos possamos fazer jus ao símbolo nacional de "Gigante pela própria natureza, És belo, És forte, impávido colosso, E o teu futuro espelha essa grandeza... Dos filhos deste solo És mãe gentil, Pátria amada, Brasil!"

**Marcos Alexandre Souza**  
**Diretor Geral da Faculdade Souza**

# PRAÇA DOS MÁRTIRES: SUA HISTÓRIA E REVITALIZAÇÕES

Costa, Andressa Isaias da Silva<sup>1</sup>

## RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo discorrer sobre a história da Praça dos Mártires -a praça mais antiga da cidade- seu ápice declínio e revitalização. O artigo aborda o antes e depois da fundação da praça (primeiramente chamada Passeio Público), qual a função social da praça durante suas diferentes eras. E a relevância desse tipo de espaço para seus visitantes. Para isso foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre a praça, comparações sobre diferentes estudos e em diferentes épocas e por fim uma análise das melhorias alcançadas nos anos mais recentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Praça dos Mártires, Passeio Público, Lazer.

## INTRODUÇÃO

Segundo o Anuário do Ceará atualmente existem trinta e um bens tombados pelo município de Fortaleza onde doze, ou seja, a maioria fica no centro da cidade. O bairro abriga muita história e pode-se dizer que é um dos centros culturais mais visitados embora os visitantes em sua maioria estejam apenas de passagem ou à trabalho.

Ainda no Centro, mais precisamente na rua Doutor João Moreira ao lado da Santa Casa de Misericórdia fica localizado o Passeio Público uma praça que hoje é patrimônio tombado e que fez parte do processo de modernização de Fortaleza, durante a Belle Époque, entre 1850 e o início do século XX, marcado pela influência francesa na arquitetura e urbanização, entre outras áreas. Embora o logradouro tenha recebido vários nomes como Campo da Pólvora, Largo da Fortaleza, Largo do Paiol, Largo do Hospital de Caridade e Praça da Misericórdia o nome oficial é Praça dos Mártires, nomeada em 1879 pela Câmara Municipal de Fortaleza (Secultfor, 2020). A praça é um verdadeiro exemplo de como monumentos históricos podem ser adaptados durante gerações.

Toda uma geração nascente, ávida de emoções, cansada de uma vida sedentária e monótona, ia espairar no Passeio Público aos domingos e quintas-feiras, gratuitamente, sem ter que pagar dez tostões por uma entrada, como no teatro e no circo” (Caminha, 1893)

O Passeio Público é tombado em nível federal pelo Decreto-lei 25 de 30/11/1937 e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), sendo mantido pela Prefeitura de Fortaleza, através da Secretaria Executiva Regional do Centro de Fortaleza

---

<sup>1</sup> Bacharel em Turismo pelo Centro Universitário Estácio do Ceará.

## **PASSADO HISTÓRICO DA PRAÇA DOS MÁRTIRES**

Segundo Azevedo (2005) a atual Praça dos Mártires foi primeiramente urbanizada em 1874. Uma parte de três níveis, destinados às classes rica, média e pobre. Já Diógenes (2006 apud Alano ,2013) complementa dizendo que a praça na realidade já teria sido planejada na década de vinte do século XIX pelo então presidente da Província do Ceará, Felix de Azevedo. Mas foi em 1864 que se iniciou a construção do Passeio Público no Largo da Fortaleza ou Campo da Pólvora, que era a primeira praça da povoação, na gestão do presidente da Província Doutor Fausto Augusto de Aguiar, compreendendo três planos, o atual e outros dois mais abaixo, hoje tomados pela Avenida Marechal Castelo Branco (Avenida Leste-Oeste).

(...)em sua origem, não passava de um vasto areal em rampa, que descia da rua da Misericórdia (Dr. João Moreira) até a praia, então ainda próxima. Mantivera-se inóspito e íntegro durante longo tempo por temor de explosões, pois a área fora ocupada pelo paiol da pólvora da fortaleza da Assunção, até quando este foi removido para o alto do morro do Croatá (Castro ,2009)

Antes de se tornar uma das praças mais conhecidas da cidade o local era conhecido como Largo do Paiol ou Lugar da pólvora por causa das execuções que ali aconteciam devido a proximidade com o quartel e pela existência de um paiol de pólvora onde hoje é Santa Casa de Misericórdia.

Em 28 de outubro de 1836, no largo do Paiol, ou campo da Pólvora, mais tarde Passeio Público, às oito horas da manhã, o carrasco conhecido por "Pareça" enforcou os seis negros, trazidos como escravizados, que se amotinaram contra a tripulação do brigue-escuna "Laura II" (...)Havia outro patíbulo, usado para enforcamentos, também no largo da Pólvora, mas este foi destruído anteriormente por patriotas revoltosos em 25 de maio de 1831. (Netto, 2014)

Menezes (2006) cita o primeiro registro que se tem em ata oficial comprovando a já existência do Passeio Público provavelmente feita pouco depois de sua construção.

(...) visto como quando se tratou de fazer as obras do aformoseamento da praça da municipalidade (hoje Praça do Ferreira), se teve em vista fazer dela uma espécie de passeio público, mas como hoje o governo empreendeu à custa da província um belo passeio e jardim público na praça entre o quartel e o hospital de caridade e nos barreiros da fortaleza até a cadeia nova e praça adjacente, julgo morta esta ideia primitiva de passeio na dita praça (Menezes, 2006)

Liberal ainda comenta sobre a origem do Passeio público como um reflexo da sociedade imperial brasileira.

Nas cidades do Brasil Imperial, por imitação da Corte fluminense, surgiram novas e amplas áreas arborizadas

e ajardinadas, oferecidas ao público e fruídas por uma população avidamente voltada à aquisição de hábitos ditos civilizados, tantas vezes permeados com modos de comportamento de viés romântico. Por força da dimensão dos espaços requeridos por esses programas paisagísticos, os passeios ou jardins públicos nasceram da intervenção física ou da recomposição ambiental de vastas glebas urbanas devolutas(...) (Liberal,2009)

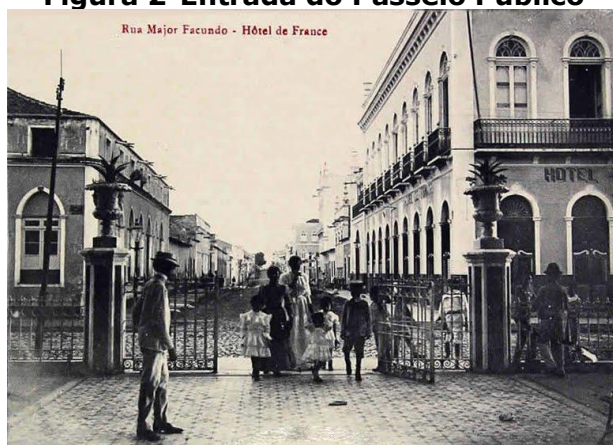
Segundo Netto (2014) após o início do processo de construção do Passeio Público, em 1879 o português Tito Antônio da Rocha tomou a iniciativa e modernizou o lugar construiu um coreto abriu um ringue de patinação, trouxe a banda do 15º Batalhão para tocar aos domingos, criava e premiava competições, construiu uma avenida cimentada, ergueu uma caixa-d'água que inclusive existe até hoje e fez outros melhoramentos, como a construção de uma escada entre o primeiro e segundo plano.

**Figura 1-Escadaria do segundo plano-1907.**



Fonte:Nirez

**Figura 2-Entrada do Passeio Público**



Fonte:Nirez

Depois de finalizadas as obras, o Passeio Público foi inaugurado em 1881. Ao longo de alguns anos segundo historiadores e memorialistas foi se acrescentando estatuárias e ornamentos. Nogueira (1954) diz por exemplo que no terceiro plano, um pouco acima do nível do mar, foi escavado um lago artificial alimentado pelas águas do riacho Pajeú que hoje já não existe mais, no segundo pavimento, que atualmente abriga a garagem da 10ª Região Militar, possuía pitangueiras,



pitombeiras, fontes de água potável e um cassino com mesas de bilhar.

Em 5 de julho de 1881, inaugurar-se-ia, então, em Fortaleza, um Passeio Público, em três planos/avenidas, com larga vista para o mar. Área ajardinada, arborizada, embelezada por réplicas de esculturas clássicas, jarrões, lago artificial (...)divididos e utilizados, posteriormente, conforme as classes sociais frequentadoras: avenida Caio Prado para a elite; avenida Carapinima para a classe média e a avenida Mororó, a "rampa", para os operários e prostitutas, local onde se encontravam também animais como emas e veados. (Netto, 2014)

Em outras palavras a elite da cidade ficava com o plano mais alto do Passeio Público mais longe do mar e apenas o observando de longe. A avenida Caio Prado foi inaugurada em Abril de 1888 em homenagem, ao Presidente da Província, falecido no mesmo ano, também nomearam a Praça em frente à Catedral Metropolitana.

A avenida Caio Prado tinha o aspecto fantástico de um terraço oriental onde passeavam princesas e odaliscas sob um céu de prata polida, com suas filas de combustores azuis encarnados e verdes(...) senhoras de braço dado em toaletes garridas, iam e vinham ao macadame, arrastando os pés, ao compasso da música (Caminha, 1893)

### Figura 3- Família na Avenida Caio Prado



Início do séc. XX. Fonte: Nirez

No campo intermediário ficava a classe média nas palavras do poeta Ramos Cotoco (2006) "Carapinima, dos brancos escuros, do primo, da prima, das capas bordadas, do velho burguês das lindas viúvas do povo cortez". E no último plano já próximo a praia ficava a classe mais pobre, Embora todos frequentassem basicamente o mesmo lugar, era um local onde se podia ver de forma estrutural a sociedade fortalezense.

Na figura a seguir temos em destaque - o atual Passeio Público e em tracejado - os antigos segundo e terceiro planos.

Figura 4- Planta do Passeio Público



Fonte: Planta Cadastral da Cidade, PMF, 2001-2002.

É fato que o logradouro passou por modificações e foi adaptando-se de acordo com os hábitos de seus visitantes. Com a chegada do século XX temos a primeira partida regular de futebol da cidade mais precisamente no ano de 1904, organizada por ingleses recém chegados. Abaixo trecho de matéria publicada no Diário do Nordeste:

O cenário não poderia ter sido outro. Há exatos 110 anos, no Passeio Público, pela primeira vez, uma bola rolava em Terras Alencarinas. Em dezembro de 1903, um navio inglês ancorou em Fortaleza. A delegação inglesa ia praticar o futebol na Argentina, onde já era um pouco conhecido. Os fortalezenses fizeram uma recepção. E a delegação, para agradecer, organizou uma partida de futebol, no 3º Plano do Passeio Público. (Xerez,2013)

## **O DECLÍNIO E A CHEGADA DO SÉCULO XX**

Apesar de continuar sendo lugar de destaque e situar-se no coração da cidade, não tardou muito para que surgissem mais opções de lazer na cidade, pelo menos foi o que ficou bem evidente no início do século vinte e se acentuou na década de vinte com o surgimento do cinema, como por exemplo o Majestic e Moderno, inaugurados em 1917 e 1922, respectivamente, havia outras praças que disputavam a atenção das pessoas, clubes também começaram a atrair público e enfim o Teatro José de Alencar, cujas obras foram concluídas em 1910.

Em 7 de setembro de 1921 foi inaugurado no centro da cidade, na rua Major Facundo, o cine Moderno, com a projeção do filme "Carmen". O prédio, em *art nouveau* tinha uma estrutura belíssima, com duas grandes e largas torres e, na entrada, uma marquise de vidros coloridos. (...) Nos anos 20, o público do antes concorrido Passeio Público, atraído pela novidade do cinema, passou a deslocar-se para a praça do Ferreira, onde



no entorno também o comércio se tornou mais sortido de opções de convívio. (Netto,2014)

A alameda Caio Prado do primeiro plano foi a única a resistir, sintetizando a história da Praça mais antiga de Fortaleza. Segundo Benedito (1999) a população do centro passou a ocupar bairros como Jacarecanga, Benfica, Praia de Iracema e Aldeota bairros hoje em dia ocupados pela população de classe média. O Centro começava também a se tornar um centro para negócios e comércio, deixando a zona habitacional de lado. A partir da década de trinta escritores e colunistas começavam a manifestar o abandono do Passeio.

(...)deveras lamentável o abandono em que deixámos o nosso Passeio Público, tão belo, tão higiênico, tão deleitável. Bafejado pelas auras marinhas, encravado numa proeminência donde se descortina uma perspectiva soberba, estava fadado a ser, sempre, um dos logradouros preferidos pela elite fortalezense, como já o foi em tempos passados. (...) Só rendemos culto a novidade (Morais, O Povo, 1933)

A transformação territorial do logradouro começou gradualmente com o desaparecimento do terceiro plano para dar lugar a uma termoelétrica inglesa, a fim de alimentar os bondes da cidade que costumavam ser de tração animal. "Os fortalezenses já haviam esquecido o lago romântico, formado com as águas do Pajeú(...) trocado pelos feios e negros galpões, pelas caldeiras, pela elevada chaminé da usina da Ceará Light" (Castro, 2009). Não há nada que resista ao tempo e se o resistir sempre acaba se adaptando. E não seria diferente com os espaços públicos. Apesar dos lamentos de cronistas e memorialistas da época, era fato que o que acontecia iria ocorrer mais cedo ou mais tarde devido à natureza humana de sempre querer progredir, e procurar formas melhores de viver e porque também não de lazer.

Por conta da crescente prostituição e por causa das 'casas de pensões', as tradicionais retretas, realizadas nos logradouros da área central, aos poucos foram se esvaindo e em 1948, tentou-se reavivar a praça com a volta da banda do Exército mas a população não sentia mais segurança (Américo,2006). Já na década de sessenta o segundo plano foi cedido ao Exército, a fim de acolher obras militares de emergência, embora atualmente esteja ocupado com edificações de porte (Castro,2009). E é assim até os dias atuais conforme figura abaixo:

Figura 5- 10º Comando da Região Militar



O antigo segundo plano e atual região militar. Vista do alto do Passeio Público, pode-se ver o mar também na foto ao topo. Fonte: acervo da autora.

## **A CHEGADA DO SÉCULO XXI E AS REVITALIZAÇÕES**

Vários estudos foram realizados sobre a praça mais antiga da cidade, muito antes da reforma de 2007, onde podemos perceber um total abandono por parte do poder público e da sociedade em geral. Mas afinal como o Passeio Público de certa forma pôde sobreviver por todos esses anos? Alano (2013) em sua pesquisa cita as pequenas reformas realizadas durante a década de 80 e 90, porém nenhuma delas pareceu de fato revitalizar o lugar, isso só viria a acontecer na reforma de 2007.

“O primeiro registro de recuperação encontrado foi em 1985, quando o Departamento de Cultura do Município pede autorização ao órgão de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) para recuperar o teto do quiosque que foi, então, danificado pelas fortes chuvas (...) Em 1986, é firmada a parceria entre a PMF e SPHAN/FNPM para restauro do Passeio no ano seguinte. Em dezembro de 1987, é assinado o contrato pelos órgãos responsáveis pela obra(...) A obra, então, é iniciada em 1988 e se estende durante até quase o fim do ano e mesmo assim não foi restaurado em sua totalidade como diz o ofício de nº 55/91, escrito pelo arquiteto Fernando Pereira Barbosa. (Alano, 2013)

Américo (2006) em seu artigo discursa sobre os visitantes do Passeio em sua época, parece que a velha política das divisões sociais de certa forma permaneceu porém de uma forma nova, em diferentes

territorialidades.

Durante o dia identifica-se a presença de uma diversidade de atores sociais que dividem os espaços da praça, pois além das prostitutas, encontram-se também ali as crianças de rua, os vendedores ambulantes (de balas, cafés, cigarros, etc), além de grupos de evangélicos, cada um deles definindo suas diferentes territorialidades(...) De acordo com a pesquisa de campo, os citados grupos de atores sociais costumam ocupar a área central desse logradouro (...) As fronteiras são mais rígidas quando se trata do território da prostituição, devido às disputas pela clientela. Isso não exclui o fato dessas mulheres manterem um convívio "amigável" no local. (Américo, 2006)

Jornais da época também noticiavam sobre o abandono como peças e placas roubadas e nem sequer era iniciada uma investigação para apurar os casos.

Uma estátua de bronze, que remete à mitologia e retrata a figura de um fauno (metade homem e metade animal), está desaparecida desde 2006. Ela estava fixada no Passeio Público, ou Praça dos Mártires, e o registro de ter sido suprimida ocorreu bem antes da última reforma, empreendida pela Prefeitura de Fortaleza(...), em 2007. (Diário do Nordeste, 2008)

Alano (2013) complementa "A estátua do fauno que estava posta em cima da fonte a direita da praça, continua desaparecida desde 2006 e a réplica que seria feita até agora não foi criada". Segundo Régis Lopes diretor do Museu do Ceará em 2007 em entrevista ao Diário do Nordeste a degradação da Praça não se deu simplesmente com a tomada do espaço pelas prostitutas. "o que aconteceu é que o Passeio Público deixou de ser uma praça com uma função pública, a exemplo do que aconteceu com outras praças da área central de Fortaleza". Furtos, como de uma porta (de um equipamento onde funcionou a 145ª Junta do Serviço Militar), eram comuns ocorrer em plena luz do dia, conforme flagrante feito pelo Diário do Nordeste. Além de furtos de luminárias, jarros e os postes de ferro estilizados. O mato tomava conta dos canteiros, bem como já não se encontrava mais as placas indicativas de monumentos e até mesmo do baobá (árvore centenária plantada por Senador Pompeu em 1910).

### **A REVITALIZAÇÃO DE 2007 e 2019**

Finalmente depois de mais alguns anos, foi feita a revitalização do espaço, não só físico, mas social também. A Prefeitura juntamente à FUNCET com a colaboração da Casa Cor e AMC iniciou os restauros e reforma da Praça dos Mártires

Muda o Perfil dos visitantes da Praça dos Mártires (Passeio Público), após a reforma do logradouro. Não foi com um estalar de dedos. O fato é que o Passeio Público, de lugar inseguro e associado a um mercado de sexo, voltou a ser local confiável para boa parte da população. As obras se estenderam por dois meses e tiveram um custo acima de R\$

800 mil, (...)atualmente, o perfil do frequentador é distinto, mas há moradores e turistas que descobriram belezas e encantos, além de se contar com policiamento, num espaço que se configura como cartão postal de Fortaleza. (...)O espaço foi entregue recuperado à população no último dia 6 de outubro, em solenidade aberta ao público (...) (Diário do Nordeste, 2007)

A prefeitura investiu R\$225 mil na revitalização que consistiu basicamente na recuperação do quiosque, dos monumentos, do gradil, dos bancos, das fontes, um novo projeto de iluminação e a recuperação do jardim. Uma quantia R\$ 45.000, foi doada em tinta e jardinagem pelo Instituto Cor da Cultura. O gasto com iluminação, à cargo da AMC, é da ordem de R\$ 600.000. A socialização não ficou de lado de acordo com o site oficial da Prefeitura de Fortaleza a programação cultural do Passeio gira em torno do “quiosque que funciona como café-restaurante e é aberto ao público, diariamente, para almoço.” Aos sábados, a partir de meio dia, tem a feijoada com chorinho e nos domingos, famílias podem aproveitar a manhã para curtir a programação do Piquenique, que a cada edição oferece diferentes atrações.

A praça começou a ser palco também para o entretenimento infantil como contação de histórias como diz o Diário do Nordeste (2012) “Em meio à contação de histórias em forma de cantigas, crianças e adultos interagem e brincavam em um domingo típico de animação no Passeio Público.”

### **Figura 6- Contação de histórias**



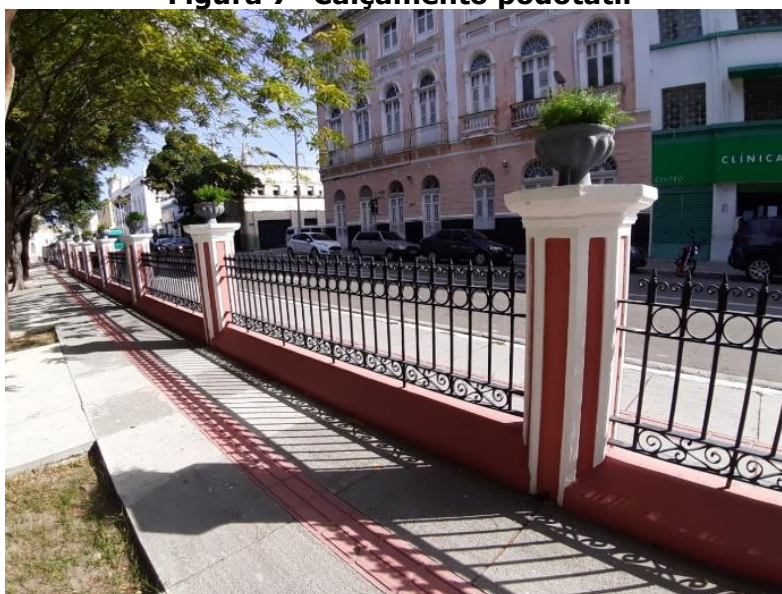
Fonte: Diário do Nordeste (2012)

E em tempos mais recentes uma opção segura de carnaval para o público infantil com apresentações lúdicas e músicas. Porém devido aos recentes acontecimentos como o isolamento social em razão da pandemia, a visita a praça e locais públicos diminuiu bastante, e não seria diferente com a Praça dos Mártires durante esse período não houve qualquer programação cultural, porém em outubro de 2020 houve a mais recente reforma da praça.

Entregue em outubro de 2020, a nova Praça dos Mártires, (...) teve paisagismo renovado, elementos históricos e estátuas restauradas, melhorias em acessibilidade e calçadas requalificadas. Maior e mais abrangente ação de restauro do espaço, a obra teve investimento de R\$ 939.162,22. Todos os reparos dos elementos históricos, como estátuas, caixa d'água, muretas, foram realizados segundo diagnóstico elaborado pela Coordenadoria de Patrimônio Histórico e Cultural da Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza (Secultfor). (Secultfor,2020)

Quanto à acessibilidade foram colocados pisos podotáteis para os deficientes visuais, como é possível ver na figura 7. A praça possui duas entradas: a principal que dá para a Rua Dtr. João Moreira e uma secundária na Floriano Peixoto, porém não tem movimento nessa rua pois é fechada. Existe uma rampa lá que pode servir de acesso para deficientes físicos, porém seria mais eficiente se a rampa fosse localizada na entrada do passeio, e não na esquina da rua como se pode ver na figura 9. Além disso entra a rampa e o portão mais próximo existem árvores que podem dificultar ou impossibilitar a passagem de uma cadeira de rodas.

**Figura 7- Calçamento podotátil**



Fonte:Acervo da autora

**Figura 8- Portão principal**





Figura 1-localizado na rua Dtr João Moreira, esse portão não possui rampa de acesso. Fonte: acervo da autora

### Figura 9-Rampa



Localizada na Floriano Peixoto próximo ao cruzamento com Dtr.João Moreira.Em destaque a rampa e a seguir o caminho para chegar ao portão lateral. Fonte: acervo da autora

Uma das mudanças realizadas na última reforma também foi o entorno da estátua do gladiador que recebeu placas em homenagens aos mártires da Confederação do Equador, o que é algo bem significativo tendo em vista que apesar do nome oficial-Praça dos Mártires- não havia até então nada que referenciasse esse fato histórico na praça.

### Figura 10-Gladiador e as placas dos mártires





Figura 2-À direita o gladiador à frente das placas dos mártires circulado graficamente para melhor visualização. Do lado esquerdo vemos duas das seis placas. Fonte: acervo da autora.

Vale destacar também que a estátua do Fauno citada anteriormente por Alano continua desaparecida não foi substituída, e parece não haver planos de ocupar o lugar dela na fonte, no seu lugar permanecem as mesmas pedras.

**Figura 11- A fonte do fauno**



Fonte: acervo da autora

**Figura 12: Colagem com estatuário da Praça**



Fonte: acervo da autora.

Na primeira foto vemos a esfinge da rua Caio Prado, no centro não há consenso de qual deusa se trata, porém a maioria dos memorialistas acreditam ser Diana, repare no detalhe azul na perna, provavelmente algum reparo em andamento. E a última é Vênus de Milo. A falta de identificação do estatuário persistiu durante todas as reformas da Praça, a placa com uma breve explicação sobre o Baobá não foi substituída desde seu desaparecimento por volta de 2006. Atualmente o quiosque continua a receber seus visitantes, porém com os devidos cuidados devido a pandemia do novo coronavírus, na figura abaixo uma recente cartilha de programação cultural da Secultfor, onde é feito o convite para conhecer o lugar e apreciar uma boa refeição ao som de música.

**Figura 13- Print da Programação Cultural de Fortaleza**



Figura 3-O Passeio reconquistou seu espaço e hoje é abrigo de cultura e lazer.  
Fonte: Página na web da Prefeitura de Fortaleza.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível ver que muito mudou na praça desde sua fundação até os dias atuais, muitos memorialistas descrevem a Praça como ponto de encontro, de lazer, e expõe sua rica história que se entrelaça com a história de Fortaleza. Pesquisadores também falaram sobre esse tema expondo os problemas da praça. No começo do século XX o problema com o abandono, no século XXI, além do abandono: a insegurança, a falta de reformas e o vandalismo. E nos anos mais recentes percebe-se uma melhora significativa e substancial na revitalização desse espaço, na reintegração do logradouro ao lazer da cidade. A praça dos mártires é sem dúvida um diferencial no centro de Fortaleza, por localizar-se em um bairro comercial e acaba se tornando um refúgio e um ponto de encontro para muitos visitantes.

## REFERÊNCIAS

- ALANO, Juliette Cynara Solon. **Praça dos Mártires: as mudanças após a revitalização de 2007**. Trabalho de conclusão de curso, Centro de ensino superior do Ceará, Faculdade Cearense, 2013.
- BARROSO, Gustavo. **À Margem da História do Ceará**. Editora: Fortaleza Imprensa Universitária do Ceará, Fortaleza, 1962.
- BENEDITO, Francisco. **Caminhando por Fortaleza**. Editora: Destak Gráfica, Fortaleza, 1999.
- CAMINHA, Adolfo. **A normalista**. Editora FTD, São Paulo 1983.
- COTOCO, Raimundo Ramos. **Cantares Bohêmios**. Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

NETTO, Raymundo. **Centro o "coração" malamado**. Secultfor, Fortaleza, 2014.

NOGUEIRA, Carlos Eduardo Vasconcelos. **Tempo, progresso, memória: um olhar para o passado na Fortaleza dos anos trinta**. Dissertação (mestrado) em História Social, Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

NOGUEIRA, João. Fortaleza Velha: crônicas. 2 ed. Edições UFC/PMF, Fortaleza, 1980.

SILVA, Elizete Américo. **Espaços públicos e territorialidades: as praças do Ferreira, José de Alencar e o Passeio Público, Fortaleza-CE**. Dissertação (mestrado) em Geografia, Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

FONTES (ARTIGO DE JORNAIS E REVISTAS)

Revista Instituto do Ceará 1924. **Tomo Especial 1924,-Primeiro Centenário da Confederação do Equador**. A Confederação do Equador no Ceará - Parte Cronológica. Fortaleza, 1924.

CASTRO, José Liberal de. **Passeio Público: espaços, estatuária e lazer**. Artigo. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 2009.

NIREZ. Miguel Ângelo de Azevedo. Álbum Fotográfico de Fortaleza Antiga. **Cronologia Ilustrada de Fortaleza** - Roteiro para um turismo histórico e cultural. Fortaleza, 2001.

**Passeio Público: berço de uma grande paixão**. Jornal Diário do Nordeste. Artigo disponível em <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/jogada/passeio-publico-berco-de-uma-grande-paixao-1.793608>. Acesso em Dezembro de 2020.

**Programação Cultural 21 a 27 de Dezembro de 2020**. Secretaria de Cultura de Fortaleza, Prefeitura de Fortaleza. Disponível em [https://www.fortaleza.ce.gov.br/images/Cultura/PROGRAMA%C3%87%C3%830/Programa%C3%A7%C3%A3o\\_Secultfor\\_21\\_a\\_27.12.pdf](https://www.fortaleza.ce.gov.br/images/Cultura/PROGRAMA%C3%87%C3%830/Programa%C3%A7%C3%A3o_Secultfor_21_a_27.12.pdf). Acesso em Janeiro de 2021.

**Passeio Público esquecido**. Jornal Diário do Nordeste. Artigo disponível em <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/passeio-publico-esquecido-1.440580>. Acesso em Dezembro de 2020

**Estátua desaparece do Passeio Público**. Jornal Diário do Nordeste. Artigo disponível em

<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/estatua-desaparece-do-passeio-publico-1.623416>. Acesso em Novembro de 2020.

**Passeio Público Volta à cidade.** Jornal Diário do Nordeste. Artigo disponível em <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/passeio-publico-volta-a-cidade-1.389121>. Acesso em Novembro de 2020.

**Contos infantis animam dia no Passeio Público.** Jornal Diário do Nordeste. Artigo disponível em <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/contos-infantis-animam-dia-no-passeio-publico-1.588584>. Acesso em Janeiro de 2021.

Jornal o Povo, 1933.

# EMPREENDEDORISMO EM TEMPOS DE CRISE

David, Carlos Roberto Braçoforte<sup>2</sup>  
Bertola, Liliana Martino<sup>3</sup>

## RESUMO:

Este artigo, tem como objetivo, apresentar um estudo sobre empreendedorismo, que possa fortalecer a confiança dos empreendedores, no desafio de fazer permanecer suas empresas e seus negócios, no desafio de fazer permanecer suas empresas e seus negócios, no atual momento de pandemia. O tema abordado é o empreendedorismo em tempos de crise, onde o objetivo desse estudo é mostrar a importância do conhecimento sobre empreendedorismo, marketing e finanças, para evitar o encerramento de negócios e empresas, como consequência da crise mundial instalada por conta da COVID-19, assim como para a abertura de novas empresas mesmo durante ou após a pandemia. A metodologia utilizada neste estudo foi a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, chegando-se a conclusão que o conhecimento de empreendedorismo, utilizando as ferramentas de marketing e da gestão de finanças, com aplicação na gestão de negócios, coopera de forma positiva tanto na permanência das empresas e negócios em tempos de crise, quanto na superação das dificuldades econômicas, e a rápida recuperação das atividades por empresas de produtos e serviços, de alguns seguimentos.

**PALAVRAS CHAVE:** Empreendedorismo. Marketing. Finanças. Negócios. Gestão.

## INTRODUÇÃO

Como empresário do setor de cursos e treinamentos, senti o impacto da quarentena em minha vida e nos meus negócios, o que me levou a pensar de como seria possível sobreviver financeiramente em tais condições, salvar minha empresa, manter renda suficiente para atender todas as necessidades familiares e pagar as despesas comerciais. Utilizando de minha experiência em outros momentos difíceis, aplicando conhecimentos específicos e observando as ações de outros empreendedores, tomei atitudes assertivas, executei um plano de relançamento da empresa e foi um sucesso. Sucesso, que perdura até este momento, do dia 31 de dezembro de 2020. Foi desse período de enfrentamentos e desafios, que

---

<sup>2</sup> Tecnólogo em Gestão de Segurança Pública e Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos pela Unisul – Universidade do Sul de Santa Catarina, Pós-graduado em Especialização em Docência no Ensino Técnico pelo Senac – Universidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial,. E-mail: carlos@bracoforte.com.br

<sup>3</sup> Pedagoga pela UEMG- Universidade do Estado de Minas Gerais, Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, E-mail: professoraliliana@faculdadesouza.com.br



entendi a importância de escrever um artigo sobre o tema empreendedorismo em tempos de crise.

Nesse estudo, foram pesquisadas literaturas específicas, teorias da administração, conceitos e técnicas da ciência da administração. Pretende-se através do resultado do estudo, mostrar a importância do empreendedorismo em tempos de crise, como o conhecimento de administração, marketing e finanças é fundamental na gestão dos negócios, o uso consciente das ferramentas da administração específicas das áreas de gestão de negócios, gestão de marketing e gestão financeira, para o sucesso do pequeno empreendedor de produtos e serviços.

O isolamento social, como uma estratégia de contenção da proliferação do Coronavírus, tem o objetivo de reduzir a contaminação por exposição, diminuindo assim o número de mortes, de doentes e de hospitalizados. Em especial, essa ação estratégica orientada pelo governo federal, governo estadual e governo municipal, prejudicou a economia no Brasil, gerando consequências previstas e imprevistas na economia nacional. A necessidade de seguir diretrizes da Organização Mundial da Saúde – OMS, atingiu de forma considerável a maneira de se empreender no Brasil, levando ao fechamento definitivo de milhares de empresas com a perda de milhares de postos de trabalho, impactando todas as camadas sociais. No atual momento, ainda não se tem o fechamento de todas as pesquisas, que mostram o número real do prejuízo nacional, mas apurou-se que até outubro de 2020, 716.000 empresas fecharam as portas de acordo com a Pesquisa Pulso Empresa: Impacto da COVID-19 nas Empresas, realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e publicado em 16/07/2020. Esse número corresponde a 1,300 milhões de empresas que estavam com as atividades suspensas ou encerradas na primeira quinzena de julho, sendo que 522.000 empresas, afirmaram ao IBGE, que o fechamento foi causado pela pandemia. O impacto afetou todo os setores, sendo que o comércio (39,4%) e os serviços (37%), foram os mais atingidos. Depois da crise da COVID-19, 98,88% dos negócios que encerraram definitivamente suas atividades, foram as empresas de pequeno porte. O mercado de trabalho, como era de se esperar, também foi atingido. Até a última semana de julho de 2020, 12,4 milhões de pessoas foram afetadas pela taxa de desocupação, que chegou a 13,1%, segundo dados divulgados pela PENAD COVID-19 (Versão de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Realizada com o apoio do Ministério da Saúde).

Com a crise sanitária, o retorno ao comércio e aos serviços, gerou o aparecimento de novos produtos e serviços, além de novos empreendedores oriundos do desemprego formal e da mudança de atitudes e ações por parte dos empresários que inovaram, se adaptaram ou se transformaram na forma de produzir e vender produtos e serviços. Novas oportunidades e novas formas de negócios surgiram em meio a crise e boa parte dos empreendedores que se recuperaram no momento, pretendem se manter no mesmo formato de negócio, mesmo após a crise. Outros pretendem retomar as vendas de produtos e serviços que tinham

antes, somando com os novos produtos e serviços que administram no momento, gerando um maior volume de vendas, a recuperação da receita e o aumento de seus lucros. E pode-se prever por evidências, que um número expressivo de empreendedores, tanto experientes como novatos, vão retornar após a crise ou no momento atual da crise, com novos empreendimentos, graças a novas ideias e novas oportunidades, considerando a natureza empreendedora que é notória no povo brasileiro. No entanto, apesar de elementos motivadores no atual cenário para o mercado e da visão promissora que se tem do novo normal para o ano de 2021, sabe-se, por meio de pesquisas, que muitos empresários não conseguirão se manter, se estruturar ou crescer em meio a crise ou fora dela, sem uma gestão especializada para administrar, gerenciar ou empreender. Os conhecimentos de Empreendedorismo, Marketing e Finanças, se tornam ainda mais necessários para contribuir de forma positiva com a nova trajetória do empreendedorismo no país. Podem ser úteis como estímulo, suporte, motivação e disciplinamento dos empreendedores em qualquer ramo de negócio, independentemente do porte. O conhecimento técnico, para o empreendedor, independe do tamanho do empreendimento que esteja em recuperação ou lançamento. Conhecimentos são necessários para a gestão dos empreendedores, que aceitam o desafio de superar e vencer na crise.

### **A IMPORTÂNCIA DO EMPREENDEDORISMO**

O empreendedorismo gera crescimento econômico, bem-estar social, emprego, renda e facilita a vida das pessoas através de produtos e serviços. Existem dois tipos de empreendedorismo, o empreendedorismo que ocorre movido pela necessidade e o movido por oportunidade. Ambos os tipos exigem empreendedores com conhecimento, habilidades técnicas e planejamento. Como o empreendedorismo gera imediatamente emprego e renda, seu sucesso depende de gestão, tendo como base os conhecimentos e as práticas do campo da administração de empresas. Empreendedores, que utilizaram dos conhecimentos de administração, extraídos das áreas de gestão de negócios, gestão de marketing e gestão financeira, aplicando ferramentas de gestão, com planos de negócios bem elaborados, foram os que tiveram bons resultados em meio a crise. Os processos de gestão, não são um conjunto de decisões baseadas no "achismo" de um profissional muito experiente, mas em conhecimentos e ferramentas cientificamente comprovadas, para alcançar os objetivos organizacionais em curto, médio ou longo prazo. Para empreender, é necessário adquirir conhecimentos de gestão e aplicar esses conhecimentos no negócio, contratar mão de obra treinada para produzir produtos e serviços de qualidade. A aquisição de conhecimento para empreender ou para produzir, também está relacionada a importância do empreendedorismo, porque gera busca por fornecedores de cursos e treinamentos, movimentando indiretamente a economia de diversos outros setores.

No empreendedorismo o conhecimento é indispensável, a criação de novas empresas, alavanca a busca por educação profissionalizante,

principalmente nos cursos de curta duração, tanto para qualificar os empreendedores, quanto para qualificar mão de obra específica. Além de provocar também, o retorno de pessoas para a educação escolar de nível médio, técnico e superior.

Observa-se, que o empreendedorismo se mostra como vital para o fortalecimento de um país, gerando riqueza para estados e municípios através de impostos, promovendo inclusão social, melhorando a qualidade de vida das pessoas, criando oportunidades e prosperidade, não importando o tamanho do negócio. O empreendedorismo gera para os governos, os recursos financeiros que são investidos em moradia, educação, saúde e segurança. Tudo isso deixa bem evidente a importância do empreendedorismo, bem como a necessidade de se incentivar o empreendedorismo no Brasil.

### **EMPREENDEDORISMO NA PRÁTICA**

No Brasil da pandemia, foram fechadas 866 mil empresas, por conta do imediato impacto causado na economia por conta da COVID 19. No entanto, foram abertas 2,8 milhões de empresas de janeiro a outubro, segundo o Ministério da Economia, deixando um saldo de 1,9 milhões de empresas. Apesar das dificuldades causadas pela crise, o brasileiro se comporta como um grande empreendedor.

O que é empreender? De acordo com Dicionário Houais da Língua Portuguesa (2009), a palavra *empreendedor* se origina do latim *impredere*, que significa “decidir, realizar tarefa difícil e laboriosa”. Já o Dicionário Aurélio (Ferreira, 2009) define *empreender* “como colocar em execução”. Em uma crise surgem os novos empreendedores, e muitos deles com ações rápidas e atitudes ousadas, enquanto outros perdem muito tempo antes de colocar uma ideia em prática. Durante a crise, existe a necessidade de uma boa gestão do tempo, porque os conceitos de curto, médio e longo prazo, podem mudar radicalmente e o que era curto pode passar a ser muito curto, o médio precisa ser tratado com brevidade e o longo, não pode ser muito longo. A tomada rápida de atitude, garante vantagem para quem não fica inerte. No caso da crise da COVID-19, que no momento atual já ultrapassa seis meses, o curto prazo pode ocorrer na primeira semana, o médio em quinze dias e o longo em trinta dias, pelo fato das receitas das empresas ficarem imediatamente reduzidas e o capital de giro normalmente se esgota em noventa dias.

Com a chegada da crise, toda decisão deve ser tomada rapidamente e as ações de recuperação, devem ser implementadas imediatamente, já que a crise parece não se agravar considerando tempo em dias, mas em horas, principalmente nos casos de pandemias, onde a contaminação é rápida, demora a ser percebida, atinge todos os setores da economia e todas as camadas sociais, sem qualquer distinção ou exceção. Num ambiente de mercado sobrecarregado de incertezas, o clima institucional costuma ser consideravelmente afetado, gerando um desconforto emocional para todos os envolvidos, podendo gerar crises internas, além das crises pessoais instaladas por conta da instabilidade que atinge também as finanças

pessoais, a vida pessoal e familiar, forçando as pessoas a empreenderem em tempos de crise.

Diante de uma crise, quando se trata de negócios, inicialmente as pessoas perdem literalmente o “chão”, para naturalmente aceitar o desafio de se adaptar, se reinventar e inovar. A crise gera oportunidades para novos negócios e os empreendedores começam a emergir com suas novas ideias e ações. A empresária Gil Gondin, tinha o seu negócio voltado para eventos, onde fornecia banquetes para centenas de pessoas, por evento. Com o isolamento social, seu negócio perdeu 100% dos clientes. Ela decidiu direcionar seus produtos para clientes menores, mas com grande potencial, que são os encontros familiares. Gil Gondin, empreendeu na mudança do negócio, utilizando seus funcionários, equipamentos e produtos, apenas dividindo sua produção em porções menores, para atender um número maior de consumidores. Ela criou combos de banquetes para quatro pessoas a partir de R\$260,00, para dez pessoas a partir de R\$1.200,00 e marmitas a partir de R\$40,00, e foi um sucesso. Ela recebe de 400 a 600 encomendas. O faturamento do negócio da Gil, cresceu mais em 2020 comparando com 2019, com previsão de aumentar mais 20%. Gil Gondin, atuou como uma grande empreendedora, mantendo seu negócio, sua equipe e o crescimento de sua empresa, sem deixar de fazer o que realmente gosta, mesmo em tempo de crise.

No campo de estudos do empreendedorismo, há algumas vertentes orientadoras desse conceito. Pelo viés econômico, é possível destacar o trabalho pioneiro de Jean-Baptiste Say (1803), que conceituou o empreendedor como o responsável por “reunir todos os fatores de produção [...] e descobrir no valor dos produtos [...] a reorganização de todo capital que ele emprega, o valor dos salários, o juro, o aluguel que ele paga, bem como os lucros que lhe pertencem” (Say, citado por Logen, 1997, p. 19). Há ainda o trabalho de Schumpeter (1982), que lançou o campo do empreendedorismo, associando-o à inovação: “A essência do empreendedorismo está na percepção e no aproveitamento das novas oportunidades dos negócios [...] sempre tem a ver com criar uma forma nova para uso dos recursos nacionais, em que sejam deslocados de seu emprego tradicional e sujeitos a combinações” (Schumpeter, citado por Fillion, 1999, p. 12). Nesses conceitos, nota-se que o empreendedorismo está relacionado à ação. Portanto, empreendedores são aqueles que **realizam** algo, que **mobilizam** recursos e **correm riscos** para iniciar negócios, para iniciar organizações.

Considerando as características apontadas pelos empreendedores, entende-se o conceito de empreendedorismo como a arte de “buscar e transformar os sonhos em realidade” (Dolabela, 2003, p. 38). Já que a “arte de buscar” está diretamente relacionada à obtenção dos recursos e competências necessárias à realização do sonho, a “transformação dos sonhos em realidade” está diretamente relacionada à vontade, ao espírito e ao comportamento de empreender e buscar a realização dos sonhos.

Considerando os conceitos apresentados e os casos de sucesso, na prática empreender é agir com determinação, conhecimento e ousadia, e assumir

consequências, sem perder oportunidades, usando criatividade para se reinventar em tempos de crise, desenvolvendo ideias a partir das oportunidades. Nesse momento em que o mundo enfrenta uma crise sem precedentes, os novos empreendedores brasileiros, que acabaram de surgir em meio a pandemia, estão mostrando a sua força. Esses homens e mulheres, com determinação, servem como modelos inspiradores para que outros saiam do estado de inércia, tirem da gaveta seus planos para colocar “mãos as obras”.

O sucesso no empreendedorismo, pode raramente ocorrer por sorte para alguns empreendedores, no entanto a maioria precisa aplicar gestão em seus negócios, utilizando de boas práticas de Marketing e Finanças. Empreender não é somente ter um CNPJ e um local equipado, produzir e colocar a venda produtos e serviços, aguardando que alguém por acaso perceba o lançamento do produto ou serviço. Se faz necessário um bom plano de negócios e colocar cada etapa em ação, seguindo rigorosamente o planejado. Geralmente para pequenos negócios, é mais fácil colocar um plano em prática rapidamente, principalmente nas primeiras semanas após instalada a crise.

No caso da pandemia, o isolamento social neutralizou as ferramentas de marketing tradicionais e o marketing digital foi o recurso fundamental para a divulgação de produtos e serviços. As redes sociais, como Facebook, WhatsApp e Instagram, se destacaram como importantes aliados dos novos empreendedores, aproximando as pessoas de seus produtos e serviços, colocando em oferta os produtos e serviços essenciais e novos produtos e serviços, que surgiram a partir das novas oportunidades, também causadas pela pandemia. Muitos empreendedores utilizaram das redes sociais de forma simples, sem investimentos, apenas expondo e comunicando seus produtos e serviços. Outros fizeram investimentos em plano de marketing, envolvendo consultorias, produções de conteúdo, tecnologias, cursos, retreinamento e equipes de vendas, associados com a gestão de produtos e serviços, e uma adequada gestão financeira de seus gastos. Fizeram parcerias estratégicas, utilizaram blogueiros e criaram novos canais de comunicação com seus clientes e com novos consumidores. Negociaram custos e prazos para compra de matéria prima, reduziram custos na produção, “enxugaram” despesas administrativas, aumentaram a qualidade dos produtos e serviços, agregaram mais valor e mais diferenciais em seus produtos e serviços, chamando a atenção de consumidores em potencial. As vendas online, foram expandidas e aperfeiçoadas, tornando a experiência de compra a distância mais atrativa, ao utilizarem de transmissões ao vivo e links para compras no mesmo momento da apresentação do produto e causando interação entre vendedor e comprar, de forma simultânea, além de um rápido e eficiente sistema de entregadores.

Segundo o Sebrae/FGV, as empresas que superaram a crise, mantiveram o foco da seguinte forma: 13% em divulgação, 13% em tecnologia, 9% em produção, 9% na variedade de produtos e 8% em capacitação. As ações de divulgação e tecnologia ficaram na mesma proporção, por causa

dos equipamentos necessários para divulgação. Ou seja, 26% do foco estava associado ao marketing. De acordo com as pesquisas Sebrae/FGV, 63% das micros e pequenas empresas, pretendem fazer investimento no negócio em 2021, com base nos resultados atingidos em 2020. Eduardo Daniel Salgado, empresário em São Paulo, criou ações de marketing para sua cafeteria em plena pandemia, que resultaram em 30% ao mês de crescimentos em seu negócio, que já lhe garante um faturamento mensal de 40 mil reais, com ticket médio de R\$23,50. Considerando que o gasto com matéria prima é de 20% do preço, Eduardo Daniel está recebendo uma alta margem de lucro. Ele criou alguns diferenciais que deram muito certo, como o café com soda, que custa R\$10,00 e combos de R\$48,00. Mesmo em tempo de crise, Eduardo Daniel, investiu na abertura de seu negócio o valor inicial de R\$175 mil reais. Para o Eduardo Daniel, a divulgação em redes sociais tendo como alvo a população próxima ao seu negócio, causou o conhecimento de seus produtos atraindo consumidores, tanto para a loja física, quanto para atender pedidos na loja virtual e fazer entregas nas suas vizinhanças. No início da pandemia, empresários que foram pressionados pelas condições críticas do mercado, encerraram suas atividades com receio de acumular dívidas. Gil Gondin e Eduardo Daniel, não entregaram as chaves de seus imóveis e não fizeram demissões, pois todas as ações que envolveram a gestão do negócio, marketing e finanças, se mostraram positivas e determinantes no sucesso desses empreendedores.

### **COMO EMPREENDER COM SEGURANÇA**

Para se iniciar um novo negócio, se faz necessário planejar antes, evitando começar a empreender sem um estudo prévio. Segundo empresários de sucesso, não é possível empreender por ensaio e erro, e “atirar para todo lado”, fazendo da caminhada empreendedora um jogo contando com a sorte. Para Aidar (2007), o estudo prévio evitaria muitas situações indesejadas, principalmente na fase inicial de uma empresa, em que o empreendedor tem muita vontade de atingir o rápido sucesso, mas muitas vezes, não tem conhecimento suficiente e nem experiência para tal. Tanto para uma ideia, quanto para uma oportunidade sempre será necessário elaborar um plano de negócios. O plano de negócios começa com uma pesquisa de mercado, sendo essa pesquisa a forma de mostrar se o nicho que se pretende atuar é favorável ou não, e se o produto ou serviço é relevante ou não para o consumidor. O plano de negócios contém as informações que serão norteadoras para as ações que serão implementadas, mostrando ao empreendedor as etapas que deve executar para sair do ponto “A” e chegar ao ponto “B” em um tempo predeterminado, de forma segura, organizada e objetiva. O plano de negócios deve ser elaborado por um profissional capacitado e executado por gestores disciplinados, resilientes e que não tenham o hábito da procrastinação.

Segundo o professor do Curso de Empreendedorismo do SENAC, Juliano Mario da Silva (2020), tecnicamente, o plano de negócios é uma ferramenta, geralmente composta de informações descritivas da empresa



e do mercado e cálculos em planilha eletrônica, que tem como objetivo organizar e apresentar informações de um novo negócio ou de um negócio já existente que está em fase de reestruturação ou ampliação. As grandes empresas, muitas vezes, têm um departamento que administra projetos (entre eles está o de expansão), o que também deveria acontecer nas pequenas empresas, não somente em sua abertura, mas sempre que houvesse necessidade de investimentos.

Inicialmente, é importante pensar muito sobre o negócio, principalmente no diferencial que ele vai apresentar: é necessário pensar no que eu, como empreendedor, vou fazer de diferente ou o que meu negócio tem de inovador e que vai torná-lo diferente dos demais e, mais importante, como isso vai atrair clientes e consumidores. Isso pode levar bastante tempo, muitas pessoas pensam anos em seu plano enquanto trabalham em uma empresa esperando a hora certa de sair, seja por oportunidade de mercado ou por aposentadoria (BARON; SHANE, 2010).

O plano de negócio possui em seu arcabouço as ações de pesquisa de mercado, de marketing, de produto, de praça, de promoção, de preço, de lançamento, de gestão, de finança, de processamento, etc. No plano de negócios, existem inúmeras estruturas, entre elas é comum encontrarmos a análise financeira, que tem como função demonstrar a capacidade do novo empreendimento quanto à viabilidade financeira e a possibilidade de sucesso é tarefa do plano econômico-financeiro (FERREIRA; SANTOS; SERRA, 2010). De acordo com Baron e Shane (2011), o plano econômico-financeiro deve fornecer uma avaliação de quais ativos a empresa possuirá, quais serão as dívidas sob sua responsabilidade além de apresentar um demonstrativo de fluxo de caixa (apresentando o valor previsto das entradas e saídas de caixa) e a análise do ponto de equilíbrio (apresentando o nível de vendas necessárias para que todos os custos possam ser cobertos).

Com fidelidade ao planejado, o empreendedor experiente ou não, se guia para fazer a caminhada empreendedora, lançando e relançando seu negócio, principalmente nos primeiros cinco anos do empreendimento.

### **CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES**

Conclui-se que não só para o histórico momento atual, deve-se pensar em empreendedorismo como uma segunda chance para muitos, e como uma missão que se deve ter para todos os tempos, com crise ou sem crise. O empreendedorismo é relevante para a retomada da economia e do crescimento do país. Embora na crise, o empreendedorismo ocorra praticamente de forma forçada, o aprendizado adquirido na crise, indica que é possível fazer e refazer empreendimentos, mesmo em momentos de crise, desde que se explore de forma adequada as ideias e as oportunidades, com conhecimento e responsabilidade, tomando atitudes, fazendo projetos, colocando planos em prática, com ações baseadas em conhecimentos e colaboradores treinados. Ficou entendido que os empreendedores que investiram na gestão de marketing e de finanças, se destacaram em seus objetivos, ficaram acima de suas metas e alcançaram alto grau de satisfação, superando as dificuldades financeiras causadas

pela pandemia e mantendo uma excelente margem de lucro. Para finalizar, a imprensa tem demonstrado em reportagens específicas, o sucesso do empreendedorismo no Brasil, durante todo o ano de 2020.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AIDAR, Marcelo Marinho. **Empreendedorismo**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

ANTÔNIO, T. D. **Pesquisa de Marketing**. 2ª ed. Palhoça: Unisul, 2011.

BARON, R. A.; SHANE, S. A. **Empreendedorismo: uma visão do processo**. Tradução All Tasks. São Paulo: Thomson, 2011.

BONA, N. C. **Publicidade e Propaganda**: Da agência a campanha. 1ª ed. Curitiba: Intersaberes, 2012.

CASTANHEIRA, N. P.; MACEDO, L. R. D. **Matemática Financeira Aplicada**. 1ª ed. Curitiba: Intersaberes, 2013

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo, transformando ideias em negócios**. São Paulo: Campus. 2010.

FERREIRA, M. P.; SANTOS, J. C.; SERRA, F. A. R. **Ser empreendedor: pensar, criar e modelar a nova empresa**: exemplos e casos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2010.

FILION, L. J. **Empreendedorismo**: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **Revista de Administração**. São Paulo, v. 34, n. 2, abr./jun. 1999.

KNEELAND, S. **Contratando Profissionais**. 1ª ed. São Paulo: Market Books, 2001.

LOGEN, M. T. **Um modelo comportamental para o estudo do perfil do empreendedor**: Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

MARIANO, S. R. H.; MAYER, V. F. **Empreendedorismo e Inovação**: Criatividade e Atitude Empreendedora. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2008, v.1, p.350.

PAIXÃO, M. V. **Desenvolvendo novos produtos e serviços**. 1ª ed. Curitiba: Ibepex, 2007.

PAKES, A. **Negócios digitais**: Aprenda a usar o real poder da internet nos seus negócios. 7ª ed. São Paulo: Gente, 2015.

SCHNEIDER, E. I. **A caminhada empreendedora**: a jornada de transformação de sonhos em realidade. 1ª ed. Curitiba: Intersaberes, 2012.

SCHUMPETER, J. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultura, 1982.

SILVA, J. M. **Primeiros passos para empreender**. 1ª ed. São Paulo: Senac, 2020.

## **A IMPORTÂNCIA DA TEORIA – PRÁTICA PARA MELHOR APRENDIZADO DA FÍSICA E MATEMÁTICA**

Menezes, Gildaiane Guilhermina de Miranda Rocha<sup>4</sup>  
Vieira, Adriana Silene<sup>2</sup>

### **RESUMO:**

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica que aborda dificuldades enfrentadas por alunos do Ensino Médio para assimilar conteúdos de Matemática e Física. O objetivo principal é mostrar os métodos tradicionais utilizados pelos docentes da escola pública que têm dificultado a compreensão dos conteúdos e posteriormente apresentar possibilidades facilitadoras do ensino aprendizagem; salientando referenciais da BNCC e PCN's bem como enfatizando que a maioria das turmas tem essas disciplinas ministradas por docentes que não possuem formação específica, sendo assim um dos veículos que dificulta assimilação e transmissão de conteúdo. A proposta de apresentar oficinas, experimentos e projetos pode ser considerado um recurso para resposta às dificuldades de compreensão, afinal o maior questionamento dos alunos ainda é saber a aplicabilidade dos conteúdos trabalhados em sala de aula e ao fazer a associação mostramos a importância. Outro fator relevante é tornar prazerosa a aula, fazer uso de novos recursos, aplicando novos métodos de ensino (talvez o lúdico ou tarefas interdisciplinares) mostrará que há importância compreender; desfazer o processo cansativo avaliativo, não se apegar apenas ao conteúdo e sim a compreensão, aprendendo o feedback é positivo e garantido.

**PALAVRAS CHAVE:** Metodologias de ensino, teoria-prática, compreensão do aprendizado.

### **INTRODUÇÃO**

Muitos são os desafios encontrados no contexto escolar, os métodos avaliativos, as dificuldades e incertezas no processo de ensino-aprendizagem. Da escola se exige uma formação compatível com o chamado mundo contemporâneo. O Ensino Médio e o nível escolar é considerado momento crucial pois além da pressão social, é quando os jovens estariam ingressando no mercado de trabalho e almejam uma educação superior ou curso Técnico. Atualmente, ainda, é visível alunos do ensino médio questionarem a aplicabilidade dos conteúdos trabalhados em salas de aula principalmente nas aulas das disciplinas exatas; um dos fatores que têm influenciado a não aceitação da disciplina ou torna a mesma instrumento de dificuldade de aprendizado é a forma de transmissão do conhecimento, os métodos utilizados, os mediadores, enfim diversos instrumentos dificultam a compreensão e se tornam barreiras na educação refletindo negativamente nas evoluções e índices. No que se refere a mediadores, é visível que há poucos docentes com formações específicas de Física e Matemática, por exemplo, com isso docentes de outras formações para

---

<sup>4</sup> Licenciada em Matemática – UFBA – Salvador/BA, Pós-graduada Lato Sensu em Metodologia de Ensino de Matemática e Física – FATAP – Patrocínio/MG (autora)

<sup>2</sup> Graduada em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, graduada em Pedagogia pela Unijales, mestrado em Teoria Literária pela Universidade Estadual de Campinas e doutorado em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (orientadora)

complementar sua carga horária ou ainda para suprir a carência ministram tais aulas; ministrar essas aulas dessa forma levará provavelmente a seguir uma sequência rasa de conteúdos propostos ou trabalhar mínimo de conteúdos possíveis. Considero que apesar desse empecilho é visível que se tem buscado formação de professores, busca-se minimizar essa atuação sem formação específica.

Tardif (2002) ressalta que o conhecimento do professor é diferente do conhecimento do especialista na disciplina e tem o foco no saber a disciplina para ensiná-la. O autor destaca, ainda, que os conhecimentos constituídos pelos professores têm origem na sua trajetória pré-profissional como estudantes - no caso do ensino de física, no Ensino Médio. Ele revela que esses conhecimentos influenciam a formação e a prática dos professores.

As orientações curriculares são um dos recursos norteadores para o bom planejamento e condução das aulas programáticas. Em leitura à essas bases percebemos que a FÍSICA não se prioriza à conteúdos teóricos e sim a aplicações enfáticas que permitem ao aluno perceber os conteúdos em sua vida.

Esse método de associar à realidade do aluno é um facilitador de aceitação e compreensão dos conteúdos. Mas, nem sempre se percebe que a física está presente na vida concreta, conforme fragmento da BNCC (2016, p.586):

Crianças, jovens e adultos são expostos cotidianamente a fenômenos complexos que podem e devem ser tratados desde cedo na educação escolar. Acender lâmpadas, usar maçanetas, acionar aceleradores e freios são procedimentos cotidianos que realizamos sem pensar em circuitos elétricos, alavancas ou conversão de energia. Outros dispositivos e equipamentos, como portas que se abrem automaticamente, fornos que aquecem a água contida nos alimentos, telefones que registram e enviam fotos são utilizados diariamente, sem muitas vezes nos darmos conta dos princípios físicos que possibilitaram o desenvolvimento e funcionamento deles.

O ensino da física ganha maior sentido quando conseguimos relacionar o ensino da sala de aula com o cotidiano do aluno. A BNCC (2016, p.587) afirma que “o conhecimento físico, com seus conceitos, leis, grandezas e relações matemáticas, ganha mais significado se utilizado em problemáticas reais”.

O ensino da física é melhor assimilado quando é percebido como dinâmico. Dinâmico pelas aplicações cotidianas; pelas muitas possibilidades na execução das aulas; dinâmico nas interações conforme atesta a BNCC (2016, p.587):

É fundamental que esse corpo organizado de conhecimentos seja percebido em sua dinamicidade histórica e social. Trata-se de um conhecimento que se desenvolveu e se desenvolve em diálogo constante com o mundo natural e social, em um processo marcado por rupturas e continuidades, no qual conhecimentos anteriores são, por vezes, ampliados, mas em muitos aspectos superados ao longo do tempo.

Os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) são diretrizes elaboradas para nortear os professores, coordenadores e direção, buscando normatizar aspectos fundamentais de cada disciplina. Com isso, cabe aos PCN's a tarefa de rever objetivos, conteúdos, formas de encaminhamento das atividades, expectativas de aprendizagem, maneiras de avaliar, além da *orientação dos professores* para estes elaborarem um planejamento que possa, de fato, orientar seu o trabalho em sala de aula.

Assim, no que tange o ensino da disciplina de física, os PCN's sugerem que “... a Física deve apresentar-se, portanto, como um conjunto de competências específicas

que permitam perceber e lidar com os fenômenos naturais e tecnológicos, presentes tanto no cotidiano mais imediato quanto na compreensão do universo distante, a partir de princípios, leis e modelos por ela construídos. (PCN+, 2002, p. 2)

Partindo-se da premissa do documento que destaca a interdisciplinaridade e contextualização do conteúdo, entendemos que o ensino de física deve mudar no sentido de desmistificar o conhecimento científico, interligando com o que está a volta do estudante, as causas e as consequências dos fenômenos físicos nas mais diversas áreas e no mundo real. Os parâmetros curriculares nacionais afirmam sobre esses dois conceitos o seguinte:

[...] a interdisciplinaridade deve partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de explicar, compreender, intervir, mudar, prever, algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários (PCN, 1999, p. 89).

O mesmo ocorre na matemática, pois diversos são os recursos, métodos e facilitadores de aplicabilidade da matemática, basta buscar assimilação, claro que o ano letivo não se resumirá basicamente em projetos e oficinas, porém exemplificar com os mesmos, ainda que de forma breve, é uma forma de tornar mais palpável e aceitável os conteúdos. Visando desmistificar o Ensino cansativo, sem sentido de Física, conforme muitos alunos rotulam, é fundamental fazer a relação teoria e prática. Assim Lima (2002, p. 41) afirma que “o trabalho docente é colocar esses saberes em movimento e, dessa forma, construir e reconstruir o conhecimento ensinando e aprendendo com a vida, com os livros, com a instituição, com o trabalho, com as pessoas, com os cursos que frequenta, com a própria história”. Baseado nisso, que as aulas são planejadas, visando dar aplicabilidade, a relação com ações cotidianas, aproximar da realidade dos alunos, fazer sentido o que está sendo transmitido.

### **METODOLOGIA**

Os questionamentos presentes nesse artigo estão fundamentados na leitura e análise comparativa de ações cotidianas, bem como em publicações de artigos com abordagem do tema no SCIELO (Biblioteca Científica Eletrônica), sendo referenciados e apresentados em citações. Fundamentada nas palavras chave: Metodologias de ensino, teoria-prática, compreensão do aprendizado visa-se apresentar dificuldades presentes na compreensão das aulas de exatas e busca-se métodos avaliativos alternativos que venham facilitar assimilação dos conteúdos e tornar mais prazerosa e aplicável as aulas.

### **IMPORTÂNCIA DA TEORIA – PRÁTICA NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM**

Tratar de teoria e prática vai além de lançar aos alunos projetos, oficinas pensando apenas em tornar lúdica a aula, nos faz permitir apresentar ferramentas para realização dos mesmos. Trabalhamos com alunos de diversas localidades, classes sociais e com muitas dificuldades de acesso à internet, considero que o primordial ao se lançar um projeto é disponibilizar materiais e métodos para que todos de forma igual possam desempenhar e tratando desse primeiro obstáculo, o acesso à internet, podem dirimir o problema fazendo uso do mesmo enquanto todos estiverem no âmbito escolar, fazendo uso do laboratório e não sendo desigual na tarefa.

Alfabetizar matematicamente não é somente ensinar números, grafias, fórmulas, contagem de forma mecânica ou mera codificação, somos questionados sempre o porquê de aprender isso, o mesmo acontece na Física, ela está bastante presente em nosso cotidiano. Através da aplicação desse projeto podemos melhor exemplificar e



simplificar paradigmas, pensando nesse processo (teoria-prática com tecnologias), o projeto de pesquisa foi desenvolvido e aplicado (conforme anexo e apêndice) no Anexo do Colégio Estadual Nossa senhora da Conceição, a fim de comprovar que é possível fazer a junção de teoria e prática, melhorando as aulas de Física e estudar sua importância e aplicação nas tecnologias do cotidiano.

A Unidade Escolar que apliquei o projeto denomina-se Anexo do Colégio Estadual Nossa Senhora da Conceição, situado no Distrito de Tapiranga da cidade de Miguel Calmon a 26 km do centro da cidade, o prédio é do Município e compartilhado pelo Estado, funcionando nos dois turnos(matutino e vespertino), com uma clientela bem variada, ministrando cursos do Ensino Fundamental do 6º ano ao 9º ano, e na Modalidade EJA, no turno vespertino funcionam as 03 salas de Ensino Médio (cedidas), onde foi aplicado projeto; possui na sua estrutura física 05 salas de aula, 1 direção, 1 secretaria, 1 sala de professores, 2 banheiros, 1 cozinha, 1 área verde. O público que aplicamos o projeto, trata-se de jovens do distrito e de povoados próximos sendo na 1ª série 36 alunos, na 2ª série 23 alunos e na 3ª série 17 alunos.

Mesmo tratando-se de um Anexo em um distrito distante, o corpo docente e de funcionários da sede também prestam serviços no anexo para o seu funcionamento, a equipe busca trabalhar os mesmos projetos e planos de aulas da sede visando extinguir a desigualdade dos direitos e propor igualdade no ensino, tornando-os capazes.

Na Unidade Escolar possui um projeto pedagógico pronto, porém em atualização, visto que em 2020 somos escola piloto do Novo Ensino Médio (no 1º do Anexo), iniciamos o Ensino Integral em 2019 (no 1º ano) e ampliamos em 2020 para 1º e 2º ano da sede, porém o 2º anexo e os 3º (sede e anexo) permanecem com o Ensino Médio regular. Conhecendo o PPP (Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar e os projetos percebemos que é um tesouro da educação pública pois desempenha lindos projetos, busca ampliar horizontes dos alunos e apresenta resultados brilhantes, possuindo o maior IDEB do NTE-16, todos os anos, merecendo elogios, me encantei.

Atuantes, na sede possui 1 diretor, 2 vices diretores, 1 coordenador pedagógico, 1 articulador, em média 40 professores, 10 funcionários, 1 vigia, 1 secretária, conforme já afirmado que também prestam serviços para o funcionamento do Anexo.

A equipe gestora (direção, vice direção, coordenação e articulação) fazem uma escala de funcionamento para atender ao anexo, visto que é distante e que a escola sede possui uma clientela de grande porte e funciona nos três turnos com público de Integral, Ensino Médio Regular, PROEJA MÉDIO e PROSUB dos cursos Técnicos.

A compreensão e aplicabilidade exitosa do projeto desenvolvido nos permite perceber que a carência de docentes de área específica é um empecilho, sim, porém não é o que estaciona o melhor funcionamento das aulas. É possível desmistificar, tornar mais agradável a aula, desenvolver projetos, oficinas, visitas, jogos, análises e interdisciplinarizar as disciplinas tornando-as mais prazerosas, compreensivas e nada decodificada.

### **QUEBRANDO PARADIGMAS**

O ensino por investigação tem sido utilizado como estratégia de ensino de Ciências há mais de meio século. Abd-el-Khalick et al. (2014) relatam a diversidade de modos de ação associada ao ensino por investigação. Defendemos o ensino por investigação como resolução prática ou intelectual de problemas em que é necessário o envolvimento com ações que permitam analisar variáveis, coletar dados, identificar

influências, formular explicações e estabelecer limites e condições para os quais elas sejam válidas.

Uma das inovações adotadas pelas áreas de Ciências da Natureza e Matemática é a pesquisa científica em sala de aula como prática de aprendizagem, inovação e transformação social. Esse recurso permite estimular a termos um aluno pesquisador, investigativo, ser atuantes e partindo de um conteúdo trabalhado consiga fazer aplicações, desenvolver projetos e tornar aplicável o conteúdo.

A demanda por práticas pedagógicas que estimulem o aprendizado dos estudantes vem ganhando a atenção de pesquisadores nos últimos anos. Dentre elas, destacam-se o uso do método científico e a elaboração de pesquisa científica em sala de aula. Essas atividades proporcionam aos alunos a aquisição de novos conhecimentos, que passam a pensar de maneira lógica sobre os fatos cotidianos e a resolução de problemas práticos.

Porém para que tais medidas investigativas surjam, há necessidade de termos docentes capazes de permitir essas práticas, docentes que também possuam esse olhar além da sala de aula, além do roteiro de conteúdo. Destacamos os benefícios da prática, como a capacidade para desenvolver o raciocínio e aprender, interpretar e criticar resultados a partir de experimentos e demonstrações e entender e aplicar métodos e procedimentos próprios das Ciências. Todas essas habilidades são sugeridas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), dentro da competência de Investigação e Compreensão.

O processo educacional é composto por várias etapas de desenvolvimento, e é entre estas etapas que ocorre a aprendizagem de informações que serão úteis para a formação da mentalidade do cidadão. É necessário que o está sendo proposto tenha uma importância significativa para o indivíduo, a fim de que desperte seu interesse.

Segundo Naspolini (2009),

Toda atividade desenvolvida em sala de aula deve ser voltada para uma aprendizagem significativa, produtiva e desafiadora. Estas devem ser planejadas, de modo a ter seu objetivo alcançado, na construção de uma educação de qualidade que possibilite ao educando adquirir e construir conhecimentos significativos. No entanto para realizar uma prática que se alcance os fins deve-se ter feito posteriormente atividades de sondagens que possibilitam conhecer a turma e a sua realidade quanto ao nível qualitativo, desse modo verificando que atividades deverão ser aplicadas, tomando a realidade de forma diferenciada e não de forma homogênea (NASPOLINI, 2009, p.54).

## **APLICAÇÕES FACILITADORAS**

O saber aproximar os conteúdos propostos com o cotidiano dos alunos ou com ações lúdicas e projetos, tem sido um recurso facilitador de aprendizado e fixação do conteúdo. Tornar visível na rotina tal conteúdo pode despertar curiosidade da compreensão e tornar possível o uso desse aprendizado. Esse método tem se tornado quebra de paradigma e facilitar de prazer pelo aprendizado.

Visando justificar um método de aplicabilidade lúdico-explicativo, cito um projeto que desenvolvi com alunos do ensino médio (turmas de 1º, 2º e 3º) que visava de forma lúdica e interdisciplinar desenvolver o Projeto “Lançando Foguete”, que envolveu as disciplinas de Química, Física e Matemática, trabalhando os conteúdos de Função, ângulo, grau, distância, transformação metros, substâncias químicas e suas composições/reações, velocidade, entre outros.

Foram designadas horas/aulas semanais para a construção dos foguetes, onde a cada etapa eram frisados a propostas do projeto. O dia de lançamento foi marcado

em um campo de futebol, com as três turmas, nos lançamentos foram calculadas distâncias atingidas, ângulos de lançamento; valores essenciais para posteriormente em sala usarmos nos estudos. Observa-se que para ter credibilidade e fundamento, de forma que cativem os envolvidos o projeto deve ter uma sequência lógica onde os mesmos receberão compreensão do conteúdo, executarão o projeto e posteriormente com os conhecimentos adquiridos conseguirão executar os cálculos como resultado do projeto e por meio do relatório de questões mostrarão o que assimilou.

Ainda como uma prática pedagógica, o professor não deve se abster de seu papel como avaliador no processo de ensino e de aprendizagem, de forma que este instrumento se torne um elemento presente em seu cotidiano, assim como afirma Chueiri:

[...] a avaliação, como prática escolar, não é uma atividade neutra ou meramente técnica, isto é, não se dá num vazio conceitual, mas é dimensionada por um modelo teórico de mundo, de ciência e de educação, traduzida em prática pedagógica. (2008, p. 52)

Vemos então que a relação da prática pedagógica do educador está diretamente ligada ao processo de avaliação e, assim, influenciando diretamente no contexto de ensino e de aprendizagem, o que resultara nas habilidades, comportamentos e concepções de seus educandos, onde deve-se enfatizar que:

Na condição de avaliador desse processo, o professor interpreta e atribui sentidos e significados à avaliação escolar, produzindo conhecimentos e representações a respeito da avaliação e acerca de seu papel como avaliador, com base em suas próprias concepções, vivências e conhecimentos. (CHUEIRI, 2008, p. 52)

O processo de avaliação, tem se tornado indispensável pois atua como medidor de compreensão, esse feedback no processo de ensino aprendizagem é fundamental para saber o índice de compreensão, onde melhorar, qual recurso utilizar. Avaliar é necessário para ver como está ocorrendo a compreensão, se está acontecendo a assimilação de conteúdo, verificar se a compreensão torna possível aplicações; lembrando que o processo de avaliar é recurso de aproximação ente docente e aluno, é recurso de troca e diálogo, não apenas avaliar no sentido de dizer que sabe (acertou) merece ponto e sim como recurso de construção e crescimento.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Atualmente é perceptível que há uma grande escassez de docentes das áreas específicas, sempre nos deparamos com docentes ministrando aulas que não pertencem a sua formação, essa ainda é um empasse a ser enfrentado e solucionado; porém podemos amenizar as dificuldades cotidianamente relatada por nossos jovens. Em estudo bibliográfico do tema percebemos que há recursos facilitadores da transmissão do conteúdo, afinal com as turmas ainda persiste o questionamento de aplicabilidade dos conteúdos.

Deve-se se desprender apenas ao fato de concluir o cronograma do livro didático. O livro é um recurso orientador porém não o único, podem ser desenvolvidas aulas interdisciplinares visto que o maior questionamento é a aplicabilidade do conteúdo e com isso mostrar onde encontrar e usar o conteúdo, como também demonstrar que um tema e/ou conteúdo específico pode ser abordado por diversas disciplinas com olhares e conteúdos distintos; pois muito ainda se vê alunos nos testes vocacionais ou comentando que irá exercer tal curso e não precisará de matemática, por exemplo, aí na intervenção do professor mostramos que a matemática assim como a física, química e todas as demais disciplinas estão presentes em todas as nossas ações e estarão também presentes nos cursos deles. Normalmente trazemos para as turmas

de 3º ano do ensino médio, alunos dos diversos cursos para exemplificarem para eles as utilidades dessas disciplinas em seus cursos e nesse bate papo mostrar a importância do bom aproveitamento do ensino médio.

## REFERÊNCIAS

CALDEIRA, AMA. org. **Ensino de ciências e matemática, II: temas sobre a formação de conceitos** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 287 p. ISBN 978-85-7983-041-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

E.C. Ricardo e F.C.A.Janaína, **A concepção dos alunos sobre a física do Ensino Médio: um estudo exploratório**, Rev. Bras. Ensino Fís. vol.29 no.2 São Paulo 2007.

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/ensino-medio/118-a-pesquisa-cientifica-em-sala-de-aula-como-pratica-de-aprendizagem-inovacao-e-transformacao-social?highlight=WyJwcm9jZXNzbylslmRlliwicHJvZHVcdTAwZTdcdTAwZTNvliwicHJvY2Vzc28gZGUlLCJwcm9jZXNzbyBkZSBwcm9kdVx1MDBIN1x1MDBIM28iLCJkZSBwcm9kdVx1MDBIN1x1MDBIM28iXQ==>

M.G.H.Geraldo Issa e B. Irinéa de Lourdes, **Matematização e ensino de Física: uma discussão de noções docentes**, Ciên. Educ, Bauru, v.22, n.3, p. 757-771, 2016.

SILVA, G.M. **Metodologia de Ensino de disciplinas da área de ciências da natureza, matemática e suas tecnologias do ensino médio: física, química e biologia**. Teia do Saber – USP. São José do Rio Preto, 2005.

SOISTAK, A. V. Uma experiência com a Modelagem Matemática no Ensino Médio Profissionalizante. In: BRANDT, C. F., BURAK, D., and KLÜBER, T. E., orgs. **Modelagem matemática: perspectivas, experiências, reflexões e teorizações** [online]. 2nd ed. rev. and enl. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016, pp. 107-130. ISBN 978-85-7798-232-5. Available from: doi: 10.7476/9788577982325.0007. Also available in e PUB from: <http://books.scielo.org/id/b4zpq/epub/brandt-9788577982325.epub>.

# **SOCIOLOGIA DIGITAL: A IMPORTÂNCIA DE UMA NOVA SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Silva, Kátia Keylly Feitosa da<sup>5</sup>

## **RESUMO:**

O mundo nunca mudou tão rapidamente como aconteceu no ano de 2020 devido a pandemia causada pelo Covid-19. Todos os países precisaram se adaptar a nova realidade e as novas necessidades. A sociedade com o auxílio das tecnologias e com a facilitação da comunicação via internet a vida continuou. O cenário que mais sofreu alteração foi a educação pois, precisou mudar seu método de mais de trezentos anos de prática para se adequar ao novo panorama social. Os jovens que já viam sofrendo alterações na forma de agir, pensar e se expressar devido ao bombardeio de informações, precisou agora compreender como buscar e como verificar esses dados para melhor se colocar na comunidade em que vive. A sociologia agora tem que ter um olhar mais atual, mais moderno, visando as sociedades do século XXI e como ela está se preparando para o futuro, a chamada Sociologia Digital, é um ramo da sociologia que visa a compreensão das consequências e impactos que as tecnologias e a internet tem gerado nos diversas sociedades e no mundo como um todo, pois o indivíduo da década de 2020 se comunica, pesquisa, interage, administra, negocia, estuda e relaxar com o uso das TICs (Tecnologias da informação e comunicação) e não é mais possível analisar essa nova cultura com as teorias dos clássicos. O ensino de sociologia da educação básica mostra-se cada vez mais imperceptível para a formação de um cidadão mais ativo, crítico e responsável pela sua própria história.

**PALAVRAS-CHAVES:** Sociologia, educação, século XXI

## **INTRODUÇÃO**

A sociologia é o estudo científico da vida humana, de grupos sociais, de sociedades inteiras e do mundo humano. É uma atividade fascinante e instigante, pois seu tema de estudo é o nosso próprio comportamento como seres sociais. O âmbito da sociologia é extremamente amplo, variando de análise de encontros passageiros entre indivíduos nas ruas à investigação de relações internacionais e formas globais de território. (GIDDENS, 2012).

Émile Durkheim, psicólogo e sociólogo francês é considerado o fundador da sociologia e relata que a base de estudo dessa disciplina sempre foi à sociedade e as suas peculiaridades. Estudar e praticar os conhecimentos da sociologia nas escolas de ensino básico, por exemplo, auxilia no

---

<sup>5</sup> Licenciatura plena em História, pós-graduação em Metodologia do Ensino de História, pós-graduação em Gestão Escola. E-mail: katia.keylly.feitosa@hotmail.com

desenvolvimento de um senso crítico social do aluno que partindo do ponto de cidadão ativo, desenvolve uma visão sobre sua realidade tornando-se um protagonista de sua própria história e sendo assim, podendo contribuir para o enriquecimento de sua comunidade.

Falar em sociologia é falar dos reflexos das relações sociais, sejam através dos seus valores, necessidades, normas e/ou regras. O que precisa ficar claro é que o educador precisa despertar no aluno que a sociologia não se resume numa coletânea de teorias, mas num esforço coletivo de reflexão que busca promover o bem-estar individual e social. Para isso, ele pode trazer a realidade de cada aluno à discussão: com suas preferências musicais, religiosas, situação social envolvendo-o como responsável pela vida social que tem, bem como esclarecendo as causas e consequências de suas relações. Enfim, transformando-o em um agente transformador da sociedade. (SASAKI, 2007).

A instituição educacional faz parte da formação de uma sociedade e portanto, é uma instituição que gera preocupações políticas, econômicas, psicológicas, morais e engloba toda a formação formal do cidadão e nos tempos de hoje existe a necessidade de formar pessoas capazes de construir e melhorar sua comunidade, mas houve outra mudança significativa na educação, ela passou a ser mercadoria.

[...] a escola não é o único espaço de formação, de aprendizagem e de cultura. O fenômeno educativo acontece em outros espaços e tempos sociais, em outras instituições, nas fábricas, nas igrejas e terreiros, nas famílias e empresas, na rua e nos tempos de lazer, de celebração e comemoração, no trabalho [...] a educação acontece de formas muito diferenciadas. (ARROUO, 1988).

Com o mundo cada vez mais capitalista, o acesso à educação de alta qualidade em países considerados emergentes ou subdesenvolvidos é fornecido por instituições particulares, que cobram elevados valores para proporcionar um ensino de ponto pois, as políticas públicas desses países não investem em educação, mas sim em cursos técnicos para que o aluno entre no mercado de trabalho o mais rápido possível e de forma alienada e como relata Gentili (1995) “qualidade para poucos não é qualidade, é privilégio”.

(...) o objetivo final da instituição escolar é conseguir que todos os alunos atinjam os objetivos previstos para eles. Em grande medida, e em última instância, o progresso desses objetivos realiza-se em sala de aula, no progresso da aprendizagem que o professor organiza para seus alunos cotidianamente. O estudo dos fatores que influem nesse processo volta a se situar no centro da reflexão educativa. A qualidade do ensino é determinada não apenas pelo ambiente social e cultural, pelas políticas educacionais e pelo funcionamento das escolas, mas também pela estreita relação com os professores que anseiam pela qualidade do ensino na sala de aula (MARCHESI & MARTIN, 2003, p.19)

Quando um jovem tem acesso a educação de elevado nível, ele pergunta, interage, questionada, modifica, gera dentro e fora da instituição e se torna um adulto participativo e transformados da sua sociedade.

Há um amplo debate acerca do poder transformador e em que medida a escolarização é fator determinante para a realização social e fluidez de classes. É relevante analisar o assunto à luz da Sociologia da Educação. Partindo das principais teorias que discorrem acerca da influência do sistema educacional na definição e redefinição da estrutura social, é importante pensar a realidade brasileira: suas conquistas, dilemas e desafios. Se a lacuna do acesso já foi superada, persistem em nosso país dois outros relevantes problemas: fluxo e qualidade. Ajustes no fluxo têm implicado em perda de qualidade e vice-versa (NEVES, 2016, p. 94).

Com o advento da internet a comunicação ficou cada mais rápida, a informação está um click de distância e com essas mudanças vem também o novo olhar para a educação, principalmente para o ensino de sociologia e como transformá-lo em conhecimento para a construção de um cidadão consciente e participativo.

### **EDUCAÇÃO NO BRASIL**

“Somos seres históricos, já que nossas ações e pensamentos mudam no tempo, à medida que enfrentamos os problemas não só da vida pessoal, como também da experiência coletiva. É assim que produzimos a nós mesmos e a cultura a que pertencemos”. ARANHA, (2012).

Como Maria Lúcia de Arruda Aranha comenta em seu livro, a educação passou por vários estágios iniciando com a educação difusa (educação tribal) onde a educação é integral (vai além de práticas, contempla as emoções e objetivos de vida), os jovens aprendem as tradições e os valores observando os mais velhos, mas com o surgimento da escrita e com isso, o controle do conhecimento, a educação que antes era homogênea passa a ser exclusiva de uma determinada elite da sociedade, uma espécie de segregação intelectual.

“Estes vários aspectos da educação comportam um relacionamento permanente com os temas mais gerais da história da humanidade. Aculturação quer dizer socialização, inserção de cada adolescente no conjunto vivo da sociedade adulta: aprendizado quer dizer relação com o trabalho e com todo o desenvolvimento, não somente das forças produtivas, mas também das relações sociais nas quais elas se organizam”. (MANACORDA, 1996).

No Brasil, a educação formal começa no século XVI com a chegada dos jesuítas que por mais de 200 anos foram responsáveis pela “educação” dos nativos brasileiros e dos descendentes dos portugueses. Educação está que visava o fim do politeísmo, divulgação da fé cristã e do controle da população local.

Com a reforma educacional causada pelo Marques de Pombal, os jesuítas foram expulsos do Brasil e dá-se início a uma educação com bases iluministas que

[...] marcando o divisor de águas entre a pedagogia jesuíta e a orientação nova dos modeladores dos estatutos pombalinos de

39

1772, já aparecem indícios claros da época que se deve abrir no século XIX e em que se defrontam essas duas tendências principais. Em lugar de um sistema único de ensino, a dualidade de escolas, umas leigas, outras confessionais, regidas toda, porém, pelos mesmos princípios; em lugar de um ensino puramente literário, clássico, o desenvolvimento do ensino científico que começa a fazer lentamente seus progressos ao lado da educação literária, preponderante em todas as escolas; em lugar da exclusividade do ensino de latim e do português, a penetração progressiva das línguas vivas e literaturas modernas (francesa e inglesa); e, final, a ramificação de tendências que, se não chegam a determinar a ruptura de unidade de pensamento, abrem o campo aos primeiros choques entre as ideias antigas, corporificadas no ensino jesuítico, e a nova corrente de pensamento pedagógico, influenciada pelas ideias dos enciclopedistas franceses, vitoriosos, depois de 1789, na obra escolar da Revolução. (AZEVEDO, 1976).

A educação continuou passando por várias mudanças e várias adaptações como foi o caso do método Lancaster (alunos mais experientes ensinam os novatos) durante o século XIX entre outras correntes filosóficas pois, até o fim do período imperial, não se teve uma educação formal oficializada em todo o país.

Com a implantação da República, a educação passa a ser influenciada pela filosofia positivista utilizando a ciência como um guia para a vida social. Tivemos a Reforma Benjamin Constant com a educação gratuita e laica, a Reforma Rivadávia Côrrea que tinha em mente que o ensino secundário fosse para forma cidadãos e por fim a Reforma João Luiz Alves, responsável pelas disciplinas Moral e Cívica.

Durante o período militar, disciplinas como Sociologia e Filosofia foram retiradas do currículo e no lugar começaram a fazer parte a Educação Moral e Cívica, Estudos de Problemas Brasileiros e Organização Social e Política Brasileira, a doutrinação era o foco da educação sempre valorizando o sentimento de nacionalismo e do dever com a pátria.

Em 1988 nasce a nova Constituição Brasileira e com ela dos direitos e deveres de todos os cidadãos do Brasil e em 1996 a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) responsável pela o que remete a educação de qualidade para todos independentemente de classe social, credo religioso, gênero ou etnia, a educação para a ser direito de todos e dever do Estado. Art. 2º da Lei nº 9.394/1996. "A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

## **O MUNDO DIGITAL**

A velocidade das alterações no universo informacional cria a necessidade de permanente atualização do homem para acompanhar essas mudanças. As tecnologias da comunicação evoluem sem cessar e com muita rapidez. A todo instante novos produtos diferenciados e sofisticados – telefones celulares, faz, softwares, vídeos, computador multimídia, internet, televisão



interativa, realidade virtual, videogames – são criados. (KENSKI, 2010).

A facilidade de acesso às informações globalizadas através de inúmeras ferramentas (aplicativos) faz com que os indivíduos de todas as culturas, idades, classes sociais e de diferentes ideologias, troquem conhecimento gerando assim, uma nova rede social, uma nova cultura, cibercultura.

As desigualdades sociais e educacionais são um tema bastante recorrente na Sociologia da Educação. Há diversas teorias que discorrem acerca da influência do sistema educacional na (re)definição da estrutura social. Entre essas, algumas análises centram-se na capacidade da escolarização viabilizar ou não a mobilidade social. No âmbito dessas discussões, três correntes ideológicas ganham destaque: a primeira, que afirma que a classe de origem determina completamente o destino dos indivíduos; a segunda, que advoga justamente o contrário, ou seja, que a classe social de origem influencia, mas não determina as trajetórias, e por fim as que depositam na instituição escolar grande parte da responsabilidade sobre os destinos individuais (NEVES, 2016, p. 96).

Com os avanços tecnológicos e a democratização da educação também surgiu, ou melhor, revelou o tamanho da desigualdade social de vários países que tinham orgulho de seu modelo educacional que infelizmente devido a pandemia mostrou falho diante da nova realidade. A escola era apoio emocional, social e muitas vezes, alimentar de uma grande parte de alunos que estudavam em escolas públicas.

De acordo com Tassarini e Saltorato:

A Indústria 4.0 tem sido caracterizada pela incorporação de emergentes tecnologias de informação ao ambiente de produção, promovendo substanciais ganhos de produtividade e flexibilidade e transformando a natureza do trabalho industrial. Mais do que isso, seus impactos atingem toda a esfera empresarial, política, econômica e social, o que faz com que, não por acaso, venha sendo taxada como a quarta revolução industrial (TESSARINI; SALTORATO, 2018, p. 01).

A Educação pós-revolução industrial 4.0 tem ênfase na interdisciplinaridade e em desenvolver as habilidades, os conhecimentos pessoais, é uma educação que tem relevância para o estudante e para a sociedade que está inserido, mas infelizmente essa educação surgiu muito rápido e os profissionais da área ainda precisam de um pouco mais de tempo para se qualificar e que a própria escola esteja fisicamente pronto para receber a nova geração de alunos que estão mais conectados ao mundo virtual do que ao mundo real.

Nas palavras de RECUERO (2009) essa rede social é "(...) uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores", conexão essa que produz uma "aldeia global", uma sociedade conectada e dependente uma da outra.

Na internet a informação vem das pessoas, pessoas gerando e trocando suas informações através da rede. É a infinita capacidade

coletiva de a sociedade produzir suas próprias informações, distribuir, recombinar, utilizar para especificidades que transformam a prática social, através da transformação da amplitude da mente humana. (CASTELLS, 1999).

A colocação de Castells (1999) mostra como o mundo vem interagindo graças a internet e com isso uma nova sociedade vem sendo formada, antigas tradições são modificadas e adaptadas a nova realidade como foi o ano de 2020. Nunca na história a sociedade sofreu tantas mudanças como no caso da pandemia. A educação teve que acelerar seus processos educacionais, educação essa que seguiu padrões ainda de trezentos anos atrás.

A sociologia precisa fazer o estudo das tecnologias digitais central às suas atribuições. Todos os tópicos que os sociólogos agora pesquisam e ensinam estão inevitavelmente conectados às tecnologias digitais, quer eles se concentrem na sociologia da família, da ciência, da saúde e medicina, do conhecimento, da cultura, da economia, do emprego, da educação, do trabalho, do gênero, do risco, do envelhecimento, da raça e etnicidade. Estudar a sociedade digital é se concentrar em muitos aspectos que têm sido preocupações centrais para os sociólogos: individualidade, identidade, embodiment, as relações de poder e as desigualdades sociais, redes sociais, estruturas sociais, instituições sociais e teoria social. (LUPTON, 2015).

Não tem como estudar a sociedade sem estudar as tecnologias, não tem como compreender o andamento da economia sem ter em mente os avanços na informática e robótica como afirma Miskolci (2016) no seu artigo Sociologia digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade: “vivemos a consolidação de transformações tecnológicas e sociais articuladas e que não podem mais ser compreendidas em separado, assim como suas consequências econômicas e políticas.”

“A sociologia digital fala de pessoas concretas relacionando-se através de artefatos socioculturais em um mundo real” (NASCIMENTO, 2016), artefatos estes que são ferramentas eletrônicas, conectadas entre si via internet, enviando e recebendo mensagens instantaneamente.

“O desenvolvimento da autonomia do aluno é um dos benefícios mais enfatizados nos artigos selecionados. Pode-se compreender o desenvolvimento da autonomia como questão central no processo de aprendizagem por meio das metodologias ativas de ensino-aprendizagem, compreendendo a autonomia em seu sentido mais amplo servindo à libertação, se funda na criatividade e estimula a reflexão e a ação verdadeiras dos homens sobre a realidade, responde à sua vocação, como seres que não podem autenticar-se fora da busca e da transformação criadora. [...] Constatou-se como benefícios das metodologias ativas de ensino-aprendizagem o desenvolvimento da autonomia do aluno, o rompimento com o modelo tradicional, o trabalho em equipe, a integração entre teoria e prática, o desenvolvimento de uma visão crítica da realidade e o favorecimento de uma avaliação formativa”. (PAIVA et al, 2016, 152).

A educação digital tem grande importância na vida dos jovens não apenas na preparação para um emprego, mas porque ela é uma ferramenta de democratização da educação pois o acesso as informações estão livres e são gratuitas, mas cabe ao professor orientar o aluno nesse processo de construção de conhecimento e na produção de um senso crítico construtivo que trará benefícios para sua sociedade em geral.

### **A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DE SOCIOLOGIA PARA A FORMAÇÃO DO CIDADÃO DO SÉCULO XXI**

A mundialização, associada às novas tecnologias da informação e aos mecanismos inovadores suscitados por elas, está em via de implicar uma renovação na organização do trabalho, na produção de bens e serviços, nas relações internacionais e, inclusive, na cultura local. Nenhuma população está isenta dos efeitos de tal revolução que transforma o próprio princípio das relações humanas e da vida social. (CARNOY, 2003).

A educação do novo tempo visa a formação de um cidadão íntegro e capaz de contribuir significativamente na sua sociedade, fazendo com que ela cresça e prospera à medida que se torna uma mercadoria no mundo cada vez mais capitalista.

No reino do capital, a educação é, ela mesma, uma mercadoria. Daí a crise do sistema público de ensino, pressionado pelas demandas do capital e pelo esmagamento dos cortes de recursos dos orçamentos públicos. Talvez nada exemplifique melhor o universo instaurado pelo neoliberalismo, em que "tudo se vende, tudo se compra", "tudo tem preço", do que a mercantilização da educação. Uma sociedade que impede a emancipação só pode transformar os espaços educacionais em shopping centers, funcionais à sua lógica do consumo e do lucro. (MÉSZÁROS, 2005)

O ensino virou mercadoria, bem diferente do que está previsto na Constituição. O ensino de qualidade deveria ser para todos, mas agora é para quem paga mais e devido a essa mudança, é de suma importância a prática contínua do estudo de como vivemos, como interagimos e de como influenciados ou somos influenciados pela sociedade que nos rodeia (hoje uma aldeia global devido a globalização).

O obstáculo epistemológico inicial que deve ser transposto é o da elaboração de uma prática de ensino de Sociologia que demonstre claramente o que fazemos, de que falamos, como se realizam os nossos procedimentos, e mais importante, dadas as características do contexto escolar, saber com quem falamos. Ensinar Sociologia requer cuidado muito específico no trato com os conceitos, teorias e métodos, o que serve não somente para demonstrar ao estudante sua finalidade mais prática, mas, principalmente, para mostrar como que cada noção e conceito dá origem a outro, como as teorias e os conceitos se influenciam e se relacionam, como se processa a explicação sociológica, ou seja, expor os elementos próprios do *metier* do sociólogo (FERREIRA, 2009).

O mundo vem passando por constantes transformações e exige uma nova educação, um novo olhar e um novo método adaptado os avanços

tecnológicos. As disciplinas da área de Ciências Humanas no ensino médio têm que acompanhar essas novas demandas e preparar seus alunos para a cybercultura que vem crescendo cada vez mais.

[...] na medida em que as tecnologias de informação e comunicação baseadas na internet transformam a sociedade, elas transformaram também, a disciplina da sociologia. De forma mais geral, estas tecnologias alteraram a forma como cientistas e acadêmicos de todas as áreas buscam e referenciam informação relevante, inclusive a literatura acadêmica. Além disso, abordagens específicas à pesquisa sociológica também se transformaram. (WITTE, 2012.)

A sociologia digital, termo utilizado pela primeira vez em 2009 no artigo *Digital Sociology: Emergent Technologies in the Field and the Classroom*, estudo as tecnologias digitais e os impactos que são gerados no mundo de modo geral (economia, educação, cultura, informação, saúde etc.).

A Sociologia Digital não trata apenas de sociólogos pesquisando e teorizando sobre como outras pessoas usam tecnologias digitais ou concentrando-se nos dados digitais produzidos através deste uso. A Sociologia Digital tem implicações muito mais amplas do que simplesmente estudar as tecnologias digitais, levantando questões sobre a prática da sociologia e a pesquisa social. Ela também inclui pesquisas sobre como os próprios sociólogos estão usando as mídias digitais sociais e outros como parte do seu trabalho (LUPTON, 2015)

Devido a pandemia de 2020 gerada pelo Covid 19 o mundo se viu obrigado a se isolar fisicamente das pessoas, mas não poderia parar. As tecnologias, a internet e o próprio sistema capitalista, gerou uma janela de comunicação, interação e um chance de continuar crescendo. A nova geração teve que ensinar a antiga geração o uso das TIC's como ferramentas de trabalho, estudo e comunicação. O mundo de adaptou e a educação também.

Segundo Xavier (2011),

"[...] mesmo que as crianças e adolescentes ainda não questionem diretamente os métodos tradicionais de ensino-aprendizagem, elas estão se autoletrando pela Internet e com isso desafiam os sistemas educacionais tradicionais e propõem, pelo uso constante da rede mundial de computadores, um "jeito novo de aprender". Essa nova forma de aprendizagem se caracterizaria por ser mais dinâmica, participativa, descentralizada da figura do professor e pautada na independência, autonomia, necessidades e nos interesses imediatos de cada um dos aprendizes que são usuários frequentes das tecnologias de comunicação digital".

Houve uma grande mudança social, a cultura precisou evoluir para acompanhar os novos tempos, tempos estes que desafia a sociedade a continuar evoluindo, mas sem perder a sua essência, a sua humanidade. A educação mudou sua forma de ensinar depois de trezentos anos de alunos enfileirados nas salas de aulas.

Uma tarefa intelectual central para a disciplina é reconstruir uma teoria social geral. A Sociologia precisa de uma nova e grande ideia teórica. (Você não está entediado com Weber? Com Durkheim? E talvez até com Marx?) Duas coisas alimentam a grande teoria: a teoria anteriormente produzida e a reflexão sobre o mundo empírico. Em minha opinião, temos hoje demasiados teóricos que

não fazem nada além de pensar sobre a teoria anteriormente produzida. (...) importantes teorias sociais sempre crescem a partir de extenso trabalho empírico. (ABBOTT, 2000).

A sociologia precisou e ainda precisa se modificar principalmente no que remete a sua metodologia, pois o que levaria um século para se modificar, só precisou de um ano para alterar todo o sistema social. Seu objetivo dentro da sala de aula (virtual o presencial) tem que ser refletir sobre a sociedade na qual vivemos, suas mudanças e seus impactos e como essa nova realidade (uma nova teoria geral) vai ainda modificar o mundo no qual nossos alunos estão inseridos, sendo essa responsabilidade dos educadores.

Limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa, do mesmo modo, contudo, procurar margens de reforma sistêmica na própria estrutura do sistema do capital é uma contradição em termos. É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente. (MÉSZÁROS, 2005).

A educação deve continuar sendo direito de todos, uma educação de qualidade que posso ajudar aos jovens a crescerem socialmente e emocionalmente dentro de sua comunidade e que eles possam interagir com o mundo de forma mais consciente e participativa, sendo eles os protagonistas de suas próprias histórias.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A cultura, a economia, a educação até a forma de se expressar teve grande alteração com os usos diários das tecnologias e com isso surge uma nova sociedade com novos objetivos e novas necessidades. Crianças de cinco anos de idade já conseguem acessar a internet e pesquisar desenhos ou jogos. O autocorretor tirou a preocupação em saber escrever corretamente. O Google acabou com a busca em dicionário ou em enciclopédias.

O que é possível observar nessa nova sociedade é a falta de interesse no aprofundamento dos conhecimentos, acreditando apenas nas informações rápidas de um minuto e no quanto a sua foto ou vídeo teve de visualização ou curtidas. Essa geração da década de 2020 transformou a cultura e muitas das antigas tradições para que suas necessidades virtuais fossem supridas e com isso surge uma nova sociedade que busca por uma educação rápida, prática e que já lhe proporcione um emprego.

A sociedade mudou, as demandas mudaram, o pensamento crítico foi alterado. Todas as instituições sociais tiveram que se adaptar o mais rápido possível a esse mundo globalizado, capitalista e conectado vinte e quatro horas por dia. A pandemia gerou novos empregos e cancelou outros. Deu chance as lives de pessoas desconhecidas, mas gerou grande dependência virtual para tudo (emprego, estudo, diversão, relacionamentos).

A educação, mais precisamente, o ensino de Sociologia nas escolas de ensino básico tem grande importância para orientar os jovens sobre

responsabilidade social/digital e como a sociedade enxerga o indivíduo e o que é preciso para eliminar as desigualdades sociais/digitais (pois nem todos têm acesso às tecnologias), eliminar os preconceitos culturais (mesmo o mundo sendo globalizado, nem todos têm um conhecimento abrangente) e desenvolver um jovem cidadão protagonista, ativo, crítico e resiliente, capaz de lidar com as frustrações do mundo moderno e sua competitividade.

## **REFERÊNCIAS**

ABBOTT, A. Reflections on the Future of Sociology. *Contemporary Sociology*, v. 29, n. 2, mar. 2000.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil*. São Paulo: Editora Moderna, 2012.

ARROYO, Miguel. *Ofício de mestre: imagens e autoimagens*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

Azevedo, F. de. *A transmissão da cultura: parte 3*. São Paulo: Melhoramentos/INL, 1976.

CARNOY, Martin. *Mundialização e Reforma da educação. O que os planejadores devem saber*. Brasília: UNESCO Brasil, IPE, 2003.

CASTELLS, Manuel. *Sociedade em rede (volume I)*. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FERREIRA, Eduardo Carvalho. "Sobre o conteúdo da Sociologia na escola: o ensino e a problemática dos obstáculos epistemológicos". In: *Seminário Nacional de Sociologia & Política*, 1, 2009, Curitiba. *Sociedade e Política em tempos de incerteza*.

GENTILI, Pablo, 1995. "O discurso da qualidade como nova retórica conservadora no campo educacional". In: GENTILI, Pablo e Tomaz Tadeu da Silva, orgs. 1995. *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. Petrópolis: Vozes.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia/ Anthony Giddens*; tradução: Ronaldo Cataldo Costa; revisão técnica: Fernando Coutinho Cotanda.- 6. Ed.- Porto Alegre: Penso 2012

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) Acessado em 10/01/2021

KENSKI, V. M. *Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância*. 8a. ed. Campinas: SP, Papirus, 2010.

LUPTON, D. 2015. Digital Sociology. Londres/Nova Iorque, Routledge, 230 p.

LUPTON, D. Digital Sociology. [S.l.]: Routledge, 2015.

MANACORDA, Mario Alighiero. História da educação na Antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 1996, pp. 6-7

MARCHESI, Álvaro; MARTÍN, Elena. Qualidade do ensino em tempo de mudanças. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MISKOLCI, Richard. Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade, 2016. <http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/2316-1329.014> Acessado em 06/01/2021

NEVES, Karina Hernandes. A educação como elemento (re)definidor da sociedade. Pesquisa e Debate em Educação. Equidade, política e financiamento da educação pública. Revista do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública. V.6. n.1. 2016.

PAIVA, Marlla Rúbya Ferreira et al. Metodologias Ativas de ensino-aprendizagem: Revisão Integrativa. In: SANARE, Sobral, V. 15, n. 2, p. 1445- 153, jun./dez, 2016.

RECUERO, R. Redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SASAKI, Karen. Filosofia e Sociologia no Ensino Médio: uma conquista que demanda grandes desafios. 2007. Overmundo: Salvador, s/n, 02 de fevereiro de 2007. Entrevista concedida Juracy dos Anjos. Disponível em: <http://www.overmundo.com.br/overblog/filosofia-e-sociologia-no-ensino-medio> acesso: 03/01/2021

TESSARINI JUNIOR, Geraldo; SALTORATO, Patrícia. Impactos da indústria 4.0 na organização do trabalho: uma revisão sistemática da literatura. Revista Eletrônica de Engenharia de Produção e Correlatas. Florianópolis, SC, v. 18, n. 2, p. 743-769, 2018.

XAVIER, Antônio Carlos dos Santos. Letramento Digital e Ensino. 2011. Disponível em: <https://escolafutura.files.wordpress.com/2013/11/letramentodigital-e-ensino.pdf>



# ANÁLISE SWOT COMO FERRAMENTA NA GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS

David, Letícia Ferreira<sup>6</sup>

## RESUMO:

Este artigo faz uma abordagem sobre análise swot como ferramenta na gestão estratégica de pessoas no que diz respeito ao método utilizado por essa ferramenta que pode facilitar no recrutamento e seleção da organização a aplicação das pessoas nos cargos que de fato elas se identificam, de acordo com a análise realizada.

Com isso, este estudo irá apontar o uso dessa ferramenta como uma estratégia do capital humano da organização.

O estudo inicia-se com revisão de literatura sobre os conceitos de gestão estratégica de pessoas, em seguida recrutamento e seleção e por fim sobre análise swot e suas quatro perspectivas (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças). O objetivo deste estudo é demonstrar a funcionalidade da matriz swot dentro da área de gestão de pessoas, como forma estratégica de selecionar profissionais qualificados e capacitados para assumir o cargo disponível na empresa.

Através dos resultados obtidos é possível observar que a análise swot é uma ferramenta potencial a ser utilizada pelo recrutador.

**Palavras-chave:** Análise Swot. Gestão Estratégica de Pessoas. Recrutamento e Seleção.

## INTRODUÇÃO

Com as diversas mudanças no mercado competitivo, principalmente no que diz respeito à tecnologia e inovação, as organizações visam fornecer aos seus clientes produtos e serviços de qualidade, para que esses gerem satisfação e fidelização dos clientes. Com isso, o trabalho humano torna-se o principal responsável na construção da qualidade.

Na construção da qualidade de serviços, pessoas, produtos ou até mesmo o aperfeiçoamento de algo diante da expectativa das pessoas, as organizações buscam satisfazer as necessidades de seus clientes, tanto internos como externos e segundo a visão de Moller (1999, p.21) “a qualidade não começa com algo, mas, sim com alguém”, com isso o fator principal na construção da qualidade são as pessoas, pois a qualidade gerada nos produtos ou serviços das organizações está diretamente ligada ao esforço de cada individuo e também da equipe de trabalho em que se está inserido.

---

<sup>6</sup> Pós-Graduanda em Gestão de Pessoas e Recursos Humanos pela Faculdade Souza. Graduada em Gestão Empresarial - Processos Gerenciais pela Faculdade de Tecnologia de Mococa – Fatec. Técnica em Administração pela Escola Técnica Estadual de Mococa – Etec. Email: leticia96ferreira@gmail.com.

A prática da humanização na empresa é essencial e através dela o funcionário será valorizado, fazendo com que o seu ambiente de trabalho torne-se algo satisfatório e não escasso. Com isso, é importante que a empresa avalie o ambiente laboral, o qual influencia diretamente no comportamento organizacional.

Através de análises sobre o sistema de funcionamento que envolve o capital humano, é possível traçar metas e estratégias que visam à agregação de valores ao profissional e sua colaboração com a expansão do negócio no fornecimento de produtos / serviços de qualidade. Possibilitando corrigir e evitar erros que coloquem em risco a produtividade e também a imagem da empresa.

Um fator importante a ser analisado que possui uma grande influência no capital humano é o clima organizacional, que determina o nível do relacionamento e comprometimento entre os funcionários e a empresa. Dentro do clima organizacional é importante salientar sobre a comunicação, que para Chiavenato (2000, p.142) é "o processo de transmitir a informação e compreensão de uma pessoa para outra. Se não houver esta compreensão, não ocorre à comunicação". Um ponto chave, onde uma mensagem é transmitida e compreendida, tornando o processo organizacional efetivo e saudável.

As pessoas constituem o capital humano da organização e como recurso capaz de gerar riqueza juntamente com suas habilidades e competências, o meio laboral está altamente ligado a este aspecto, pois o colaborador deve se sentir seguro e saudável, o que de fato é possível através de uma boa comunicação. Nestes aspectos, é importante salientar que trabalhar no clima organizacional da empresa é um fator indispensável no desenvolvimento do capital humano.

A área responsável pelo desenvolvimento do capital humano dentro de uma organização é a Gestão de Pessoas, que com a junção de práticas e técnicas melhora o desempenho do colaborador. Essa área é responsável por desempenhar um papel estratégico para o fortalecimento da valorização dos funcionários e proporcionar o crescimento da organização.

O estudo irá abordar o conceito da Análise Swot para demonstrar sua aplicação como ferramenta para gestão estratégica de pessoas dentro do seu meio laboral na organização, com intuito de demonstrar através dos resultados adquiridos a importância da aplicação dessa ferramenta nas organizações. Esse assunto é de grande importância, pois o trabalho humano é o maior responsável pela geração da qualidade que como retorno gera riqueza para empresa.

Com objetivo de agregar valor ao tema em questão, o artigo apontará as falhas e práticas aplicáveis que favorecem o desenvolvimento do Recurso Humano da organização.

### **Gestão Estratégica de Pessoas**

Para uma organização garantir melhores resultados é necessário o desenvolvimento de ações alinhadas com seu planejamento estratégico a fim de conciliar os objetivos dos colaboradores com as metas da

organização, através de técnicas e práticas que irão direcioná-los, ou seja, é necessária uma área responsável por administrar o capital humano, a Gestão de Pessoas.

De acordo com Fisher, o modelo de gestão de pessoas está relacionado com conjunto de determinados fatores:

O modelo de gestão de pessoas deve ser compreendido como o conjunto de políticas, práticas padrões atitudinais, ações e instrumentos empregados por uma empresa para interferir no comportamento humano e direcioná-lo no ambiente de trabalho (FISHER, 2001, p. 21).

O conjunto de práticas e objetivos definidos para entender os colaboradores e alinhar seus interesses com o da empresa com base nas necessidades estratégicas da organização, juntamente com o desenvolvimento e necessidades dos trabalhadores é de suprema importância, pois assim como Davel e Vergara (2009) entendem, as pessoas são fonte verdadeira de vantagem competitiva, não fazendo apenas parte da vida produtiva da organização.

As pessoas são fonte verdadeira de vantagem competitiva, por causa de seu valor, sua raridade, suas inimitáveis e insubstituíveis qualidades humanas, ou seja, por causa da capacidade original de combinarem emoção com razão, subjetividades com objetividade, quando concebem situações, quando desempenham tarefas, interagem e decidem (DAVEL; VERGARA, 2009, p. 31).

Segundo Campos (2008, p.110), desenvolver pessoas é "um compromisso sério, envolvido com a promoção do bem-estar e da saúde mental e física das pessoas em toda a sociedade, para todo e qualquer profissional que tenha por ofício "lidar" com gente". Com isso, um grande desafio para os profissionais da área de gestão de pessoas se dá em auxiliar, gerenciar e orientar as pessoas para que possam descobrir quais são suas competências e como se dispõem delas.

A gestão estratégica de pessoas se implica a isso, onde busca alinhar os requerimentos dos cargos e posições hierárquicas aos indivíduos que os preencham, com divisões de tarefas, padronização de atividades, especialização e minimização de custos. Marras (2000, p.253) define a gestão estratégica de pessoas como: "A gestão que privilegia como objetivo fundamental, através de suas interações, a otimização dos resultados finais da empresa e da qualidade dos talentos que a compõem".

Para o desenvolvimento deste conceito, de acordo com Chiavenato (1997 apud STADLER, 2009, p.3), devemos observar três características essenciais.

Pessoas como seres humanos – A organização (ou seus gestores) reconhece que as pessoas são profundamente diferentes entre si, dotadas de personalidade própria, com história pessoal particular e diferenciada em busca de objetivos reais e mensuráveis, não sendo mais consideradas como meros recursos da organização. Pessoas não apenas como recursos – A organização reconhece que os

colaboradores são elementos que a impulsionam para a busca de resultados, e não como agentes estáticos. As pessoas gerenciam os outros recursos disponíveis, mas não são considerados como tal. Pessoas como parceiros – A organização reconhece e trata as pessoas (corpo funcional) como parceiros, torna-os capazes de a conduzir ao sucesso. Como parceiros, as pessoas demonstram esforço, dedicação, responsabilidade, comprometimento.

Mas, para que haja sucesso na empresa, os objetivos da gestão estratégica de pessoas devem estar claros e definidos, para que assim, as ações desenvolvidas tragam resultados decisivos que irão favorecer a empresa e motivar o colaborador.

Para que haja sucesso na empresa, é preciso que os objetivos da gestão estratégica de pessoas estejam claros e definidos. O que vai garantir qualidade nas ações desenvolvidas é a motivação dos colaboradores. Desenvolver e estimular a qualidade de vida vem sendo um dos grandes desafios da atualidade em várias instituições e também nas próprias pessoas, visando além da produtividade, o bem estar social que a pessoa merece (SOVIENSKI e STIGAR, 2008, p. 58).

O gestor de pessoas deve ter sempre os objetivos e metas bem claros em seu planejamento estratégico, para que se possa proporcionar vantagem competitiva com seu capital humano, buscando o sucesso pessoal e o organizacional.

### **RECRUTAMENTO E SELEÇÃO**

O processo de recrutamento e seleção é primordial para a gestão estratégica de pessoas, pois irá identificar os profissionais que apresentam o perfil adequado para o cargo disponível e classificar o profissional que melhor ocuparia o cargo, através de análises comparativas das características pessoais e profissionais de acordo com as exigências do cargo.

A seleção de pessoas faz parte do processo de provisão de pessoal, vindo logo depois do recrutamento. O recrutamento e a seleção de recursos humanos devem ser tomados como duas fases de um mesmo processo: a introdução de recursos humanos na organização. Se o recrutamento é uma atividade de divulgação, de chamada, de atenção, de incremento da entrada, portanto, uma atividade positiva e convidativa, a seleção é uma atividade obstativa, de escolha, opção e decisão, de filtragem da entrada, de classificação e, portanto, restritiva (CHIAVENATTO, 2006, p. 185).

Para Xavier (2006) na seleção do candidato é necessário um cuidado maior para que não ocorra o erro de selecionar alguém fora do que se é exigido para o cargo e/ou que possa trazer problemas futuros. Deve-se então estar atento aos métodos utilizados para que não ocorra essa falha e prejudique a organização e seus interesses futuros.

De acordo com Gil (2012), no processo recrutador é importante que o recrutador tenha clareza e compreensão da necessidade do cargo a ser ocupado.

Com base na descrição da função, o selecionador define o perfil do indivíduo adequado para preenchê-la. A partir daí, cabe-lhes determinar onde poderão ser encontrados os candidatos mais adequados. Passa-se, então, ao recrutamento que consiste num processo que visa atrair candidatos potencialmente qualificados e capazes de ocupar cargos dentro da organização". (GIL, 2012, p. 93).

É notório que o recrutamento e seleção realizado de forma estratégica trará benefícios para empresa, evitando falhas e problemas futuros, e é ele também que determinará se os impactos do profissional que irá assumir o cargo disponível serão positivos ou não. Cabe então ao recrutador ter clareza das necessidades para a função a ser desempenhada, para que o perfil do colaborador seja equivalente à atividade a ser desenvolvida.

### **ANÁLISE SWOT**

A análise swot é uma ferramenta utilizada com intuito de realizar uma investigação a fim de auxiliar no posicionamento estratégico, facilitando a tomada de decisão. Ela é dividida em 4 partes S (Strengths – forças), W (Weaknesses – fraquezas), O (Opportunities – oportunidades) e T (Threats – ameaças). E, segundo Dutra (2014) devido a característica interdisciplinar da análise swot é possível sua adequação a diferentes campos de estudo.

Os pontos fracos devem ser vistos como uma preocupação onde a organização devesse trabalhar para reduzi-los ou eliminá-los. Já as oportunidades devem ser aproveitadas e as ameaças observadas, e se possível solucionadas. Desta forma, a organização poderá identificar e fortalecer os pontos fortes que ainda não foram aproveitados e os pontos fracos que podem ser corrigidos (HONG, 2006, p. 181).

Com essa ferramenta é possível analisar o ambiente interno destacando as forças e fraquezas, como também o ambiente externo definindo as oportunidades e ameaças que irá gerar de forma visual os pontos fortes e fracos, podendo ser analisados e avaliados de acordo com a necessidade definida para utilização desse meio estratégico.

Para Ferrell; Hartline (2009, p.130) "um dos maiores benefícios da análise swot é que ela gera informações e perspectiva que podem ser compartilhadas entre as diversas áreas funcionais da empresa". Com isso, esse modelo de análise permite colocar as ameaças e oportunidades da análise externa de acordo com as forças e fraquezas da análise interna, permitindo estruturar visões e estratégias na área funcional determinada pela empresa. O quadro abaixo demonstra essas 4 perspectivas:

<b>Análise Interna</b>	
<b>Forças (Strengths)</b>	<b>Fraquezas (Weaknesses)</b>

<b>Análise Externa</b>	<b>Oportunidades</b> (Opportunities)	<b>S/O (MAXI-MAXI)</b> Tirar o máximo proveito dos pontos fortes para aproveitar ao máximo as oportunidades detectadas.	<b>W/O (MINI-MAXI)</b> Desenvolver as estratégias que minimizem os efeitos negativos dos pontos fracos e que, ao mesmo tempo, aproveitem as oportunidades emergentes.
	<b>Ameaças</b> (Threats)	<b>S/T (MAXI-MINI)</b> Tirar o máximo proveito dos pontos fortes para minimizar os efeitos das ameaças detectadas.	<b>W/T (MINI-MINI)</b> As estratégias a desenvolver devem minimizar ou ultrapassar os pontos fracos e, tanto quanto possível, fazer face às ameaças.

Quadro 1 – Modelo de matriz SWOT (Fonte: adaptado de Castro *et al.*, 2008)

Para Martins e Turrioni (2002), a análise swot contribui no cruzamento dos fatores externos e internos com intuito de criar uma matriz estratégica, que traga resultados e que faça sentido. São 4 as combinações, que são definidas por: MAXI-MAXI (Forças e Oportunidades); MAXI-MINI (Forças e Ameaças); MINI-MAXI (Fraquezas e Oportunidades) e MINI-MINI (Fraquezas e Ameaças).

O modelo demonstrado no quadro acima, auxilia na aplicação de estratégias a serem tomadas dentro da organização com seu pessoal, sendo possível verificar através da análise individual de cada colaborador se estão na ocupação equivalente aos seus potenciais, desenvolvendo ações que minimizem os efeitos negativos. Aplicando a análise swot na gestão estratégica de pessoas é possível analisar as características individuais de cada funcionário e definir se estão no cargo correto, ou até mesmo, no recrutamento e seleção, utilizando-a para definir o cargo que o profissional irá desenvolver.

Para o recrutador no momento do recrutamento e seleção, o modelo da matriz swot irá auxiliá-lo, juntamente com testes e entrevista realizados com o candidato, definir quais são suas forças e fraquezas, as quais seriam prejudiciais para a organização ou para o cargo a ser executado e também definir as oportunidades e ameaças que o mesmo oferece, definindo habilidades, competências que trariam benefícios para a vaga a ser ocupada.

Para uma organização ter sucesso é necessário que os colaboradores estejam em ocupações relativas as suas qualidades e competências, não somente intelectual, mas também de acordo com a sua personalidade e com a análise swot isso se torna possível, pois através dela é possível definir as vantagens e desvantagens.

O subsistema de aplicação "envolve os primeiros passos na integração dos novos membros na organização, desenho do cargo a ser desempenhado e a avaliação do desempenho no cargo". Em outras palavras, compreende o enquadramento das pessoas nos cargos e a avaliação desempenhada por cada um dentro dos seus respectivos cargos (CHIAVENATO, 2005, P. 211).

É de grande importância, para que a empresa se desenvolva profissionalmente, que os novos colaboradores e até mesmo os atuais sejam enquadrados em seus respectivos cargos.

### **DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

Com base no estudo apresentado foi realizada em uma pequena indústria têxtil na cidade de Guaranésia uma análise com a ferramenta estudada para demonstrar sua importância e se as habilidades do funcionário correspondem com o cargo que ele atua, definindo as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

Foi descrito e avaliado na matriz swot, juntamente com o funcionário Wellington, que ocupa o cargo de tecelão, seus potenciais e fraquezas, mas antes de iniciarmos, foi realizada uma pesquisa sobre o cargo de tecelão, o que é necessário desenvolver e quais seriam as habilidades coerentes com essa atividade, facilitando a definição da análise swot.

Com base nos resultados adquiridos foi avaliado que suas forças são: determinado, trabalho em equipe e disposição; a fraqueza foi determinada quando o trabalho não rende; as oportunidades é que o funcionário trabalha no que gosta e sempre está aprendendo coisas novas e as ameaças é trabalhar estressado.

Com isso, o resultado da avaliação foi que o funcionário ocupa o cargo na empresa de acordo com suas habilidades, foi um resultado positivo para a organização. No entanto, para que a decisão do enquadramento das pessoas em seus respectivos cargos seria aplicabilidade desta ferramenta no recrutamento e seleção, onde muitas empresas falham, não dão a correta importância para essa fase que é essencial e determinará o seu futuro. Por isso, muitas empresas tem que lidar com funcionários incoerentes ao cargo que atuam e uma prática aplicável para evitar essa falha seria o desenvolvimento da análise swot.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O conjunto de práticas para alinhar os interesses da organização com de seus colaboradores, se dá pela gestão de pessoas, no entanto são necessárias ações estrategistas para que isso ocorra. Neste sentido, a gestão estratégica de pessoas busca alinhar os requerimentos dos cargos e posições hierárquicas aos indivíduos que os preencham, com divisões de tarefas, padronização de atividades, especialização e minimização de custos.

Para trabalhar de forma estrategista na área de gestão de pessoas, um grande passo a se dar para ter resultados positivos é ter um bom recrutamento e seleção, que é primordial para identificar se os profissionais apresentam o perfil adequado para o cargo a ser ocupado. Sendo realizado de forma estratégica evitará falhas e problemas futuros, determinando se os impactos do profissional que irá assumir disponível será positivo ou não. Com isso, foi apresentada como ferramenta estratégica a análise swot, que determina as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, contribuindo no cruzamento das informações para analisar e decidir a ocupação do colaborador. E para demonstrar sua aplicação dentro da empresa, foi

realizado com um funcionário que já possui um cargo de atuação, sendo permitido avaliar que o mesmo ocupa o cargo correto para suas habilidades, alcançando assim o objetivo deste estudo que foi demonstrar a aplicação desta ferramenta.

## **REFERÊNCIAS**

CAMPOS, Dinael Corrêa. **Atuando em psicologia do trabalho, psicologia organizacional e recursos humanos**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos: o capital humano das organizações**. São Paulo: Atlas, 2006.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**. 2º Ed. revisada. 9ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DAVEL, E.; VERGARA, S. C. **Gestão com pessoas e subjetividade**. São Paulo: Atlas, 2009.

DUTRA, Joel Souza. **Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas**. São Paulo: Atlas, 2002.

FERRELL, O. C.; HARTLINE, M. D. **Estratégica de Marketing**. Tradução: All Tasks; Marleine Cohen. 4 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

FISHER, A. L. **O conceito de modelo de gestão de pessoas**. In: DUTRA, J. S. et al. (Org.). **Gestão por competências**. São Paulo: Editora Gente, 2001. p. 21.

GIL, Antonio Carlos. **Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais**. 12 reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

HONG, Yuh Ching. **Contabilidade gerencial**. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico**. São Paulo: Futura, 2000.

MARTINS, R. F.; TURRIONI, J. B. **Análise de SWOT e Balanced Scorecard: uma Abordagem Sistemática e Holística para Formulação da Estratégia**. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 22., 2002, Curitiba. Anais... Curitiba: ENEGEP, 2002.



MOLLER, Claus. **O lado humano da qualidade**. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p.21.

SOVIENSKI, Fernanda; STIGAR, Robson. **Recursos Humanos X Gestão de Pessoas. Gestão: Revista Científica de Administração e Sistemas de Informação**. Curitiba, v. 10, n. 10, jan./jun. 2008.

XAVIER, R. **Gestão de Pessoas na Prática: Os desafios e as soluções**. São Paulo: Gente, 2006.

# **A CONTRIBUIÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E PSICOPEDAGÓGICO AOS ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN**

Souza, Mônica Pereira de <sup>7</sup>

## **RESUMO:**

A Síndrome de Down é uma anormalidade cromossômica que traz graves prejuízos ao portador da referida síndrome. A capacidade motora e as complicações médicas configuram-se em elementos agravantes para as crianças portadoras da síndrome. Assim como todas as crianças acometidas por alguma necessidade especial, a criança com Síndrome de Down também tem seu direito à frequentar a escola regular conforme garantia positivada em lei. Sendo assim, as escolas regulares lançam mão de alternativas que contribuem com a inclusão e aprendizagem desse público por meio do atendimento educacional especializado. Partindo desses pressupostos, a presente pesquisa teve como objetivo geral demonstrar os desafios e as possibilidades do atendimento educacional especializado às crianças portadoras da Síndrome de Down inclusas na escola regular. Para cumprir tal propósito adotou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica. A inclusão é uma prática que ganha cada vez mais destaque no cenário educacional sendo bastante benéfica para as crianças com Síndrome de Down e embora ainda haja certo despreparo por parte dos profissionais, a escola regular tem se empenhado em acolher e incluir de forma significativa esse público.

**PALAVRAS-CHAVE:** Síndrome de Down. Atendimento Educacional Especializado. Contribuição.

## **INTRODUÇÃO**

Incluir uma criança com Síndrome de Down na escola regular, demanda que um professor especialista que possa acompanhar essa criança em seu desenvolvimento escolar.

Sabe-se que a Síndrome de Down é uma anomalia genética com peculiaridades que afetam o seu desenvolvimento tornando-o mais lento. Em todo o sistema de ensino as escolas já têm demandas e procuram atender essas crianças da melhor forma possível, mas o grande entrave que se encontra nesse espaço é as dificuldades enfrentadas pelos professores que na maioria das vezes não tem formação para conduzir a inclusão dessa criança. Partindo desses pressupostos o presente estudo objetivou demonstrar os desafios e as possibilidades do atendimento educacional

---

<sup>7</sup> Pós graduanda do Curso de Educação Especial/Educação Inclusiva/Múltiplas Deficiências do Instituto Souza.

especializado às crianças portadoras da Síndrome de Down inclusas na escola regular.

Incluir uma criança com Síndrome de Down na escola regular é oportunizar a ela um conhecimento que vai além de atividades estereotipadas, ali acontece sua interação e socialização e o contato com um novo meio social depois do familiar.

Diante do exposto percebe-se a necessidade de a escola se adequar ao compromisso de receber o público portador de necessidades especiais seja de que ordem for. Não basta inserir esses indivíduos no ambiente escolar regular, é preciso garantir também a sua permanência e uma aprendizagem de qualidade.

A legislação em vigor garante em seus dispositivos o acesso e a permanência dessas crianças no sistema regular de ensino, políticas públicas tem investido no movimento inclusivo a fim de democratizar esse ensino cada vez mais. No entanto algumas lacunas ainda se apresentam e é preocupante, pois o despreparo dos professores ainda se constitui em uma problemática para que a real inclusão aconteça.

Portanto neste estudo apresentou-se uma breve revisão de literatura bibliográfica enfatizando aspectos legais e pedagógicos que contribuem para que esses alunos sejam realmente acolhidos e incluídos tendo assim seus direitos resguardados por lei.

### **O ATENDIMENTO LEGAL AO DEFICIENTE ESCOLAR NO BRASIL**

O clamor social levou à elaboração de muitos dispositivos que trazem em seu bojo a construção de uma sociedade mais igualitária e menos excludente. A Carta Magna traz em seus dispositivos a intitulação "portador de deficiência" é a utilizada na Constituição da República Federativa do Brasil, por isso, não é incorreta como terminologia a ser adotada.

Para Cury (1999, p.14):

Fica clara a opção da Constituição Federal de 1988 e, à sua luz, a da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/1996 e de outras leis infraconstitucionais em considerarem a diferença como constituinte do princípio da pluralidade.

Assumindo, formalmente, os mesmos princípios postos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, introduziu, no país, uma nova prática administrativa, representada pela descentralização do poder. A partir da promulgação desta Constituição, os municípios foram contemplados com autonomia política para tornar as decisões e implantar os recursos e processos necessários para garantir a melhor qualidade de vida para os cidadãos que nele residem.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, promulgada em 13 de julho de 1990, dispõe, *in verbis*:

Art. 3º. A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes

facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade:

Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990, p. 3).

A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência prevista no Decreto 3298/99 alterado pelo Decreto n.5296/04, traz as definições no tocante à pessoa com deficiência, considerando:

I - Deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física;

II - Deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;

III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60o; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV - Deficiência mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

1. comunicação;
2. cuidado pessoal;
3. habilidades sociais;
4. utilização dos recursos da comunidade;
5. saúde e segurança;
6. habilidades acadêmicas;
7. lazer; e
8. trabalho;

V - Deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências (BRASIL, 2004, p. 9).

No caso de tais definições, a lei limitou as hipóteses para evitar seu indevido alargamento. Se alargasse demais, aqueles que realmente precisam do dispositivo, poderiam ficar sem proteção.

### **POSSÍVEIS PATOLOGIAS DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN**

Para conceituar a Síndrome de *Down* é preciso revisitar o passado tendo em vista a íntima ligação entre a Síndrome de *Down* e a Teoria da Evolução proposta por Charles Darwin. Embora o foco deste estudioso era as espécies animais, sua contribuição foi bastante significativa no que diz respeito à origem e evolução humana.

Segundo Duarte e Trevisan (2017 p. 16):

Em 1865, Gregor Mendel publicou as leis da genética e foi nesse contexto que John L. *Down* publicou seu trabalho mais conhecido: observações acerca da classificação étnica dos idiotas (*Observations*

*on the ethnic classifications of idiots*), no qual descreveu pela primeira vez a Síndrome de *Down*, que, em um primeiro momento foi denominada erroneamente como mongolismo.

A Síndrome de *Down* não é a única alteração, ou anormalidade, cromossômica que pode afetar as crianças. Os pais usualmente se espantam com a ocorrência frequente de cromossomos anormais na concepção. Em geral, as alterações cromossômicas de um tipo ou de outro são muito comuns no momento da concepção. Um número significativo de alterações cromossômicas não permite que os embriões se desenvolvam, acarretando abortos espontâneos.

A evolução da relação entre trissomia e cromossomo se deu de forma lenta, estudiosos da divisão celular percorreram um longo caminho até que na década de 60 (sessenta) as informações citogenéticas sobre a Síndrome de *Down* foram disponibilizadas através de renomados médicos e de um grupo seletivo e prestigiado de pesquisadores biomédicos que assinaram uma carta publicada em um periódico da época intitulado *Lancet*, cujo conteúdo sugeria a abolição do termo mongolismo pelo termo anomalia do cromossomo 21 (LIMA, 2011).

Portanto, a Síndrome de *Down* é uma condição decorrente de uma alteração cromossômica no par 21, também conhecida como trissomia do 21. A síndrome de *Down*, a alteração cromossômica mais comum entre os humanos, é a única que geralmente permite o desenvolvimento do embrião. Segundo Martins (2011, p.16) "é considerada a patologia mais frequente, associada à deficiência intelectual, sendo responsável por cerca de 18% a 20% dos casos de déficits intelectuais existentes". Estudiosos associam a Síndrome de *Down* à deficiência intelectual, pois no par 21 ocorre um excessivo material genético cuja procedência é de 1 cromossomo a mais. Porém, estudos comprovam que esse cromossomo a mais no par 21 não se caracteriza como responsável interino pela má formação do organismo, que desencadeia diversos problemas no indivíduo *Down*.

Nas palavras de Alves (2011, p. 48):

Cada pessoa tem genes localizados em todas as células do seu corpo; eles constituem o plano da vida. Os genes fornecem às células as instruções para o crescimento e o desenvolvimento. Se você imaginarem o corpo humano como um computador, os genes são o software que diz ao computador o que fazer. Quase todas as características pessoais – desde a cor dos olhos ao tamanho das mãos e ao som de sua voz – são codificadas nos genes. Cada pessoa tem milhares deles.

Essa alteração que também pode ser considerada uma falha genética no cromossomo de par 21, é possível de compreensão a partir do entendimento da composição da célula humana que basicamente é composta por 46 cromossomos que distribuídos em 23 pares, 22 são idênticos independente do sexo, numerados de 1 a 22. Os cromossomos 25

restantes são os sexuais, que são identificados pelas letras X e Y, sendo que XX para a mulher e XY para o homem (MARTINS, 2011).

## **CONTRIBUIÇÕES DO LÚDICO PARA O ENSINO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NO CONTEXTO DO AEE**

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem a função de estar a serviço da educação especial de forma a contribuir com o atendimento das crianças portadoras de necessidades especiais para que avancem em suas aprendizagens. Pois ao cumprir esse papel tende a amenizar as barreiras que possam dificultar a escolarização desse público.

Quando a escola regular possui o atendimento educacional especializado, há que se integrar a proposta pedagógica e a participação dos pais no processo de atendimento à criança que desse atendimento necessita. Embora os desafios sejam grandes nesse contexto é preciso compreendê-lo como um direito garantido por lei (BRASIL, 2011).

No atual contexto educacional inclusivo, não é mais possível pensar em ensinar uma criança, que possua Síndrome de *Down* ou não, sem levar em consideração estratégias que possam envolvê-la e leva-la a uma melhora significativa em termos de aquisição do conhecimento e de suas relações. Segundo Zapparoli (2012, p. 63):

Crianças com Síndrome de *Down* têm um enorme potencial. Elas só precisam de um pouco mais de estímulo para aprimorar as suas habilidades. Por isso, a utilização das atividades lúdicas se faz necessária para a aprendizagem dessas crianças. Brincadeiras e jogos pedagógicos são ótimos para facilitar o aprendizado, já que eles ajudam a criança a se expressar e interpretar situações.

O lúdico tem ganhado destaque no contexto educacional em especial no que tange ao atendimento educacional especializado, considerando que os jogos e o brincar são elementos importantes para o desenvolvimento infantil e aprendizagens. Pois com alunos portadores da Síndrome de Down os jogos tendem a desenvolver a coordenação motora, a sociabilidade, linguagem.

Assim sendo, Cintra (*et. al.* 2017, p. 7), explanam que:

Uma das melhores formas de estimulação para as crianças com síndrome de Down é através das brincadeiras lúdicas. Através de atividades lúdicas que envolvam as diversas linguagens artísticas como a dança, música, teatro, podemos trabalhar atividades que desenvolvam a criança de uma forma prazerosa, sem ser cansativo para ela.

Aprender por meio do brincar torna esse processo prazeroso, porém esse recurso pedagógico precisa de planejamento para ser aplicado com as crianças com Síndrome de Down para que se possa atingir o objetivo traçado pelo docente. Entre as brincadeiras lúdicas, destaca-se a dança como uma ação importante para que a criança Down desenvolva seus limites corporais e outras noções de espaço.

As brincadeiras e os jogos funcionam como estímulo para as crianças com Síndrome de Down descobrirem o mundo e ter a possibilidade de desenvolver habilidades que por conta de suas limitações a impedem de realizar algumas aprendizagens.

Diante disso, Castro e Pimentel (2009, p. 305), discutem que:

É importante que a escola tenha no seu planejamento diário atividades que exijam do sujeito com a síndrome trabalhos de: cooperação, organização, constituição, movimentos, compreensão, exploração de propostas lúdicas e materiais diversos para que a criança possa realizar atividades motoras como: correr, pular, rolar, entre outras. Essas ações contribuirão para o desenvolvimento social, afetivo, motor e da linguagem. Quanto maior for a sua estimulação, mais internalizados serão os domínios.

No trabalho com a criança com Síndrome de Down a estimulação e a parceria dos pais com os professores é extremamente necessária tendo em vista que essa criança precisa se desenvolver física e cognitivamente, afinal a Síndrome de Down é uma condição de vida e não uma doença, sendo assim essas crianças são capazes de realizar tarefas dentro de suas limitações, o que envolve um tempo maior para aprendizagens e desenvolvimento de habilidades.

O cotidiano infantil é permeado pelo brincar, dessa forma o ato de brincar pode ser considerado um processo de humanização e nesse processo a criança socializa e cria vínculos duradouros proporcionados pelo brincar. A dinâmica do brincar oportuniza o desenvolvimento do raciocínio, do julgamento e da argumentação, habilidades que farão parte de sua vida futura.

Carvalho (1992, p.28) acrescenta que:

Quando o ensino se pauta no lúdico, a aprendizagem adquire um aspecto significativo e os aspectos afetivos emergem nesse processo dinâmico que é o desenvolvimento infantil. O desenvolvimento da inteligência é outro aspecto a ser observado pois no decorrer das aprendizagens de forma lúdica há uma transformação.

Conforme as brincadeiras e jogos começam a fazer parte do cotidiano infantil é possível perceber o quanto o brincar vai se tornando importante no desenvolvimento infantil. Jogar, imaginar, criar, pular, são ações que proporcionam conquistas, experiências significativas que contribuem para a formação dos pequenos que através do brincar e do aprender vão construindo sua identidade. As brincadeiras e os jogos são recursos dotados de um potencial inesgotável de interação lúdica, afetiva e da aquisição de conhecimento.

Atualmente lançar mão da ludicidade como ferramenta eficaz no cotidiano escolar da educação infantil, tornou-se uma constante, pois através do lúdico a aquisição de conhecimentos se torna prazerosa e compatível com a perspectiva da criança. A criança em processo desenvolvimento costuma se envolver em atividades primárias que se relacionam com os aspectos



físico, social e intelectual e assim vão assimilando saberes de forma espontânea (ZANLUCHI, 2015 p. 91).

A brincadeira no contexto escolar sempre foi vista como momento exclusivo e criteriosamente separada dos conteúdos a serem ensinados. Estudos sobre a ludicidade e sua importância ganharam terreno a partir da compreensão dos ganhos envolvidos na dinâmica do aprender brincando.

Sobre isto, Kishimoto (2002, p. 62) afirma que:

O renascimento vê a brincadeira como conduta livre que favorece o desenvolvimento da inteligência e facilita o estudo. Por isso, foi adotada como instrumento de aprendizagem de conteúdos escolares. Para se contrapor aos processos verbalistas de ensino, à palmatória vigente, o pedagogo deveria dar forma lúdica aos conteúdos.

A inclusão de propostas lúdicas na educação infantil é passível de discussões por teóricos, educadores e estudiosos da temática e foram esses olhares e contares daqueles que estudam e escrevem sobre ludicidade que permitiu a compreensão da importância dessa ferramenta na educação infantil.

### **PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL (PDI)**

O Atendimento Educacional Especializado normalmente é oferecido pela sala de recursos e tem por objetivo proporcionar aos alunos com necessidades especiais o acesso aos conteúdos escolares de forma a compreender o mundo e adquirir autonomia para frequentar a sala regular. De acordo com Carvalho (2004, p. 112):

Para que o professor que atua nesse contexto, sua ação pedagógica requer planejamento detalhado do que se pretende para suprir as necessidades de aprendizagens desses alunos considerando as especificidades de cada um, criando condições para que as barreiras que o impedem de avançarem em seu desenvolvimento cognitivos sejam amenizados.

Na escola dita inclusiva, a sala multifuncional por meio do atendimento educacional especializado configura-se como elemento de suporte que faz toda diferença na garantia da aprendizagem e da participação dos alunos inclusos em classe comum.

Sendo assim, o professor que atua no Atendimento Educacional Especializado, tem a tarefa de elaborar um plano de desenvolvimento individual juntamente com o coordenador pedagógico da instituição. Nesse plano, há de se considerar os objetivos a serem atingidos bem como as ações desencadeadas para o cumprimento deles. Deve ainda conter os registros dos avanços e das avaliações para que as intervenções sejam significativas (RODRIGUES, 2011)

No contexto do Atendimento Educacional especializado, metodologias padronizadas não fazem sentido para aqueles que ao invés de considerarem o percurso pedagógico das crianças, valorizam a adaptação do currículo para a promoção de aprendizagens dos alunos com necessidades educacionais.

Nas palavras de Cavalcante (2005, p. 42):

Apesar de sua importância, o PDI ainda é um documento desconhecido por alguns profissionais da educação. Além de estar amparado nas leis já citadas, ele é previsto no capítulo "Adaptações Curriculares" dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) publicados pelo Ministério da Educação (MEC).

É através do plano de desenvolvimento individual que o professor irá conhecer e compreender as lacunas de aprendizagens do aluno com necessidade especial para que possa assim traçar ações que favoreçam as aprendizagens de forma a incluir todos.

Esse documento deve ser elaborado logo no início do ano letivo tendo a contribuição dos docentes que atuam com o aluno, da equipe gestora e dos pais para que em parceria e com base nos dados coletados, as ações pedagógicas sejam elaboradas tornando o processo de aprendizagem desses alunos menos dificultoso.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A inclusão escolar já ganhou espaço significativo nas instituições de ensino. Porém sua verdadeira efetivação ainda depende de políticas públicas que garantam não só o acesso como também a permanência e o Atendimento Educacional Especializado para todos aqueles que dele necessitam.

As crianças com Síndrome de Down possuem limitações, mas são perfeitamente capazes de aprender dentro de seus limites e de seu tempo, possibilitando assim maior autonomia para a vida social.

No atual cenário educacional não cabe mais a segregação ou integração dessas crianças, é preciso incluí-las de forma a fazer parte do todo a se sentirem pertencentes ao grupo que a rodeia. Sendo assim, a parceria escola/família é extremamente relevante nesse processo.

Cabe à escola criar meios e mecanismos para que as ações pedagógicas desencadeadas através do Atendimento Educacional especializado, contribuam para amenizar as barreiras enfrentadas por esse público em relação à sua aprendizagem. A inclusão é um processo constante que precisa ser continuamente revisto e que envolve o suporte de serviços da área de educação especial por meio de seus profissionais.

Brincar é experimentar-se, relacionar-se, imaginar-se, expressar-se, compreender-se, confrontar-se, é negociar e se transformar e é de extrema importância no desenvolvimento e aprendizagem, pois facilita a construção da reflexão, da autonomia e da criatividade na educação infantil.

Como se sabe, as mudanças da sociedade e das práticas sociais atualmente andam extinguindo o brincar da vida do homem e tais mudanças foram incorporadas à infância. Antes brincar era uma coisa típica que hoje é rara, contudo, cabe a todos a responsabilidade, enquanto adultos e enquanto sociedade, de não deixar que o brincar desapareça.

### **REFERÊNCIAS**

ALVES, D. O. **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado.** Brasília, DF: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil: (Lei nº 8.069/90).** Brasília, 1990.

CARVALHO, R.E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is".** Porto Alegre: Mediação, 2004.

CASTRO, A. S.; PIMENTEL, S. C. **Síndrome de Down: desafios e perspectivas na inclusão escolar.** In: DÍAZ, F. et al. (Org.). Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2009.

CAVALCANTE, M. **A escola que é de todas as crianças.** Revista Nova Escola. São Paulo, vol. 20, nº 182, 2005.

CURY, C. R. J. **Direito à diferença: um reconhecimento legal.** Educação em revista, Belo Horizonte, n. 15, 1999.

LIMA, L.C.A. **Da universalização do ensino fundamental ao desafio de democratizar o ensino médio em 2016: o que evidenciam as estatísticas?** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, DF, v. 92, n. 231, maio/ago. 2011.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 2011.

RODRIGUES, S. M. **Síndrome de Down de inclusão: um estudo nas escolas estaduais.** 2011, 196f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação Instituição de Ensino) – Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto. Biblioteca Depositária: Josefina de Souza Lacerda, 2011.

ZAPPAROLI, Kelem. **Estratégias lúdicas da criança com deficiência.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

# O ENSINO DE GEOGRAFIA NO BRASIL: HISTÓRIA E PERSPECTIVAS

Viana, Raquel Ferreira<sup>8</sup>

## RESUMO:

A geografia escolar tem a função de ensinar o aluno a pensar criticamente sobre a influência da sociedade sobre a produção do espaço. A Geografia escolar foi instituída no Brasil na fase imperial e desde então passou seu ensino por mudanças epistemológicas e didáticas. O objetivo deste trabalho é fazer um levantamento bibliográfico sobre o ensino de Geografia no Brasil, desde a sua institucionalização até os dias atuais e refletir sobre suas perspectivas futuras de continuidade no ensino básico.

**PALAVRAS CHAVE:** Geografia escolar; Educação e Ensino; PCN/BNCC.

## INTRODUÇÃO:

A Geografia escolar tem como objetivo estudar o espaço e a produção social que nele ocorre e desenvolver no aluno a percepção de forma coerente e real do mundo à sua volta (MIRANDA, 2015; PORFÍRIO, SANTOS e LEITE, 2014).

Conforme destaca Silva (2020, p. 5) "Geografia estende-se acerca de questões da sociedade, do Estado e de diferentes grupos, analisando as suas relações com esse meio. Deste modo, também mantendo perspectivas e comportamentos políticos e sociais, não apenas espaciais".

Apesar de seus conteúdos, conceitos e objetivos serem bastante contemporâneos e relevantes para a formação de um cidadão crítico e consciente, a Geografia escolar passa atualmente por crises e seus conteúdos estão sendo diluídos, conseqüentemente é considerada por muitos alunos como uma disciplina monótona e sem importância, baseado memorização conceitos (PORFÍRIO, SANTOS e LEITE, 2014; SANTOS e FERNANDES, 2018, MARTINS ALBUQUERQUE, 2011).

O objetivo deste trabalho é fazer um levantamento bibliográfico sobre o ensino de Geografia no Brasil, desde a sua institucionalização até os dias atuais e refletir sobre suas perspectivas futuras de continuidade no ensino básico. Este trabalho justifica-se por entendermos que o conhecimento sobre a história da Geografia escolar no Brasil, servirá de base para melhorias das práticas pedagógicas e das relações de ensino e aprendizagem no futuro.

## O ENSINO DE GEOGRAFIA NO BRASIL

A Geografia foi oficializada como ciência na Alemanha através da atuação de dois importantes geógrafos, Alexandre Von Humboldt (1769-1859) e Karl Ritter (1779-1859), sob forte influência burguesa, para valorização do Estado-Nação através descrição de mapas com contornos dos países, com

---

<sup>8</sup> Pós-graduanda em Metodologia de Ensino de Geografia e História

a finalidade de despertar o senso patriótico dos cidadãos na defesa de seu território (BRITO, 2020; FERREIRA e MACIEL, 2017).

No Brasil o ensino de Geografia foi institucionalizado e consolidado como componente curricular obrigatório com a criação do Colégio Pedro II, colégio referência da época, com forte influência da escola francesa (ROCHA, 2014).

O saber geográfico da França tinha por objetivo fortalecer a identidade patriótica nacional do país, as contradições que existiam dentro no espaço não eram analisadas devido ao encantamento patriótico que esse ensino produziu, de modo que não havia nenhum confronto entre o patriotismo e as contradições espaciais, assim a Geografia ensinada nas escolas tinha pouca aplicação prática fora do sistema de ensino (FELICIANO, 2017, p. 9).

O ensino de Geografia escolar, assim como o próprio Colégio Pedro II, nasce no contexto de transição da ideologia Imperial para uma ideologia Republicana, no período de formação do Estado Nação, com a finalidade ideológica de construir um o pensamento patriótico, isto é, uma identidade nacional, e o pensamento geográfico era direcionado para manter a unicidade e centralização do território, evitando movimentos separatistas e consolidando o Brasil enquanto Estado (CARVALHO, 2014; GOMES, 2009).

O ensino de Geografia daquela época seguia uma tradição histórico-descritiva, com um conhecimento quase enciclopédico, votado para a descrição de territórios e seus habitantes (ROCHA, 2014). Gomes (2009, p. 11) descreve o ensino de Geografia:

Era uma Geografia que usava muito da descrição e enumeração de rios, montes, lagos, portos, ilhas, mineralogia, fitologia, zoologia, comarcas e distritos. A obra Corografia Brasília do padre Manoel Aires de Carvalho exerceu forte influência na Geografia da época.

Conforme verificado por Carvalho (2014) os livros didáticos de Geografia da Primeira República (1889-1930) tinham forte cunho nacionalista focado na descrição do território, povo, língua, passado comum, religião, onde cada um desses elementos era destacado para afirmação da nação frente às outras, cujo objetivo era construir um vínculo de pertencimento à sociedade moderna.

Segundo Feliciano (2017) o ensino Geografia nos tempos imperiais constituía-se um processo mnemônico e abstrato, totalmente descontextualizado das mudanças e transformações sociais, cujos objetivos eram estabelecer e fortalecer o conceito de nação através da unificação da linguagem nacional, construção de heróis civis, bem como conhecimento sobre o vasto território e assim evitar crises separatistas.

Vinculado aos ideais nacionais, o ensino de Geografia passou a demonstrar uma imagem de respeito e amor pela pátria, evidenciando e impondo aos alunos que era preciso lutar por essa pátria sempre que fosse necessário, formando, assim, um futuro "soldado patriota" (SILVA, 2018, p. 7).

Gomes (2009) destaca que um ano após a inserção da Geografia escolar no Colégio Pedro II também foi criado o Instituto Histórico e Geográfico

Brasileiro, cujas produções eram bastante próximas daquilo que era estudado nas escolas.

Para Martins de Albuquerque (2011), após sua institucionalização como disciplina oficial no colégio Pedro II, um segundo momento importante para Geografia escolar no Brasil, ocorre entre 1911 e 1930, com a incorporação de aportes teóricos metodológicos e de temas difundidos pela recém-criada Geografia moderna e pela pedagogia científica introduzida por Carlos Miguel Delgado de Carvalho, professor do Colégio Pedro II, formado na França.

Segundo Brito (2020, p. 10) Delgado de Carvalho defendia tese de que o objetivo da Geografia era a terra como habitat do homem e criticava o baixo nível de cientificidade da Geografia ensinada nas escolas por seu "aspecto nomenclaturista e ao fato de constituir uma disciplina mnemotécnica" e propunha o "método comparativo, de modo a ser analisado a gênese, a classificação e os exemplos mais significativos dos elementos naturais estudados, relacionando-os".

A Geografia Moderna (científica) possuía como característica um conteúdo explicativo ao invés do meramente descritivo como Geografia Tradicional (MELO e VLACH, 2001).

Neste mesmo período foram criados os primeiros cursos superiores para formação de professores de Geografia nas Faculdades de Filosofias, Ciências e Letras, na Universidade de São Paulo (1934) e na Universidade do Distrito do Federal (1935), atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (BRITO, 2020; CACETE, 2018; SILVA, 2020).

Sobre este período Melo e Vlach (2001, p. 4) destacam:

Com a abertura dos cursos universitários de Geografia, tem-se o começo de uma nova fase, a acadêmica, com professores e alunos preocupados em desenvolverem a Ciência Geográfica, e torná-la cada vez mais independente, com seu próprio objeto de estudo e, ao mesmo tempo, mais "útil" à sociedade.

Com a criação dos cursos superiores de Geografia a disciplina escolar, passa a receber influências científicas, para Gomes (2009, p. 12) "uma vez que um saber escolar se torna um saber acadêmico, ganha status científico e começa a exercer influência sobre a disciplina escolar".

Como o número de formandos não atendia a demanda crescente houve também o aumento na produção de livros didáticos de Geografia, especialmente pelo professor da USP Aroldo de Azevedo, para subsidiar as aulas ministradas por profissionais de áreas afins, o que representaram um grande avanço nas transformações epistemológicas e didáticas no interior da Geografia escolar (BRITO, 2020).

Apesar de representar importantes avanços, o ensino de Geografia ainda era uma mescla da Geografia tradicional (clássica) com a Geografia moderna, conforme descreve Brito (2020, p. 16):

... uma metodologia positivista pautada nos preceitos da memorização de definições, na fragmentação do saber, na descrição, comparação das paisagens e suas classificações, revestidos de uma "neutralidade" política, sobreposição dos aspectos naturais e humanos. Responsável por distanciar a

Geografia Escolar das grandes questões nacionais, formando alunos alheios da compreensão da realidade, apolíticos e acríticos.

Na década de 60, o regime militar modificou o sistema educacional e as disciplinas que instigavam o pensamento crítico, Geografia e História substituídas por Estudos Sociais, para satisfazer os interesses do Estado (SANTOS e FERNANDES, 2018; SILVA, 2018).

O movimento de reestruturação da Geografia escolar iniciado na década de 30, foi enfraquecido pelo golpe Militar de 1964, quando governo promoveu grandes mudanças na educação brasileira, com objetivo de descaracterizar e sumarizar o conhecimento no campo das ciências humanas. Neste período o ensino de História e Geografia, foi esvaziado de conteúdo, perdeu a capacidade de instigar o pensamento crítico dos alunos sobre os problemas políticos, sociais, ambientais e culturais, ao serem unificadas sob o título de Estudos Sociais (CACETE, 2011; SILVA, 2018).

Como parte do processo desconfiguração destas disciplinas que estimulam o senso crítico, o governo passou a formar professores em Licenciaturas polivalentes ou licenciatura curta com habilitação em específicas em Geografia e História, o curto período de formação não permitia o aprofundamento epistemológico e nem precisava, pois segundo Cacete (2011, p. 17) a disciplina de Estudos Social destinava-se a “reprodução da moral conservadora, da apologia do regime autoritário e do discurso da grandeza”.

Em outras áreas do conhecimento também foram criados cursos de licenciatura polivalentes e licenciaturas de curta duração, sobre o pretexto de suprir a falta de professores para a expansão do ensino médio, no entanto os especialistas da época ressaltam estes cursos estavam sob-bases fragmentadas e não tinha suporte da filosofia da educação, conseqüentemente produziam profissionais de qualificação duvidosa e comprometiam a qualidade do ensino, além de reforçar a ideia errônea de que o professor deveria ter à formação do pesquisador e do bacharel (CACETE, 2011).

Os movimentos de redemocratização do país revitalizaram o movimento de renovação da Geografia, os conhecimentos escolares passam a ser questionados e em 1979, o Conselho Federal de Educação permite a volta de Geografia e História como disciplinas separadamente (FELICIANO, 2017; SILVA, 2018)

A partir de 1970 surge a chamada Geografia Crítica, “propunha uma nova maneira de elaborar conceitos geográficos, possuía como objetivos eclodir com a imparcialidade científica para fazer da Geografia uma ciência capaz de elaborar uma crítica ao modelo econômico que vigorava” (SANTOS e FERNANDES, 2018, p.6).

A nova Geografia trazia críticas à Geografia tradicional e buscava compreender as relações entre sociedade, trabalho e a natureza na produção do espaço geográfico, ganhando conteúdos políticos que são significativos na formação dos cidadãos (MELO e VLACH 2001). As ideias contidas na Geografia crítica dão visibilidade às mazelas e injustiças, os



conteúdos ser tornaram mais complexos e exigem reflexão por parte dos professores e alunos associando os conceitos geográficos às suas realidades (FERRARI e LINDINO, 2014).

Para disseminar estas mudanças de conceitos da Geografia, era necessário a mudar o material didático distribuído em todo país, no entanto conforme Gomes (2013) esta transição ocorreu de forma conturbada, isto porque de um lado tinha se a Lei 5692/71 que tentava impor a fusão de História e Geografia como disciplina única e do outro lado havia um forte debate acadêmico a sobre a produção geográfica nas universidades. Neste período surgiram diversos autores de livros didáticos de Geografia, no entanto, Ferrari e Lindino (2014) ressaltam que a Geografia escolar, não progrediu tanto quanto nas universidades em seu plano teórico e o livro didático ainda contribui para a manutenção do ensino da Geografia tradicional.

Nos anos 80 ocorre a efetivação de Geografia e História como conteúdos relevantes para a formação de cidadão críticos e conscientes buscando vincular o ensino à formação de uma sociedade democrática, voltada para a realidade política, social, econômica e cultural do aluno (SANTOS e FERNANDES, 2018; SILVA, 2018).

As décadas de 80 e 90 são historicamente marcadas por movimentos políticos que criticavam os modelos vigentes em todos os sentidos e na educação não foi diferente, foram criadas entidades e instituições científicas e culturais, que criticavam a educação como um elemento de reprodução e propunham o redimensionamento do ensino, para garantir a mínima qualidade necessária para a formação de do aluno-cidadão capaz de analisar, interpretar, compreender, criticar e agir na transformação de sua realidade (GOMES, 2013; SILVA e CORREA, 2014).

A partir da década de 80 juntamente com o processo de redemocratização do país ocorre também processos de reestruturação das grades curriculares, o ensino de Geografia é bastante afetado, abandonando os métodos de ligados a corrente teórica quantitativa, desobrigando os alunos a decorarem, por exemplo, rios e afluentes, no entanto somente a partir dos anos 90 com a introdução a Geografia humanística é que ocorrem de fatos as transformações nos métodos de ensino de Geografia, a realidade do aluno passa a ser o ponto de estudo dos conceitos geográficos. (SILVA e CORREA, 2014).

A partir dos anos 90 o Brasil adota uma política neoliberal, que altera simultaneamente a educação, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em 1996 são criados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) para o Ensino Fundamental como propostas norteadoras para as diferentes áreas do conhecimento (SILVA e CORREA, 2004; GEBRAN, 2002). Conforme Portela (2018 p.51) os PCNs foram resultados mais relevantes da LDB 9394/1996:

Eles foram decorrentes de amplo debate em torno do sistema educacional brasileiro que, em comparação com outras nações, estava em demasiado atraso no tocante à qualidade e acesso igualitário ao ensino nas regiões brasileiras. Os PCNs representaram

uma orientação para o ensino que favorecia a temática da cidadania e voltava-se para o aprendizado a partir da vida cotidiana.

Segundo Gebran (2002 p.85) quanto “à disciplina Geografia, tais propostas, sustentadas nos referenciais da Geografia Crítica, apresentaram novos caminhos no sentido de viabilizar possibilidades de uma ação pedagógica redimensionada”.

Segundo Sampaio (2017 p.354) “sob uma pseudo argumentação do sucesso escolar, os currículos são produzidos e promovidos como grandes elementos de transformação da política educacional”. Para o autor nos PCNs é possível perceber uma tendência em que a prática educativa seja totalmente desvinculada de uma interpretação das condições sociais que a produzem e como consequência o aluno recebe toda culpa pelo seu sucesso ou fracasso escolar, Gebran (2002, p. 6) corrobora com Sampaio e afirma: “os PCNs criaram uma visão idealista de professor, escola e aluno que não condiz com a realidade educacional brasileira”.

Os PCNs apesar de inovadores, as ações pedagógicas propostas neste documento, foram pouco incorporadas ao cotidiano de professores e alunos e não foram capazes de romper com a visão educacional imediatista e reducionista imposta pela ditadura militar (GEBRAN, 2002).

Em 2015 o MEC lançou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que substituirá os PCNs, se tornando o principal norteador do ensino no Brasil. O documento sofreu diversas críticas, pois a propostas desconsidera a diversidade das realidades das escolas pelo país, reduz o tempo de disciplinas classificadas como da área de humanas, e em relação à Geografia, promove a diluição dos conteúdos (SANTOS e FERNDANDES, 2018).

## **PERSPECTIVAS FUTURAS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA NO BRASIL**

A Geografia escolar, ao longo de sua história tem sofrido diversas intervenções parte das instituições governamentais que regulamentam o ensino, na década de 60 foi através da unificação dos conteúdos de Geografia e História para a criação de Estudos Sociais, na década de 90 foi à vez dos PCNs que determinavam os conteúdos ensinados em cada série/ano e por fim através da criação da BNCC divulgada em 2015, que à classifica como Ciências Humanas, sem um critério explícito (MIRANDA, 2015; SANTOS; FERNANDES, 2018; PORTELA, 2018).

Intervenções que visam padronizar o ensino brasileiro, a priori podem parecer boas, no entanto, numa análise mais aprofundada, vemos que estas medidas são fortemente influenciadas pela política neoliberalista, pois ignoram a demanda atual de grande parte da sociedade, homogeneizando as diferentes realidades vivenciadas em cada região e estabelece metas e objetivos para os alunos e professores, a educação passa a se associar com avaliações econômicas mundiais, institucionalizando a competição no ambiente escolar que passa a ser local de preparação para trabalhadores (SILVA E CORREA, 2014; PEREIRA; SANTOS E FERREIRA, 2014; MIRANDA, 2015). Segundo Miranda (2015) embora sejam importantes norteadores

do ensino, parâmetros nacionais também contribuem para que o processo de ensino aprendizagem ocorra de forma acrítica de conteúdo sem a preocupação com a formação cidadã do indivíduo.

O principal norteador das perspectivas futuras do ensino de Geografia no Brasil é a BNCC, o documento elaborado pelo MEC sofre diversas críticas por parte da comunidade Acadêmica, pois segundo Santos e Fernandes (2018), apesar de ter contato com a colaboração de pessoas dentro de instituições de ensino, a tomada de decisão foi verticalizada por atores distante das realidades do ensino nas escolas.

O texto da BNCC ataca de forma sutil, porém letal as disciplinas Geografia, História, Sociologia e Filosofia ao agrupá-las como Ciências Humanas. Quando à Geografia, para Portela (2018) falta de clareza ao classificá-la como uma área do conhecimento das Ciências Humanas, banaliza seu ensino, pois negligencia sua epistemologia, teoria e método utilizado para estudar o Homem.

Santos e Fernandes (2018) perceberam que a BNCC que em relação à Geografia, ampliam e diluem os temas, fazendo com que a disciplina se distancie de seu objeto de estudo. Portela (2018) também percebeu esta tendência de diluição dos conhecimentos geográficos devido ao enfraquecimento das fronteiras entre Geografia e outras disciplinas que formam o conjunto das ciências humanas.

Em relação à Geografia, Pinto e Carneiro (2019, p. 13) destacam que apesar de não excluir a disciplina do currículo do ensino médio, o texto da BNCC coloca a disciplina:

“numa situação de polivalência quanto ao seu objeto de estudo diante das demais disciplinas na educação básica, tendo como consequência, a ausência de sua autonomia e legitimidade disciplinar que consiste na aprendizagem e formação do aluno acerca das categorias conceituais geográficas que estão associadas à sua relação com o lugar de vivência e o mundo como um todo em sua totalidade”.

Tanto Santos e Fernandes (2018) quanto Portela (2018) e Pinto e Carneiro (2019) corroboram que ao trabalhar a Geografia como ramificação das Ciências Humanas, a disciplina corre o risco de perder sua identidade como disciplina obrigatória e espaço nas instituições de nível superior, e conseqüentemente sua autonomia para discutir suas categorias conceituais que permeiam o cotidiano do aluno, tal qual como ocorreu no período da ditadura militar.

Conforme destaca Sampaio (2017), os processos de construção de currículos para o ensino de Geografia, demonstram que a educação nacional tem dificuldades em selecionar o que deve ser aprendido nas escolas.

Apesar do referencial teórico imposto pelos elaboradores de currículos nacionais, Silva (2014) chama a atenção para o fato de que o professor de Geografia é responsável pela forma de abordagem dos conteúdos geográficos em sua sala de aula, cabe a ele dar um direcionamento para a aula de acordo com suas concepções ideológicas. Souza e Pereira (2020, p.120) também concordam que o conteúdo da BNCC não é de todo ruim, no entanto, a qualidade das aulas depende da metodologia adotada pelos

professores “na construção dos eixos estruturantes “investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção sócio cultural e empreendedorismo”, as realidades locais são diferentes em muitos fatores”. Os professores precisam realizar um diálogo entre a ciência geográfica produzida nas academias com a Geografia escolar para não correr o risco de reproduzir pensamentos educacionais esvaziados de conhecimento socialmente construídos em favor do pensamento imediatista e mecânico (Sampaio, 2017).

Segundo Rodrigues (2000, p.5) é preciso romper com o produtivismo da educação e com algumas convicções formais presentes nos livros didáticos de Geografia, trabalhando os conteúdos sob uma perspectiva dialética, promovendo reflexões sobre a “configuração do espaço que é fruto das contradições sociais”, “...valorizando o entendimento do conflito entre os contrários a fim de que se entenda a lógica das diferentes e contraditórias espacialidades produzidas no território”.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme dados apresentados nesta pesquisa, a Geografia escolar desde a sua institucionalização, no Brasil, passou por diversas mudanças em suas epistemologias.

Teoricamente partimos de uma Geografia tradicional, baseada na descrição da paisagem cujo método de aprendizagem era a memorização para uma Geografia crítica, tendo como objetivo a formação do cidadão consciente de sua capacidade de transformação da sociedade. Na prática este estudo nos mostra que a Geografia escolar ainda carrega muitos ranços históricos, em especial os do período da ditadura, pois ainda temos um sistema de ensino autocrático, onde o professor detentor de todo o conhecimento e o aluno um receptáculo pronto para absorver os conteúdos.

Por este estudo também percebe-se que as políticas educacionais implementadas no Brasil tem forte viés neoliberalista, são elaboradas e implementadas de forma verticalizadas, preconiza um ensino mecanicista desconsiderando as peculiaridades na realidade dos alunos, logo este modelo contribui muito pouco para que a Geografia escolar atinja seus reais objetivos.

Observou-se ainda que os parâmetros de ensino nacionais vigentes trazem fortes prejuízos para a formação crítica dos alunos ao diminuírem a carga horária das disciplinas das áreas de humanas e ao diluírem os conteúdos através dos temas transversais.

Neste contexto, o grande desafio dos professores de Geografia na atualidade é romper com a Geografia tradicional e aderir à Geografia crítica, focada nas relações da sociedade com a natureza. Resgatar a relevância da Geografia escolar em sua função de formadora de cidadãos críticos, consciente de seus papéis como agentes transformadores da sociedade é fundamental, para a manutenção desta disciplina que vem perdendo cada vez mais espaço nos currículos escolares, sendo subjugada aos temas transversais. Neste contexto ressalta-se novamente a importância dos professores de Geografia que precisam refletir sobre suas práticas

pedagógicas, buscando renová-las para melhorar o processo de ensino aprendizagem, através das bases da Geografia modernas e ministrar aulas mais dinâmicas, que relacionem os conceitos geográficos à realidade do aluno, promovendo o debate crítico sobre os processos de formação da sociedade contemporânea.

## REFERÊNCIAS

BRITO, D. G. A trajetória da natureza na Geografia escolar brasileira: permanências e mudanças. **Geografia Ensino & Pesquisa**. Santa Maria, v. 24, ed. 16, 2020. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsm.br/voluntas/article/view/41837>>. Acesso em: dezembro de 2020.

CACETE, N. H. A evolução do ensino superior brasileiro e a formação de professores de Geografia. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, 2011, 2, p. 1-33. Disponível em:

<<https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2659/2541>>. Acesso em: janeiro de 2020.

CARVALHO, N. R. A construção da nação nos livros didáticos de Geografia da Primeira República. **Rio de Janeiro**, v. 1, n. 2, p. 55-65, jul./ dez., 2014. Disponível em:

<<https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/GIRAMUNDO/article/view/43/20>>. Acesso em: janeiro de 2021.

FELICIANO, L. A. S. **O ensino de Geografia no Brasil: do colégio Pedro II a Universidade de São Paulo - 1837 A 1934**. In: XIII Congresso Nacional de Educação 2017. Anais... Educere, p. 13, 2017. Disponível em:

<[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25271\\_12024.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25271_12024.pdf)>. Acesso em: janeiro de 2020.

FERRARI, B. R.; LINDINO, T. C. **A Geografia escolar e suas significações na contemporaneidade**. In: Congresso de Geógrafos, 2018. Vitória Anais... Vitória: CGB, p.8, 2014. Disponível em:

<[http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404092516\\_ARQUIVO\\_ArtigoCBGBarbara1.pdf](http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404092516_ARQUIVO_ArtigoCBGBarbara1.pdf)>. Acesso em: janeiro de 2021

FERREIRA, A. S.; MACIEL, S. A. As dificuldades no ensino-aprendizagem da disciplina geografia na unidade escolar Godofredo Freire (PI).

**Pesquisar**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 64-82, maio 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/pesquisar/article/view/66647/40524>>. Acesso em: janeiro de 2021.

GEBRAN, R. A. a geografia no ensino fundamental -trajetória histórica e proposições pedagógicas. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v.1, n.1, p. 81 -88, jul./dez., 2003. Disponível em: <<https://www.semanticscholar.org/paper/A-geografia-no-ensino-fundamental-trajet%C3%B3ria-e-Gebran/457db09b471d8619f2bc095690a3990f1248aae8>>. Acesso em: janeiro de 2021.

GOMES, D. M. **As mudanças nos livros didáticos de Geografia durante a década de 1970: novos atores**. In: Simpósio Nacional de História 2013. Natal Anais... Natal, p.16, 2013. Disponível em: <[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363912072\\_ARQUIVO\\_AsmudancasnoslivrosdidaticosdeGeografiaduranteadecadade1970.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363912072_ARQUIVO_AsmudancasnoslivrosdidaticosdeGeografiaduranteadecadade1970.pdf)>. Acesso em: janeiro de 2021.

GOMES, D. M. **História da Geografia Escolar: ensino de Geografia nas décadas de 1960 a 1989**. In: Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico 2009. São Paulo Anais... São Paulo, p. 16, 2009. Disponível em: <<https://enhpgee.files.wordpress.com/2009/10/daniel-mendes-gomes.pdf>>. Acesso em: janeiro de 2021.

MARTINS DE ALBUQUERQUE, M. A. Dois momentos na História da Geografia escolar: a Geografia clássica e as contribuições de Delgado de Carvalho. **Revista Brasileira De Educação Em Geografia**, v1, n.2, 19-51. 2011. Disponível em: <http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/29>. Acesso em: dezembro de 2020.

MELO, A. A.; VLACH, V. **Uma introdução à História da Geografia escolar brasileira**. In: Encontro de Geógrafos da América Latina 2001. Santiago, Chile. Anais..., Santiago, Chile, 2001. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/EnsenanzadelaGeografia/Investigacionydesarrolloeducativo/08.pdf>>. Acesso em: dezembro de 2020.

MIRANDA, R. F. O ensino de geografia: perspectivas atuais. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína, 4, n.1, jan-jul.,2015. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/view/763/14886>>. Acesso em; janeiro de 2021.

PEREIRA, E. R. M.; FERREIRA, G. H. A.; SANTOS, O. A. Didática e ensino de Geografia hoje: possibilidades e desafios. **Revista de Ensino de Geografia**, Uberlândia, v. 5, n. 9, p. 43-62, jul./dez. 2014. Disponível em:

<<http://www.revistaensinoGeografia.ig.ufu.br/N.9/Art%203%20REG%20v5n9.pdf>>. Acesso em: janeiro de 2021.

PINTO, F. R.; CARNEIRO, R.C. O ensino de Geografia no século XXI: práticas e desafios do/no ensino médio. **Revista GeoInterações**, Assú, v.3, n.2, p.3-22, jul./dez. 2019.

<<http://periodicos.uern.br/index.php/geointeracoes/article/download/4142/2101>>. Acesso em: janeiro de 2021.

PORFÍRIO, L. B. L.; SANTOS, G. G.; LEITE, A. M. A. **Geografia e ensino: desafios e possibilidades**. In: Congresso de Geógrafos, 2018. Vitória Anais... Vitória: CGB, p.8, 2014. Disponível em:

<[http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404098684\\_ARQUIVO\\_GeografiaeEnsinoDesafiosePossibilidades.pdf](http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404098684_ARQUIVO_GeografiaeEnsinoDesafiosePossibilidades.pdf)>. Acesso em: janeiro de 2021.

PORTELA, M. O. B. A BNCC para o ensino de Geografia: a proposta das ciências humanas e da interdisciplinaridade. **OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 1, p. 48-68, 2018. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/view/38216>>.

ROCHA, G. O. R. O colégio Pedro II e a institucionalização da Geografia escolar no Brasil Império. **Giramundo**, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p. 15-34, jan./ jun., 2014. Disponível em:

<<https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/GIRAMUNDO/article/view/7>>.

Acesso em: janeiro de 2020.

RODRIGUES, J. C. Ensino de Geografia: origens e perspectivas.

**Geografia**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 137-142, jul./dez. 2000. Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/10166>>

. Acesso em: janeiro de 2021.

SAMPAIO, C.T.G. A Pedagogia das competências e o ensino de Geografia.

**Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 7, n. 13, p. 343-358, jan./jun., 2017. Disponível em:

<<http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/365/240>>. Acesso em: janeiro de 2021.

SANTOS, N. C. L; FERNANDES, M. J. C. **A trajetória do ensino de Geografia no Brasil**. In: Congresso Nacional da Diversidade do Semiárido 2018. Campina Grande Anais... Realize Editora, p. 12, 2018.

Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/50491>>.

Acesso em: dezembro de 2020.

SILVA, D. T. História e Geografia: especificações e percepções do ensino no Brasil. **Acesso Livre**, n. 10, p. 93-111, jul./ dez. 2018. Disponível em: [https://revistaacessolivre.files.wordpress.com/2018/12/05\\_Hist%C3%B3ria-e-Geografia-contextualiza%C3%A7%C3%A3o-e-percep%C3%A7%C3%B5es-do-ensino-no-Brasil.pdf](https://revistaacessolivre.files.wordpress.com/2018/12/05_Hist%C3%B3ria-e-Geografia-contextualiza%C3%A7%C3%A3o-e-percep%C3%A7%C3%B5es-do-ensino-no-Brasil.pdf). Acesso em: dezembro de 2020.

SILVA, D. T. História e Geografia: especificações e percepções do ensino no Brasil. **Acesso Livre**, n. 10 jul.-dez. 2018. Disponível em: [https://revistaacessolivre.files.wordpress.com/2018/12/05\\_Hist%C3%B3ria-e-Geografia-contextualiza%C3%A7%C3%A3o-e-percep%C3%A7%C3%B5es-do-ensino-no-Brasil.pdf](https://revistaacessolivre.files.wordpress.com/2018/12/05_Hist%C3%B3ria-e-Geografia-contextualiza%C3%A7%C3%A3o-e-percep%C3%A7%C3%B5es-do-ensino-no-Brasil.pdf). Acesso em: janeiro de 2020.

SILVA, E. C. O.; CORREA, G. **Desafios e perspectivas da geografia escolar do século XXI**. In: Congresso de Geógrafos, 2018. Vitória Anais... Vitória: CGB p. 12, 2014,. Disponível em: <[http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404430936\\_ARQUIVO\\_Osdesafioseperspectivasdageografiaescolarnoseculoxxi.pdf](http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404430936_ARQUIVO_Osdesafioseperspectivasdageografiaescolarnoseculoxxi.pdf)>. Acesso em: janeiro de 2021.

SOUZA, M. R.; PEREIRA, L. C. P. O desafio do ensino de Geografia no ensino médio e a nova BNCC. **RCC**, Juara, v. 6, n. 1, p. 112-126, out./dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/rcc/article/view/5173/3969>>. Acesso em: janeiro de 2021.



## **VULNERABILIDADE SOCIAL BRASILEIRA E OS DIREITOS SOCIAIS: UMA ANÁLISE SOBRE O PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO RETROCESSO SOCIAL EM CONTRASTE AO PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL.**

Cerqueira, Ricardo Dias<sup>9</sup>

### **RESUMO:**

Pode-se dizer, geralmente, que os direitos sociais, dentre as demais garantias orientadas para coletividade contribuíram para maior fortalecimento dos alicerces do Estado social do bem-estar social, com a finalidade central de potencializar e estimular a presença do Estado cada vez mais na sociedade e em suas ações e comportamentos, fazendo desaparecer o Estado mínimo, na qualidade de mecanismo integrador e protetivo. Para atender a esse requisito e prática fundamental da sociedade, o Estado passou a cada vez mais interferir e definir políticas sociais que repercutissem sobre as demandas coletivas, porém sem transgredir os direitos e garantias sociais existentes. No entanto, para que as ações sejam efetivas, é preciso construir uma política consistente, integrada, voltada para redução da vulnerabilidade social e analisar os efeitos de alguns princípios que norteiam as medidas estatais, a exemplo da reserva do possível e vedação ao retrocesso social. O presente estudo pretende analisar o contraste entre princípios da reserva do possível e da vedação ao retrocesso social e seus reflexos na questão da vulnerabilidade social brasileira e direitos sociais. Tratou-se de um estudo de Revisão bibliográfica, com a abordagem exploratória, a partir de pesquisa dos principais achados científicos em plataformas de busca online (*Scielo, Spell, Google Acadêmico* e Banco de Dissertações da Capes), dentre outros mecanismos de consulta, como os julgados. Da pesquisa, observou-se que produção científica sobre os discursos jurídicos dos princípios e seus reflexos nos direitos sociais ainda é negligenciada, gerando uma lacuna de pesquisa a ser explorada. O Estado tem, pois, pretensão de satisfazer as demandas coletivas, minimizando as vulnerabilidades e desigualdades sociais, entretanto esbarra em outros desafios que ferem o direito existente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direitos sociais; Reserva do possível; Vedação ao retrocesso social; Princípio.

---

<sup>9</sup> Graduado Em Direito pelo Uniceub, Graduado Em Administração pela faculdade Albert Einstein, Graduado em Tecnólogo em Gestão Pública, Pós-graduado em Gestão Pública pelo Instituto federal de Brasília, Pós-graduado em Gestão de Pessoas pela Faculdade Rio Sono, Pós-graduado em Engenharia de Produção e Gerenciamento de Projetos pela Ucam Prominas, Pós-Graduado em Direito penal e Processo Penal, Pós-graduado em Direito Constitucional ambos pelo instituto Souza.

## **INTRODUÇÃO**

A proteção dos direitos fundamentais por razões judiciais foi consolidada como um dos pilares do conceito moderno de Constituição e foi apresentada como uma característica inseparável da ideia contemporânea da democracia (DIPPEL, 2007). Esta é uma das razões pelas quais o procedimento de deliberação dos tribunais recebeu muita atenção, não apenas no caso de advogados, mas também de pesquisadores de outras ciências sociais. Esta ampliação do interesse sobre os tribunais e suas funções em relação aos juristas sobre sua própria atividade de direito e sugeriu mudanças no projeto institucional das constituições, porque esses estudos revelam muitos dados que não integram as percepções compartilhadas pelos juristas em geral.

O pensamento jurídico centra-se na análise de decisões particulares e na busca analítica para identificar princípios normativos subjacentes ao conjunto de decisões. Este tipo de investigação procura conferir compreensão à ordem legal através da identificação de padrões normativos obrigatórios que compõem (ou devem conformar) as práticas de tomada de decisão. Tal abordagem parte do pressuposto de que existem, por trás dos textos e da rede de interpretações, certos padrões normativos que podem ser identificados, embora sua eficácia seja geralmente limitada. Na perspectiva dogmática, a falta de eficácia de uma norma obrigatória é considerada como uma imperfeição da ordem jurídica, que pode ser resolvida por abordagens hermenêuticas adequadas. Os motivos procurados nas decisões são pensados como uma falha e não como um fato político relevante.

Essa abordagem leva o pensamento jurídico a se concentrar na ideia de reforma, abordando textos normativos e instituições jurídicas como elementos que devem ser constantemente desenvolvidos, e concentrando em fazer e refazer propostas para melhorar o sistema (DE MEDEIROS, 2015). Os juristas raramente abordam a distinção entre discursos e práticas como uma forma ideológica de reforçar a legitimidade das práticas e como evidência da inadequação normativa das práticas, confrontadas com um discurso centrado na necessidade de garantir a eficácia dos direitos.

O discurso dogmático não está interessado no que a prática decisória, mas qual deve ser o comportamento dos tribunais. Por isso, as investigações legais tendem a focar os elementos discursivos e retóricas da linguagem judicial, o que levou a uma sobrevalorização das teorias da argumentação jurídica, refletindo uma forte ligação entre os padrões de tomada de decisão - e padrões retóricos. Além disso, esta concentração em elementos argumentativos tende a conduzir investigações para estudar os casos famosos que estabelecem precedentes utilizados no argumento dogmático. A partir da promulgação da Constituição democrática de 1988, o poder judiciário ainda ocorreu mudanças. Entretanto, essas mudanças ocorreram sob um discurso sobre eficácia dos direitos fundamentais, a racionalização do acesso à justiça e à melhoria da segurança jurídica. A partir de então, a

estratégia vem sendo sempre utilizada. Com a concentração da revisão judicial no STF, houve uma estimulação da construção progressiva de decisões abstratas e vinculadas com um caráter normativo, sem o resultado de uma garantia de direitos que cumprem as expectativas dos cidadãos (DA SILVA, 2009).

Partindo desse contexto a pesquisa objetivou realizar uma análise acerca do princípio da vedação ao retrocesso social versus princípio da reserva do possível: uma análise sobre a vulnerabilidade social brasileira e os direitos sociais. No teve como objetivos específicos: Falar sobre a teoria dos direitos fundamentais, discutir sobre o princípio do mínimo existencial, descrever os conflitos de direitos fundamentais versus reserva do possível. Destaca-se que a pergunta de pesquisa abordada nos questionamentos aqui descritos foi: Qual é o papel do princípio da vedação ao retrocesso social versus princípio da reserva do possível no contexto de vulnerabilidade social.

Os temas aqui analisados foram os que nos pareceram mais atraentes em relação ao Direito Constitucional. O texto é tratado de maneira clara visando entender as jurisprudências com uma linguagem fácil e sucinta.

### **TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

Os direitos fundamentais são aqueles constitucionalmente válidos (CARVALHO, 2009). A visão constitucionalista evoluiu considerando atualmente os direitos fundamentais não só como perspectiva subjetiva, mas passando a ser visto como um conjunto de valores objetivos básicos e de fins diretivos da ação dos Poderes Público, e não como garantias negativas dos interesses individuais.

Além deste conceito, Robert Alexy define os direitos fundamentais como posições importantes, onde a concessão ou a não concessão não pode ser deixadas para a simples maioria parlamentar. Esta conceituação inclui algumas prerrogativas que, talvez por causa do pontual e genérico, garantem um amplo acordo. Por outro lado, ele associa diretamente o conceito de direito fundamental ao conceito de democracia como tal. Entre as suas características destacadas, os direitos fundamentais são direitos subjetivos com um alto grau de importância, o que sugere que ser considerado um direito fundamental deve ter ambas as características.

No entanto, pode-se ressaltar que os direitos fundamentais constituem uma constante histórica e teórica em todas as latitudes e marcam um horizonte social e temporal, dado o alcance profundo de seu poder transformador com a sociedade, o que o positivismo jurídico definitivamente não consegue entender com suas categorias normativo. Dessa forma, os pensamentos constitucionais dos direitos fundamentais passam a serem desenvolvidos devido as necessidades de liberdade e justiça, sendo essas fontes de objetivos a serem alcançados. Entretanto, esse alcance não deve ser de forma abstrata ou atemporal mas sim com necessidades concretas e particulares do cidadão e da sociedade a medida em que se constitui a base de um Estado democrático e constitucional (CINTRA et al 2005). Nesta ordem de ideias, é pertinente anunciar uma denominação que inclua o

ingrediente social dos direitos fundamentais e que também propõe uma certa diferença entre um e outro; "direitos sociais fundamentais". Como já foi mencionado, os direitos sociais fundamentais também são direitos subjetivos com um alto grau de importância, com a notação especial de que eles são "direitos de provisão em sentido estrito", isto é, direitos gerais positivos para as ações do Estado.

No nível do objeto, os direitos sociais fundamentais são direitos constitucionais (isto é, não direitos legais simples) para uma situação de fato que pode ser alcançada através da criação de direitos especiais. No plano do fundamento filosófico, os direitos sociais fundamentais são direitos humanos cujo caráter ideal (validade moral) foi fortalecido através da sua positividade (validade jurídica). Uma consequência direta disso é a generalidade e a indeterminação dos direitos sociais fundamentais em contraste com a universalidade e a abstração dos direitos sociais humanos (ARANGO, 2002).

Com o acima exposto, é claro que os direitos sociais fundamentais se distinguem por cinco características: a norma jurídica, a obrigação legal, a posição jurídica, o grau de importância e o caráter geral positivo. É então possível afirmar que o direito ao mínimo existencial é um direito social fundamental, isto é, um direito a ações positivas do estado, que impõe certos limites e parâmetros sobre as ações e decisões do mesmo através dos corpos que eles o estruturam. Assim, o mínimo existencial está inserido de forma perfeita entre os chamados direitos sociais fundamentais.

#### 1.1 CLASSIFICAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Segundo Carvalho (2009) a classificação dos direitos fundamentais é de extrema importância conhecer a Teoria de status do Jellinek, por que a partir dessa teoria é possível compreender a maneira jurídica que nas diversas dimensões provindas dos direitos fundamentais.

Segundo a teoria todos os direitos fundamentais devem garantir as pessoas diversas posições jurídicas em semelhança no Estado. Tal teoria divide seus pensamentos em três grupos: direitos de participação, direitos prestacionais e os direitos de defesa.

Segundo Novelino (2008), direitos de defesa é caracterizado por impor ao Estado uma obrigação de caráter negativo, abstenção, no escopo de impedir a interferência na autonomia do indivíduo. O direito a defesa é aquele o qual limita o poder estatal, tendo como finalidade de conservar a liberdade individual, cominando no dever de não intrometer, não causar interferência, não censurar e não reprimir. De acordo com Novelino (2008) os direitos prestacionais, tem caráter basicamente positivo, atribuindo ao Estado a obrigação de agir. Esses direitos visam a concretização de condutas ativas a partir do poder público.

#### **DIMENSÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

Os direitos humanos passaram por uma lenta e fracionada evolução, pois em cada fase foram conquistados direitos diversos, e por esse motivo esses direitos foram divididos em gerações ou dimensões, conforme sua inclusão

nas constituições. Bonavides, constitucionalista brasileiro através de um perfil histórico, agrupou os mesmos em gerações de direitos. Esta divisão de tais direitos em gerações ou dimensões, meramente acadêmica, funda-se na decorrência histórica dividida dos direitos fundamentais, a seara de discussão na doutrina atualmente sobre a nomenclatura adequada a cada fase de aquisição desses direitos, entre geração e dimensão. Essa discussão ocorre porque o termo "geração" dá a sensação de sucessão, substituição de direitos fundamentais, não à inclusão de novos direitos.

Atualmente, há os direitos de primeira, segunda e terceira geração, podendo ser incluído ainda direito de quarta geração, já aceito por muitos doutrinadores. Bonavides, grande constitucionalista brasileiro, seguido por vários outros, faz alusão expressa ao termo gerações dos direitos fundamentais para explicar a inclusão histórica de três gerações sucessivas nas constituições dos países, sendo este posicionamento.

Entretanto, uma outra parte da doutrina tem questionado o termo "gerações", tendo em vista que consideram inadequado para classificar a evolução dos direitos fundamentais, pois passariam a falsa ideia de que conforme esses direitos fossem evoluindo, seriam substituídos pela geração seguinte. Sarlet (2007, p. 55), defende que a teoria dimensional dos direitos fundamentais aponta para o caráter cumulativo, complementar e de sua indivisibilidade no contexto do direito constitucional.

No mesmo passo, Sarlet (2001) aponta que é possível considerar os direitos de segunda dimensão como uma intensificação do princípio da justiça social, além de corresponderem a reivindicações das classes menos favorecidas, de maneira especial da classe operária, como a título de equiparação, em decorrência da extrema desigualdade que caracterizava (e, de certa forma, ainda caracteriza) as relações com a classe empregadora, detentora de um maior ou menor grau de poder econômico.

Os direitos de terceira dimensão, originados na Terceira Revolução Industrial, revolução dos meios de comunicação e de transportes, positivam os princípios da solidariedade, com intuito de proteger os interesses de titularidade coletiva ou difusa, não se aplicando à proteção dos interesses individuais, preocupando-se com as gerações da humanidade, dentre esses direitos podemos citar o direito ao desenvolvimento, ao meio ambiente, à autodeterminação dos povos, direito de comunicação, à propriedade sobre o patrimônio da humanidade, à paz, dentre outros, haja vista que foram estabelecidos para a proteção das coletividades.

### **LIMITES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

Ao seu exercício que, em última análise, servirá para a conservação do próprio Estado. A regra da lei, cujo significado não é a de uma entidade com um sistema jurídico, mas caracteriza-se pela sua submissão a essa ordem, constitui uma barreira à livre disposição dos direitos por parte dos particulares contra eles mesmos. A preservação da Regra de Direito, portanto, garante ao indivíduo que seus direitos fundamentais não serão reduzidos ou quebrados, se não houver uma justificação superior válida;

(BARROSO e BARCELLOS, 2003). a justificativa de que, como princípio, deveria ser da mesma regra básica, porque a natureza dos direitos, seria inapropriado dispor deles através de regulamentos inferiores, diminuindo os poderes do indivíduo que deles derivam (ARANGO, 2002).

### **CONFLITOS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS**

A adoção de uma ou outra maneira de entender os direitos fundamentais, suas características e seus alicerces são essencial quando estuda conflitos entre direitos. Se os direitos fundamentais são vistos como esferas individuais de autonomia, não sujeitas a limites ou deveres (lembre-se do estado da natureza dos contratualistas), que têm seu fundamento em autonomia e racionalidade moral (fundação kantiana) e considera o homem. Como proprietário, é impossível para eles não colidirem. A partir dessas posições, a Lei é vista como um conjunto de direitos subjetivos individuais e não como o coordenador da vida na sociedade. É esquecido que nem toda aspiração é um direito, mas apenas o que se baseia em alguma necessidade ou propósito do homem e pode ser harmonizado com os outros bens (SARLET, 2004).

Uma vez verificada a existência de tais conflitos, eles serão resolvidos em base para um consenso ou para uma escala de valores, que, quando não se baseie na natureza humana, acabará mais cedo ou mais tarde, se subjetivando e, portanto, atacando a igualdade das pessoas. A busca de um bem na medida de ferir aqueles de outros não proporciona um bem real, mas aparente. Além disso, a lesão do bem comum envolve ferir um dos ativos do sujeito, assim como a sociabilidade. A partir desta posição, reivindicações e direitos não são sinônimos e, portanto, colisões só ocorrerão no nível de aspirações. Esses conflitos serão resolvidos através da determinação do conteúdo real de cada direito e dos direitos humanos como um sistema harmonioso (DUQUE, 2014).

Os conflitos de direitos fundamentais, este princípio adquire relevância especial, uma vez que a estabilidade nas decisões garante justiça, resolvendo casos similares de acordo com critérios similares.

### **POSICIONAMENTO DO STF EM TEMAS ONDE HÁ CONFLITO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS VERSUS RESERVA DO POSSÍVEL**

A doutrina da reserva do possível tem duas limitações. A primeira limitação diz respeito ao ônus probatório. Isso significa que a alegação estatal pura e simples, isto é, sem a efetiva demonstração da inexistência de recursos ou do comprometimento das contas públicas não é suficiente para afastar a possibilidade de controle judicial da efetivação dos direitos fundamentais. O ente público respectivo deverá levar ao processo os elementos de prova acerca das contas públicas, cabendo ao magistrado analisar os argumentos e decidir sobre a viabilidade de expedição de ordem.

Portanto, se é correto afirmar que o Poder Judiciário não pode usurpar do Poder Executivo a competência para definir as políticas públicas, revela-se igualmente correto que ele - Poder Judiciário - não só pode, mas deve garantir a efetivação do núcleo essencial dos direitos fundamentais eleitos

pela Constituição, por ser ele - núcleo essencial - a garantia do mínimo existencial. Nesse sentido, considerando os acórdãos analisados, a RE580.252 não se pode admitir a invocação da cláusula da reserva do possível como argumento meramente retórico, de modo a permitir que o poder público se exima de seus deveres legais, inclusive de reparação dos danos por ele causados.

A recusa dos tribunais em reconhecer aos presos o direito à indenização dos danos morais sofridos esbarra justamente nesse limite. A exclusão da responsabilidade do Estado implica negar a uma minoria estigmatizada a própria titularidade de direitos, em afronta ao princípio da dignidade da pessoa humana (MORAES, 2007). Em relação a RE592.581, foi lícito ao Judiciário impor à Administração Pública obrigação de fazer, consistente na promoção de medidas ou na execução de obras emergenciais em estabelecimentos prisionais para dar efetividade ao postulado da dignidade da pessoa humana e assegurar aos detentos o respeito à sua integridade física e moral, nos termos do que preceitua o art. 5º, XLIX, da Constituição Federal, não sendo oponível à decisão o argumento da reserva do possível nem o princípio da separação dos poderes (CANOTILHO, 1992).

Nela, configurou-se como possível que o Estado, por intermédio do Poder Judiciário, exija do Poder Executivo, na figura da Administração Pública dos Estados a implementação de medidas que envolvam a construção e reforma de unidades prisionais. Tal fato possui repercussão geral, tendo em vista que diante da omissão e lentidão da persecução dos direitos dos presos por parte unilateral do Poder Executivo, pode o Poder Judiciário fazer com que o Estado assim exerça.

Cabe ao Poder Judiciário, por intermédio da condenação em obrigação de fazer – quando invocado a atuar – fazer com que o Poder Executivo atue na efetivação dos direitos atinentes à população carcerária. A alegação da reserva do possível como forma de excluir o Estado da construção e reforma de unidades prisionais capazes de suportar o contingente carcerário viola direitos sociais e individuais básicos dos apenados, bem como interferem na execução do mínimo existencial como forma de sobrevivência do ser humano.

Mediante exposto, o princípio da reserva do possível possui restrições quando da sua aplicação. Como ficou demonstrado pelos recentes entendimentos do Supremo Tribunal Federal, a não efetivação de direitos sob o resguardo da reserva do possível necessita de rigor quando da sua aplicação com a exaustiva demonstração fática de que o Estado é incapaz de arcar com gastos que se tornariam excessivos. Quando da situação da pessoa presa, o Estado deve atuar de maneira prioritária na garantia dos direitos dos envolvidos, uma vez que se tratam de pessoas com alto nível de fragilidade. Incabível a mera alegação da falta de verbas capazes de arcar com a efetivação das condições mínimas de existência.

## **A RESERVA DO POSSÍVEL COMO MANIFESTAÇÃO DE UMA RESTRIÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS ORIGINAIS A UM MÍNIMO EXISTENCIAL**

Os direitos fundamentais têm um amplo escopo de proteção, apesar de estarem sujeitos a restrições proporcionais e constitucionalmente justificáveis (SILVA, 2008). As restrições aos direitos sociais fundamentais ocorrem diante de uma omissão ou de um desempenho tímido do poder público que, ao mesmo tempo, deve ser proporcional e apoiado por fundações constitucionais (SILVA, 2008).

Segundo Alexy (2008), as restrições que respeitam a máxima proporcionalidade não infringem a garantia de conteúdo essencial, apesar de não subsistir nada do direito fundamental e, no caso específico ao mínimo existencial, em direitos sociais, o equilíbrio pode levar, em diferentes circunstâncias, a diferentes direitos definitivos. Em outras palavras, a reserva do possível pode ser entendida como uma restrição ou limite a um mínimo existencial (até o mínimo) de direitos fundamentais sociais originais. É, portanto, e apenas fora do alcance da proteção desse mínimo "negociável" no debate político, que limites ou restrições se justificam constitucionalmente quando não há orçamento ou políticas públicas que o incluam, indicando democraticamente, quais benefícios sociais devem ser suportados pela sociedade (ALEXY, 2008).

O poder discricionário do legislador não pode ser sustentado nos casos em que os deveres do Estado decorrentes de direitos infraconstitucionais instituídos por ele próprio. Os direitos subjetivos previstos na lei ou os créditos decorrentes da responsabilidade civil do Estado devem ser cumpridos sem mais questionamentos e não podem ser rejeitados a favor do orçamento atribuído com precedência pelo legislador.

Os princípios do Estado de direito também exigem um dever geral de responsabilidade civil do Estado por atos ilícitos. Os conflitos entre os princípios da responsabilidade fundada na Constituição, por um lado, e a prerrogativa orçamental da legislatura, por outro lado, não deve ser resolvida de uma forma que permite que o legislador, em nome de sua prerrogativa orçamental, salvaguardando o Estado através da retenção de recursos financeiros em conformidade com benefícios compensatórios ou compensatórios em relação aos cidadãos.

## **CONFLITO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS E RESERVA DO POSSÍVEL**

Uma norma de direito fundamental, de acordo com sua estrutura, pode ser um princípio ou uma regra (ALEXY, 2008). Os princípios são regras que ordenam que algo seja feito na medida do possível, dentro das possibilidades legais existentes. Portanto, os princípios são comandos de otimização. Em vez disso, as regras são regras que só podem ser cumpridas ou não. Se uma regra for válida, então você precisa fazer exatamente o que ela exige.



Portanto, as regras contêm determinações tanto quanto possível, tanto factualmente quanto legalmente. A diferença entre regra e princípios não é grau, mas qualitativa. Quando há um conflito entre regras, existem duas maneiras de resolvê-lo. O primeiro está introduzindo em uma das regras uma cláusula de exceção que elimina o conflito. O segundo é declarar inválido pelo menos uma das regras, embora também seja possível prosseguir com a importância das regras em conflito. Em qualquer caso, a decisão tomada para resolver um conflito de regras é uma decisão sobre a validade de alguns deles (ALEXY, 2008).

O conflito ou a colisão entre princípios não é um problema que é resolvido, fazendo com que um princípio invalide outro, mas ponderando qual princípio deve ser dado um peso específico maior. Nesse sentido, o autor fala sobre isso em certas circunstâncias, um princípio precede outro. Para isso Alexy chama a lei da colisão. Esta lei de colisão é fundamental, uma vez que reflete os princípios, em primeiro lugar, são mandatos de otimização entre os quais não existem relações de precedência absoluta e, em segundo lugar, referem-se a ações e situações que eles não são quantificáveis.

No que diz respeito ao princípio do mínimo existencial incluso nos direitos fundamentais, não é absoluto. O fato de que, sob certas condições, este princípio precede todos os outros princípios, não implica que seja absoluto, mas simplesmente significa que quase não há motivos jurídicos-constitucionais inatacáveis para uma relação de preferência a favor da dignidade da pessoa sob certas condições (ALEXY, 2008).

### **RESERVA DO POSSÍVEL E O MÍNIMO EXISTENCIAL NA BUSCA DA REALIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

De acordo com Lazari (2012), é perfeitamente aceitável o conflito entre princípio da reserva do possível e princípio do mínimo existencial, a fim de separá-los. Enquanto isso, para a "reserva" prevalecer, é necessário que o argumento do Estado seja bem fundamentado e convincente. Por outro lado, Barcellos (2011) argumenta que é dever do Estado usar recursos para a atenção do mínimo existencial, de acordo com cada momento histórico. Neste contexto, se alguém for desprovido de bens ou serviços inerentes a esse mínimo, é porque o Estado agiu inconstitucionalmente, provando que ele destinou recursos para outros fins sem ter atendido a prioridade delineada na Constituição. Diante disso, o juiz, ao usar o conceito de mínimo existencial, será dispensado de examinar o argumento da reserva do possível. Note-se que o argumento apresentado por Lazari (2012) expõe o mínimo existencial como um princípio, enquanto o argumento trazido por Barcellos (2011) apresenta o mínimo existencial como uma regra.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No presente estudo buscou-se abordar o conflito entre direitos fundamentais e a reserva do possível como são tratados no STF, tendo como foco principal: repercussão geral é uma forma do judiciário "legislar"? A judicialização das políticas públicas; e como é discutida a questão da Separação dos poderes.

A eficácia deficiente dos direitos sociais, no contexto brasileiro, pode ser evidentemente confirmada pela situação das desigualdades e vulnerabilidades sociais do país, os diversos contrastes econômicos, políticos e culturais, sem a plena garantia do direito de dignidade enquanto cidadão atuante e consciente do papel estratégico que desempenha no âmbito da sociedade.

Existe diversos conflitos nas regras jurídicas as quais só se resolvem no âmbito da validade. Entretanto, os princípios, estes são de categoria atemporais, nunca deixam de ter a validade, uma forma de resolver em casos de conflitos é por meio de valoração de cada um no caso concreto a partir de uma técnica voltada para a ponderação. O conflito nos Direitos Fundamentais aparece por que vivemos no Estado Democrático com Direito, e a Constituição Federal que nos reges ajuíza diversas ideologias díspares a partir dos direitos fundamentais. Por apresentar diversas ideologias, acabam tendo controvérsias entre elas.

Pôde-se chegar ao entendimento que a adoção da verificação de repercussão geral de matérias, de questões, que afetam o conteúdo constitucional, discutida no recurso extraordinário e a concessão de eficácia vinculante à decisão a respeito de sua existência ou inexistência contribuem de maneira eficaz para a concretização do direito fundamental ao devido processo legal e à realização de um Estado Democrático de Direito, que tem seus valores constitucionais mais importantes plenamente resguardados.

O fenômeno da judicialização comporta diversos enfoques, sendo um deles a sua aproximação da gestão de políticas públicas, realizada por este trabalho. Tomando essa escolha, um ponto de partida das políticas públicas também necessitava ser escolhido e o modelo processual configurou essa opção.

Diante desses conceitos foi possível o alcance de todos os objetivos abordado no estudo em questão, buscando dessa forma a promoção de conhecimento e informações pertinentes aos direitos fundamentais através da análise de casos existentes na jurisprudência do STF. Não obstante o que precede, é possível descobrir na jurisprudência nacional os casos em que os tribunais aceitaram restrições aos direitos fundamentais que não atendem a um ou mais dos requisitos estabelecidos. e os órgãos judiciais não tivessem dado seu consentimento, esses casos não seriam mais do que meras afetações ou violações de direitos. Mas a partir do momento em que a ordem institucional os aceita, eles se tornam verdadeiras limitações factuais aos direitos, um conceito que desenvolvemos neste trabalho.

## **REFERÊNCIAS:**

ARANGO, J.; LEMAITRE, J. **Estudos Constitucionais de Jurisprudência Constitucional sobre o Mínimo da Vida**. Universidad de los Andes. Bogotá, 2002.

ARANGO, R. O conceito de direitos sociais fundamentais. Legís. Bogotá, 2005.

BARROSO, Luis Roberto; BARCELLOS, Ana Paula de. **O começo da história. A nova interpretação constitucional e o papel dos princípios no direito brasileiro. A nova interpretação constitucional: ponderação, direitos fundamentais e relações privadas**, v. 2, 2003.

BARROSO, Luís Roberto et al. **Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro**. Jus Navigandi, Teresina, ano, v. 6, 2001.

BARCELLOS, Ana Paula de. **O começo da história. A nova interpretação constitucional e o papel dos princípios no direito brasileiro**. Revista Interesse Público. n. 19, v. 5, p. 51-80, 2013.

BARROSO, Luis Roberto. **O Direito Constitucional e a efetividade de suas normas: Limites e possibilidades da constituição brasileira**. 5. ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**, 25ª ed. atual., São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

CARVALHO, Joana de Moraes Souza Machado de. **Colisão de Direitos Fundamentais**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed., 2009.  
CINTRA, AC de A.; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria geral do processo**. Malheiros editores, 2005.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 7. ed. 9. reimp. Coimbra: Almedina, 2013

DA SILVA, Virgílio Afonso. **O STF e o controle de constitucionalidade: deliberação, diálogo e razão pública**. Revista de Direito Administrativo, v. 250, p. 197-227, 2009.

DE MEDEIROS, Morton Luiz Faria. **Teorias dos Direitos Humanos: entre o Relativismo e o Universalismo do Direito de Resistência à Opressão**. Prima Facie-Direito, História e Política, v. 13, n. 25, p. 01-26, 2015.

DUQUE, Marcelo Schenk. **Curso de Direitos Fundamentais: teoria e prática**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

NOVELINO, Marcelo. **Direito Constitucional**. São Paulo: Método. 2008.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 11. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012, p. 15, p. 398. Supremo Tribunal Federal (STF). Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=2600961&numeroProcesso=580252&classeProcesso=RE&numeroTema=365>>. Acesso em 28 out.2017. Supremo Tribunal Federal (STF). Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=2637302&numeroProcesso=592581&classeProcesso=RE&numeroTema=220>>. Acesso em: 28 out. 2017.

MORAES, José Luis Bolzan de. **As Crises do Estado e da Constituição e a Transformação Espacial dos Direitos Humanos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Proibição de Retrocesso, Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Sociais: Manifestação de um Constitucionalismo Dirigente Possível. In: Constituição e Democracia**. Estudos em Homenagem ao Professor J.J Gomes Canotilho. São Paulo: Malheiros, 2006.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. 10 ed. rev. atual. e ampl; 2. tir. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

VIEIRA, Oscar Vilhena. **Direitos Fundamentais. Uma Leitura da Jurisprudência do STF**. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

# **O TRABALHO FEMININO DURANTE A ECONOMIA DA BORRACHA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA**

Costa, Shirley de Oliveira<sup>10</sup>  
Guilarducci, Tardiane Costa Neiva<sup>11</sup>

## **RESUMO:**

Apresenta análise acerca do trabalho feminino nas populações tradicionais da Amazônia brasileira, durante o período da economia gomífera. Tem como objetivo contribuir para o conhecimento do passado e para o debate sobre o trabalho, repensando o papel social feminino na Amazônia, por meio da antropologia interpretativa, com foco na história oral. Tem como público alvo a sociedade em geral e a comunidade acadêmica. Apresenta o pensamento de estudiosos da Sociologia e da Historiografia. Conclui presumindo que as experiências de gênero têm características flutuantes, condicionadas pelo contexto histórico-cultural dos sujeitos sociais, enfatizando-se a diversidade do sujeito feminino e a importância da prática da mulher para a construção da história.

**PALAVRAS-CHAVE:** Amazônia Brasileira. Economia Gomífera. Trabalho Feminino.

## **INTRODUÇÃO**

Durante a existência, os seres humanos, inevitavelmente, exercerão variados papéis sociais. Quando nos referimos à construção de gênero, verifica-se que as diferenças de sexo condicionarão normas sociais distintas para a mulher e para o homem. Deste modo, o ser feminino e o ser masculino, geralmente, são diferentes em relação ao modo de pensar, sentir e agir. Entretanto, observa-se, também, certa "liberdade" da personalidade individual quanto ao processo de socialização. Este fato corrobora para a possibilidade de reinterpretções, por parte dos atores sociais, sobre as regras que lhe são impostas.

Disto, pode-se cogitar – no que tange às questões de gênero - o aspecto ativo dos sujeitos nas relações sociais que estabelecem em dado momento e lugar. Contudo, nota-se a prevalência de análises sobre o tema que ignoram este aspecto, ressaltando sobremaneira a generalidade entre as mulheres e suas diferenças em relação aos homens, como é o caso, segundo Nicholson (2000), das teorias do movimento feminista radical do início dos anos 70.

---

<sup>10</sup> Bacharela e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá. Especialista em Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Discente dos Cursos de Especialização em Educação Especial e Inclusiva e Neuropsicopedagogia Institucional e Clínica e Análise Comportamental aplicada ao Autismo – Faculdade Souza. E-mail: shirley.stn@hotmail.com.

<sup>11</sup> Bacharel em Administração e Pós-Graduada em Empreendedorismo, Marketing e Finanças pela UNILESTE-MG, MBA Auditoria Digital e Direito Tributário pela BSSP Centro Educacional, E-mail: professor02@faculdaDESouza.com.br

Este posicionamento intelectual geraria o silenciamento de mulheres que não se enquadram nos paradigmas femininos hegemônicos, devido os variáveis contextos histórico-culturais, dos quais fazem parte, por exemplo, as mulheres da Amazônia.

Desse modo, buscando repensar o papel social feminino em um contexto histórico-cultural particular, propomo-nos conhecer um pouco mais sobre as práticas sociais das mulheres da Amazônia, por meio de uma narrativa natural, a partir da história de vida da senhora Ana Raimunda da Cruz, nascida em 06/01/1912.

Assim, cogita-se que as experiências de gênero são marcadas por aspectos flexíveis, ou seja, estão comprometidas por quebras e fissuras, apresentando características flutuantes, condicionadas pelo contexto histórico-cultural dos sujeitos sociais. As manobras e/ou desvios dos padrões de gênero são determinados pelos acontecimentos da vida; o que, de certa forma, evidencia a diversidade do sujeito feminino e a importância da prática da mulher para a construção da história.

Ressalta-se, ainda, que o referido artigo é uma homenagem póstuma à depoente, falecida em 03/11/16; quatro anos após conceder as entrevistas para a produção deste trabalho.

### **DIFERENÇAS DE SEXO E DIVERSIDADE DE GÊNERO: DANDO VOZ AO SUJEITO FEMININO.**

Em qualquer sociedade, as diferenças de sexo, inevitavelmente, levam ao estabelecimento de distinções relacionadas aos papéis sociais. Ou seja, as diferenças físicas entre homens e mulheres conduzem a processo de socialização que tende a levar os indivíduos a incorporarem maneiras de pensar, sentir e agir inerentes a sua característica de sexo. Contudo, "*o Gênero não deve ser confundido com sexo (...) ou com uma determinação biológica, embora esteja atrelado sempre com a sexualidade*" (LOPES, 2008: 4)

Observa-se que a socialização é um processo dinâmico, portanto, passível de modificações e/ou reinterpretações por parte dos atores sociais. Neste sentido, surgem análises em relação às questões de gênero que buscam ressaltar o aspecto ativo dos sujeitos no exercício de seus papéis sociais; bem como a importância do contexto histórico que envolve a construção de gênero.

Ao teorizar acerca do movimento feminista, Nicholson (2000: 17) ressalta que, desde o início dos anos 70, feministas radicais advogam pelos aspectos comuns entre as mulheres e suas diferenças em relação aos homens. Assim sendo,

Dizer que "as mulheres são diferentes dos homens desse ou daquele jeito" é dizer que as mulheres são "desse ou daquele jeito". Mas inevitavelmente as caracterizações da "natureza" ou da "essência" das mulheres - ainda que essa "natureza" ou essa "essência" seja descrita como socialmente construída - tendem a refletir a perspectiva daqueles que as fazem. E como aqueles que têm poder para fazê-las nas sociedades de origem europeia contemporâneas geralmente são brancos, heterossexuais e profissionais de classe

média, tais caracterizações tendem a refletir a predisposição desses grupos.

Disto resultaria o silenciamento de um grupo de mulheres. De modo geral, percebe-se que Nicholson (2000) alerta para o fato de que os significados dos conceitos sobre gênero e mulher estão comprometidos por quebras e fissuras.

Lopes (2008) observa que as diferenças, quando se fala de gênero, não se limitam apenas às distinções entre masculino e feminino. O gênero atribui ao indivíduo certa posição dentro do grupo social. Então, limitar "o pensamento crítico feminista ao arcabouço conceitual de uma oposição universal do sexo, olhando o gênero apenas como diferença sexual, seria permanecer com o pensamento atrelado aos termos do próprio patriarcado ocidental." (LOPES, 2008: 4)

Assim sendo, nota-se que as experiências masculinas e femininas são marcadas por aspectos flexíveis. Estas características flutuantes devem ser reconhecidas, uma vez que o papel social masculino e feminino vai além da simples separação entre homem e mulher; engloba significados socialmente compartilhados, que promovem diferenciações entre os indivíduos.

De certa forma, as referidas diferenciações delegam níveis estratificados de poder e prestígio social a homens e mulheres. Segundo Galliano (1981:191):

como o ator teatral com seu papel numa peça, cada indivíduo, no desempenho de um papel social, busca "se pôr na pele" de um personagem, que pode ser o de pai, mãe, chefe, etc. Como o ator no teatro, cada ator social tem certa margem de liberdade para desempenhar seus papéis de maneira pessoal (...) correspondente à sua personalidade. Mas essa liberdade só pode ser exercida dentro de limites, que são dados pelas normas que regulem o papel

Percebe-se que a margem de liberdade para o desempenho do papel social demonstra, como mencionado antes, os aspectos flexíveis dos gêneros. Contudo, apesar disso, existe a obrigação de se adotar comportamento diferenciado e socialmente aceito no exercício destes papéis sociais.

Assim, pode-se dizer que papel social são maneiras de agir, que caracteriza o comportamento dos indivíduos no exercício de determinado status social<sup>12</sup>, em determinada coletividade, constituindo-se em normas específicas, além das normas comuns que se aplicam a todos os membros do grupo. (GALLIANO, 1981: 190-91)

Reconhecer "desvios das normas do gênero" seria deixar de silenciar os que não se enquadram nos paradigmas do que é ser masculino e feminino. Afinal, as identidades de gênero se estabelecem, predominantemente, por

---

<sup>12</sup> Sociologicamente, entende-se status como "posição que alguém ocupa na sociedade. Algumas posições conferem prestígio, elevando o status de quem ocupa a posição. Mas o status não significa necessariamente prestígio, pois toda pessoa ocupa uma posição na sociedade; portanto toda pessoa tem um status, seja mendigo, seja papa." (Cf.: GUIZZO, João. Introdução à Sociologia. 2009: 316)

influência social, mas em contextos histórico-culturais variáveis, que evidenciam a diversidade do sujeito feminino e masculino.

Então, buscando repensar o papel social feminino em um contexto histórico-cultural particular, propomo-nos conhecer um pouco mais as práticas sociais das mulheres da Amazônia, por meio de uma narrativa natural, a partir da história de vida da senhora Ana Raimunda da Cruz, nascida em 06/01/1912, na localidade de Gurupá/PA, atualmente, moradora do município de Santana, Estado do Amapá.

### **"NÓS ERA TUDO BRAÇAL": VIVÊNCIA E MEMÓRIA DA MULHER DA FLORESTA.**

Na bibliografia que fui lendo comecei a perceber não somente a quase inexistência de nomes e figuras de mulheres como também a constante reafirmação de que durante o Boom da borracha, no Acre e nas regiões dos altos rios amazônicos, "não havia mulheres", que eram muito poucas, era uma sociedade de homens, e machos. Isso inclusive acentuava a idéia recorrente de que os seringueiros, migrantes nordestinos, bem como os seringalistas ou patrões, estes últimos mais ainda por serem pioneiros, eram todos corajosos, bravos, ou seja, acentuava a idéia de que para "penetrar na floresta virgem", tinha que ser homem, cabra macho sim senhor.... (WOLFF, 2011: 24)

Percebe-se que a citação acima traz à tona, entre outros fenômenos, a invisibilidade das mulheres na historiografia da Amazônia. Abordando o referido fenômeno, Wolff (2011: 25) nos convida a "*dar visibilidade a essas mulheres ocultas na historiografia, nas histórias contadas, na própria literatura regional*". Contudo, tal tarefa não é fácil, visto que, geralmente, as abordagens teóricas tratam o gênero como uma maneira de singularizar homem ou mulher e, paralelamente, diferenciá-los, ocultando os desvios dentro do que é ser feminino ou masculino.

Portanto - ao mostrar apenas um padrão feminino ou, simplesmente, esconder a diversidade do sujeito feminino, oriundos de contextos histórico-culturais heterogêneos - a historiografia silencia muitas mulheres. Diante disso, este artigo, a partir da história oral, busca tratar os papéis de gênero como algo construído na vida cotidiana, resultado das circunstâncias vivenciadas pelos sujeitos sociais.

Thompson (1992: 26) refletindo sobre a fonte oral para o registro histórico enfatiza que:

A história oral (...) torna possível um julgamento muito mais imparcial: as testemunhas podem, agora, ser convocadas também de entre as classes subalternas, os desprivilegiados e os derrotados. Isso propicia uma reconstrução mais realista e mais imparcial do passado, uma contestação ao relato dito como verdadeiro. Ao fazê-lo, a história oral tem um compromisso radical em favor da mensagem social da história como um todo.

Além disso, Montenegro (1994: 17) aponta "*a história oral como um meio privilegiado para o resgate da vida cotidiana, tendo em vista que esta se mantém firmemente na memória, apesar de poder sofrer alterações como resultado de experiências posteriores*".



Como se verifica, a História oral nos propiciará um enfoque etnográfico para análise da condição feminina na região amazônica, no período compreendido, aproximadamente, a partir de meados do século XIX até o início do século XX, na fase da economia da Borracha.

Geertz (1989) e Oliveira (1988) identificam a antropologia interpretativa como uma forma de estudar as dimensões simbólicas da ação social. Neste sentido, o enfoque etnográfico teria como característica o paradigma hermenêutico, isto é, variadas interpretações, levando em consideração o ponto de vista de quem faz as análises. Nesta abordagem:

temos que descer aos detalhes, além das etiquetas enganadoras, além dos tipos metafísicos, além das similaridades vazias, para apreender corretamente o caráter essencial não apenas das várias culturas, mas também dos vários tipos de indivíduos dentro de cada cultura, se é que desejamos encontrar a humanidade face a face. (GEERTZ, 1989: 65)

Ao focar as práticas femininas na Vila de São José, em meados do século XIX, Luna (2011: 114) afirma que *"as mulheres de um modo geral aparecem na documentação pesquisada, mas são poucas as informações sobre suas práticas"*. Portanto, por meio do relato pessoal apresentado neste artigo, busca-se contribuir para o conhecimento do passado e, principalmente, para o debate sobre a organização do trabalho feminino nas populações tradicionais da Amazônia Brasileira, a partir de uma perspectiva interacionista.

A cultura e a história de vida de uma mulher comum será a forma utilizada para a compreensão da construção do papel social feminino. Concebe-se, assim, a mulher não como elemento passivo e homogêneo, mas como um sujeito social.

Segundo Dona Ana Raimunda, chamada carinhosamente pelos parentes e amigos de "Mãe Ana", a vida das populações da floresta não era fácil, pois – além do trabalho pesado, tinha-se que se habituar à exploração e "expulsão", por parte dos que se denominavam "donos das terras" - o patrão. Ela relata que:

Desde que me entendo por gente, nós trabalhava. Minha mãe, meu pai era carpinteiro; nós trabalhava com carpintaria, fazendo canoa (...) no interior (...). Era Juruparí, Panema, era Maracá, era Três Irmão (...) as paragens que nós morava (...), nós mudava com muitos anos (...) porque não tinha mais nada prá nós lá. Porque os donos já queriam. Neste tempo, tudo tinha dono, né. Aí meus pais alugava, eles outros e outros, (...) um pedaço de terra, um terreno (...). Lá, a gente cortava seringueira, fazia roçado, tirava madeira, lavrava, serrava, torrava, botava pra fora, fazia jangada e prá vender a madeira. E a semente, a gente juntava dez, doze, treze, vinte caixa e, também, vendia. Neste tempo, tudo o que era semente (...) extraia na floresta e a embarcação pegava, levava; e pra onde que eu não sei. (...) Seringueira a gente cortava, fazia borracha e ia vender no patrão. Neste tempo era ruim que não tinha nem papel pra embrulhar as coisas; era embrulhado em folha de arumã, era, um pouco de açúcar, um pouco de café, em caroço. Ele (o patrão) se queixava que era o dono da terra, né. Meus pais

alugava; a gente ia prá lá trabalhar (...). O que nós tirava da floresta (...) vendia prá ele, além do aluguel. (...) Era pago o que nós tirava da floresta (...). Ele mandava não sei prá onde (...)

Inúmeros estudos indicam que as relações de trabalho - no modelo de produção gomífero - eram caracterizadas pelo sistema de aviamento. Este mecanismo determinava relações de produção muito injustas, conforme a experiência narrada pela informante acima. Desse modo, é possível constatar que "entre os seringueiros e os 'patrões' não se distanciaram muito das relações existentes entre o senhor de engenho e os escravos". (SARGES, 2002: 80)

Diante disso, cabe-nos destacar a condição feminina neste período, uma vez que se observa sua participação nas atividades relativas à produção material. Pode-se cogitar que esta participação revela certa autonomia. Pois, as práticas da mulher não são vistas como algo inferior ao comportamento do homem.

Em relação ao mundo do trabalho, o papel social feminino não é dependente do homem; ele é complementar, visto que as necessidades materiais de existência assim exigem. Isto é exposto quando a Senhora Ana Raimunda diz que "*no interior, a vida minha e de muitas era mais pesada de que de um homem (...). Nós era tudo braçal, mulher! Nós fazia tudo serviço de homem, de mulher, não tinha a máxima diferença*".

Pode-se dizer que existe, de certo modo, uma espécie de "reconstrução" de gênero, mesmo em uma situação de dominação. Diante das necessidades para a manutenção da vida, o exercício dos papéis sociais se torna oscilante. Pois - dependendo das circunstâncias - os padrões dos referidos papéis podem representar entraves ou ganhos para seus "atores". Vejam o que diz nossa informante:

Neste tempo, eu tinha uns dezessete, dezoito (anos de idade). Era tudo isso (...). Fazer todo serviço braçal do interior. Era tudo junto. Nós, na casa dos meus pais, nós era sete mulher. Então, homem só tinha dois (...). Mas, nós fazia todo o serviço, de homem e de mulher. Nas outras famílias tudo era a mesma coisa. Era misturado (...). Difícil a casa que a mulher não trabalhava de braçal (...). A mulher ficava em casa e o velho (marido) ficava se virando, até os filhos crescerem. (...) Todo mundo trabalhava: mulher, homem, pai, mãe, tudo. Uma casa que tinha a mãe, a chefe da casa, ficava ela e a mais pequenina e o resto tudo ia trabalhar, assim que era. Só ficava a minha mãe com a mais criança, porque não dava conta de fazer nada (...). A menina de dez anos (de idade) já ia fazer força também no serviço.

Souza e Silva (2008: 2-3) enfatizam que "*existe registros de que as mulheres também exerciam atividades nesse espaço e ressalta-se a incorporação de sobrecarga de atividades que perpassava desde a coleta do látex e defumação até os serviços domésticos*".

Ana Raimunda relembra o seguinte: "*(...) Meu pai quando chegava do serviço era só meio dia pra vim almoçar; quando saía chegava umas seis horas, sete horas. As mulheres ainda trabalhava em casa, ainda tinha que*

*trata de criação, encher água que era pegada lá no rio. Tirar lenha, tudo, tudo, tudo”.*

As lembranças sobre os acontecimentos passados na vida da depoente trazem à tona o momento em que ela chega para morar em Santana (no Amapá), expulsa - por um dos “patrões” que encontrou ao longo da vida - da localidade onde residia. O relato nos faz pensar que, apesar da sobrecarga de atividades, é possível que, naquele momento, o trabalho da mulher propicie certas vantagens no terreno das relações sociais. Isto permitiria manobras nas relações de dominação entre homens e mulheres, fazendo com que elas, de certa forma, conseguissem depositar suas “marcas” na história que se construía, evidenciando-se, assim, a diversidade do sujeito feminino.

Tal fato pode ser entendido, por meio das análises de Cuche (1999). O referido autor - tendo como base os estudos de Roger Bastide<sup>13</sup> sobre os fenômenos de aculturação - ressalta o “princípio do corte”, entendido como um mecanismo utilizado pelo indivíduo, durante a interpenetração cultural, para evitar a marginalidade:

(...) Viemo, viemo, até que chegamo aqui no Amapá, que nesse tempo não era Amapá, chamavam Território (...). Eu cheguei em quarenta e quatro. Desde disso que eu estou aqui (...), no tempo que os homem que tavam fazendo essa ponte de embarcar manganês (...). Ai vim, chequei aqui, comecei a trabalhar em roça com quem tinha por aqui; capiná quintal pra pessoas fazerem as casas (...); trabalhava em horta (...); plantava mandioca (...). Toda mulher ia trabalhar (...), ia trabalhar pra ajudar (...). Pra ganhar o meu dinheiro, não podia ficar parada (...). Homens e mulheres, (...) só aumentava um pouquinho pros homens quando o serviço era no pesado, que era só pra homem, tipo uma roçagem, uma derrubagem de roça, era. Nós roçava nós dois, mas se eu fosse fazer esse serviço cada qual era o homem que ganhava mais, a mulher sempre, toda vida, foi menos, porque homem era mais valorizado de que a mulher (...). Não tinha o que reclamar, (...) recebia menos porque toda vida foi rebaixado o serviço da mulher. Agora não! Agora é ferro com ferro, né? Neste tempo, não era assim não. Até um certo tempo era assim: o homem sempre tinha mais valor de que a mulher, agora não. De um certo tempo, é igual, né.

Cogita-se, portanto, que - na trajetória de vida da depoente - ser mulher é uma experiência que se constrói na vida cotidiana, resultado das situações vivenciadas pelos sujeitos sociais. Ressalta-se, ainda, que - em nenhum momento, durante a entrevista - percebe-se qualquer constrangimento da depoente em relação a sua história de vida. Quando afirma que fazia “serviço de homem”; ao contrário, seu tom de voz e fisionomia demonstra orgulho de sua história e experiência. É notória, também, a percepção da depoente sobre a importância de sua vida para a estruturação da família e

---

<sup>13</sup> Cf. BASTIDE, Roger. O princípio de corte e o comportamento afro-brasileiro. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 1955, São Paulo. *Anais...SP*, 1955. p. 493-503.v.1.

estabelecimento dos parentes no município de Santana. Ana Raimunda é considerada a matriarca da família, sem nunca ter tido filhos legítimos, pois ela adotou muitas crianças órfãs, algumas delas eram parentes da depoente:

Bom, depois que eu parei de trabalhar em horta. (...) Eu lavava roupa pra fora, comecei a pegar as crianças. (...) Eu criei onze, foi, tudo adotivo. (...) Morria o pai, morria a mãe. (...) Queriam ficar comigo. Eles, coitadinhos, não tinham onde viver aí eu ficava, né. (...) Que quando eu peguei esses que era da minha sobrinha e afilhada, que era filha da minha irmã, que morreu ela, que morreu a filha dela tudo, que ficou essas criança, tudo jita, foram os últimos. Aí foi que eu fui viver não foi só disso. Foi de lavagem de roupa, um emprego aqui numa casa, noutra. Que eu não podia deixar as crianças só muito tempo. (...) Porque eu não podia deixar um bocado de criança sozinha em casa um dia inteiro, né?

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Assim sendo, cogita-se que os papéis de gênero são construídos na vida cotidiana, resultado das circunstâncias vivenciadas pelos sujeitos sociais. No caso exposto, pode-se dizer que o ser feminino se constitui por meio de manobras dos códigos dominantes do papel social de gênero.

Ou seja, dependendo da situação, a depoente adotou posturas que, de certo modo, poderiam ser funcionais para que ela alcançasse uma vida melhor, superando os obstáculos do cotidiano - ao mesmo tempo em que preservava maneiras de pensar, sentir e agir inerentes ao padrão feminino da época e do local onde vivia. Isto é, ainda que as relações sociais fossem desiguais entre homens e mulheres, a depoente conseguia depositar suas "marcas" na história que se construía.

### **REFERÊNCIAS**

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

GALLIANO, Alfredo Guilherme. **Sociologia**, 4 ed. SP: Harbra, 1981.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. RJ: LTC, 1989, pp. 13-66; 278-321.

LOPES, Margarete Edul Prado de Souza. **Corpo, sexualidade e gênero: um debate na Amazônia**. Fazendo Gênero - Corpo, Violência e Poder, Florianópolis, 2008. Disponível em <<http://www.fazendogenero.ufsc.br>>. Acesso em mar. 2013.

LUNA, Verônica Xavier. **Entre o Porteau e o Volante: africanos redesenhando a Vila de São José de Macapá (1840-1856)**. PB: Sal da Terra, 2011, pp. 95-136.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. 3 ed. SP: Contexto, 1994.

NICHOLSON, Linda. **Interpretando o gênero**. Revista Estudos Feministas, CFH/CCE/UFSC, v. 8, n. 2, p. 8-41, Brasil, Santa Catarina, 2000. Disponível em <<http://www.cnm.gov.ar>>. Acesso em mar. 2013.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Sobre o pensamento antropológico**. RJ: Tempo Brasileiro. Brasília: CNPq, 1988. pp. 13-25.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: riquezas produzindo a belle-époque (1870-1912). 2 ed. Belém: Paka-Tatu, 2002, pp. 75-174.

SOUZA, Sheila Ximenes de. SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. **Os ciclos econômicos e a condição feminina na Amazônia rondoniana**. Fazendo Gênero - Corpo, Violência e Poder, Florianópolis, 2008. Disponível em <<http://www.fazendogenero.ufsc.br>>. Acesso em mar. 2013.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. 2 ed. RJ: Paz e Terra, 1992.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres da Floresta**: outras tantas histórias. Revista Estudos Amazônicos, v. VI, n. 1, p. 21-40, 2011. Disponível em <<http://www.ufpa.br/pphist/estudosamazonicos>>. Acesso em mar. 2013.

## **O TRABALHO DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL I E II: UM ESTUDO DE CASO.**

Jesus, Vagner Luís de<sup>14</sup>

### **RESUMO:**

A inclusão educacional de indivíduos com deficiência auditiva nas classes regulares de ensino é uma realidade e tem sido frequentemente avaliada no contexto acadêmico, dado o recorte especial da condição bilíngue e multicultural desses indivíduos, uma vez que esta especificidade exige práticas diferenciadas de ensino que partem da Língua Brasileira de Sinais. De acordo com a legislação vigente, estes estudantes devem ter a sua disposição o auxílio de um Intérprete de Libras em sua escolarização. Nesta pesquisa foi feito o acompanhamento do trabalho de um Intérprete de Libras em início de carreira, nas salas de aulas de Ensino Fundamental I e II, onde eram acompanhados três estudantes com deficiência auditiva. Buscou-se caracterizar o trabalho do Intérprete neste contexto e conhecer quais eram as dificuldades enfrentadas pelo mesmo, e o papel que este assumia ao tentar superá-las. O trabalho de campo foi realizado em duas escolas de Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal, do Município de Ubatuba-SP. O estudo constatou uma grande dificuldade do Intérprete com relação a adaptação das aulas para os estudantes uma vez que os mesmos não possuíam em sua maioria a aquisição dos conceitos alfanuméricos da alfabetização e os sinais em LIBRAS, que permitiu vislumbrar o trabalho do Intérprete constatando-se que vai além da simples interpretação das aulas, em que ele assume para si, muitas vezes, a responsabilidade pela aprendizagem de seus interlocutores.

**PALAVRAS CHAVE:** Intérprete. Deficiência auditiva. Ensino Fundamental I e II. Estudo de Caso.

### **INTRODUÇÃO**

Não é de hoje que a reflexão e o debate sobre o processo à inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em classes comuns da rede regular de ensino, tem sido tema de investigação de muitos estudiosos, pesquisadores, professores e estes têm resultado em muitos documentos oficiais, dentre eles, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que diz "aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades".

Percebemos que a luta pela educação inclusiva tem sido questionada no passar dos anos, a Declaração Mundial Sobre Educação para todos

---

<sup>14</sup> Licenciado em Pedagogia pela faculdade UNINASSAU - PE, E-mail: [jesusvagner@hotmail.com](mailto:jesusvagner@hotmail.com).

(UNESCO, 1990) e na Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira (BRASIL, 1996), os quais destacam a inclusão como um direito fundamental vem ganhando força e fazendo com que a população exerça a empatia, respeitando o próximo e apoiando essa causa.

Em 2001, o Brasil definiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001), e voltemos a atenção para o artigo 7º: “o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica”.

O artigo garante aos estudantes com necessidades especiais o direito de se matricularem na escola regular e de terem um apoio pedagógico especializado em salas de recursos multifuncionais, assegurando uma devida preparação das classes comuns que receberão os alunos com necessidades especiais.

Ao analisarmos os dados do último Censo Escolar (Inep/Mec, 2019), observamos uma evolução nas matrículas dos estudantes com necessidades educacionais especiais nas escolas de ensino regular. De 382.215, em 2000, para 665.737, em 2019, que corresponde a um crescimento de 74,14% de estudantes incluídos na rede pública de ensino. Fato que não demonstra necessariamente que esse aumento quantitativo, tenha se revertido em amplo avanço do processo ensino-aprendizagem dos mesmos.

Uma vez que pensar em uma preparação das classes para receber estes estudantes, é de certa forma, pensar em como se dá a aprendizagem desses e como a deficiência interfere ou condiciona essa aprendizagem. No caso específico das pessoas com surdez (que é considerado surdo todo aquele que tem total ausência da audição, ou seja, que não ouve nada), ou os parcialmente surdos (todo aquele que a capacidade de ouvir, apesar de deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva) e os deficientes auditivos (consiste na perda parcial ou total da capacidade de detectar sons, causada por má-formação (causa genérica), lesão na orelha ou na composição do aparelho auditivo), Vygotsky(1997) já afirmava em seus estudos sobre defectologia, que uma pessoa com esta deficiência apresenta condições cognitivas iguais a uma pessoa sem deficiência, e o que diferencia o seu desenvolvimento seria apenas o fato dele ocorrer por caminhos diferentes, isto quer dizer que a surdez, os parcialmente surdos ou a deficiência auditiva não está relacionada a uma dificuldade de aprendizagem, mas sim que para a aprendizagem da pessoa com deficiência auditiva ocorra, se faz necessário um trabalho diferenciado, que explore meios de ensino e aprendizagem diferentes dos usuais, que normalmente privilegiam a linguagem oral. Ao considerar que o indivíduo com deficiência auditiva consegue ler o mundo por vias visuais, e que a linguagem mímico-gestual é uma expressão cultural importante no processo de socialização das pessoas com deficiência auditiva, Vygotsky defende o uso dessa linguagem e afirma ainda que o processo psicológico centrado nessa linguagem cumpre, mesmo sendo diferente do processo centrado na linguagem oral, a mesma função social.

Assim, para o contexto brasileiro, pode-se considerar como um dos caminhos para a educação da pessoa com deficiência auditiva, o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Indo de encontro com a ideia de Vygotsky, as diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica preveem a “[...] atuação de professores-intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis” como um apoio especializado (BRASIL, 2001). No Brasil, a Libras reconhecida legalmente como meio de comunicação e expressão das pessoas surdas (BRASIL, 2002), e assim, a atuação de professores-intérpretes de Libras é prevista como um apoio na educação do aluno com surdez, parcialmente surdo ou com deficiência auditiva, sendo sua presença na escola regular inclusiva já regulamentada por decreto presidencial no capítulo VI, do artigo 22:

As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

- I - escolas e classes de educação bilíngüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngües, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;
- II - escolas bilíngües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa. (BRASIL, 2005).

## **METODOLOGIA**

O estudo de caso foi baseado nos portfólios de atividades construído pelo Interpretador de Libras nas interações com os estudantes por ele assistidos, com ênfase para a análise do papel do Intérprete de Libras para o processo de ensino aprendizagem, especialmente no processo de alfabetização, assim como quais os significados produzidos nos estudantes assistidos acerca do processo de inclusão dos mesmos nas escolas de ensino regular, como também seus desafios.

Nesta experiência, a observação de trabalho do Intérprete de Libras na educação fundamental I e II, que teve a duração de todo o ano letivo de 2019, estendendo-se também até o fim do primeiro semestre de 2020. Foram acompanhados 3 estudantes com deficiência auditiva. Destes só um foi acompanhado também durante o primeiro semestre do ano letivo de 2020, todos os estudantes estavam devidamente matriculados no ensino fundamental I e II, em salas regulares de ensino, na cidade de UBATUBA, Estado de São Paulo.

No estudo de caso, foi possível conhecer melhor o trabalho do Intérprete com os alunos com deficiência auditiva, fazendo uso do seu portfólio de acompanhamento, assim como suas inquietações, analisando com detalhes os diversos papéis exercidos por ele, nas salas de aula de alfabetização. Além da análise dos portfólios, também foram realizadas entrevistas com os pais/ mães dos alunos assistidos. As entrevistas foram pensadas com o



intuito de fornecer dados complementares àqueles obtidos com a análise dos portfólios, permitindo assim uma ação mais completa sobre o papel do Intérprete na formação acadêmica dos alunos por ele assistidos.

Com o advento da Lei nº 9.394/96 que estabelece os princípios da educação nacional, o público de alunos com deficiência, inclusive os deficientes auditivos (D.A), gerou uma necessidade de desenvolver e aprimorar os conteúdos pedagógicos, melhorando com isso a qualidade da educação especial e o aprimoramento dos profissionais de educação envolvidos no processo de aprendizagem.

Especificamente os surdos tinham uma realidade diferenciada no que diz respeito na aquisição do conhecimento e no seu processo formal de escolarização, os surdos pela sua especificidade de deficiência, necessitavam de frequentar institutos voltados exclusivamente para a formação dos deficientes auditivos. Esses institutos voltados para a formação de surdos eram centralizados em metrópoles e alguns estados, como por exemplo INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos) do Rio de Janeiro e FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos) de São Paulo, inviabilizando a participação e a oportunidade para todos os surdos.

O profissional intérprete de Libras era conhecido e tinha a sua realidade desenvolvida através dos institutos de educação de surdos, fazendo que a profissão não se expandisse por consequência da demanda centralizada. Entretanto, com a abertura e a descentralização da educação especial em todas as escolas regulares, houve o êxodo do público de alunos com deficiência dos institutos específicos para as escolas públicas em todo país, surgindo a nova perspectiva do profissional intérprete de Libras na educação nacional, compondo a equipe pedagógica.

Na sequência desse cenário de inclusão, notou-se também a necessidade de regulamentar as atividades do intérprete de Libras na educação, apresentando então a lei nº1690/2015, que veio acrescentar normas e estratégias para o desenvolvimento da formação dos surdos.

A relevância do tema apresentado, traz uma justificativa de pesquisa pretendendo apresentar o papel do intérprete de Libras em sala de aula do ensino regular, promovendo uma reflexão construtiva da importância do intérprete no desenvolvimento educacional do surdo e melhorando a qualidade na aquisição do conhecimento.

### **RESULTADOS E ANALISE DOS DADOS**

Ao analisarmos os dados expostos nos portfólios, nas entrevistas e em todos os relatórios de acompanhamentos do Intérprete de Libras nas salas de aulas por ele assistidas, no período do ano letivo de 2019 e o primeiro semestre de 2020, no ensino fundamental I e II, da rede pública Municipal de Ubatuba-SP, descrevemos aqui o quanto o papel do Intérprete é relevante na inclusão dos alunos com deficiência auditiva nas salas de aula e em especial nas salas de alfabetização, o que impactou diretamente na vida sociocultural dos mesmos. Para isto, é de suma importância apresentar algumas características do Intérprete integrante do nosso estudo.

O Intérprete possui formação superior em Licenciatura da Computação, onde aconteceu o primeiro encontro com Libras, chegando a participar do coral de Libras da faculdade onde estudava. Depois cursou extensão em Libras, vindo a ser auxiliar de uma aluna surda por 3 meses, dentro de uma turma de ouvintes. Também foi monitor de informática, pela Secretaria da Pessoa com Deficiência e do Idoso no Município de Caraguatatuba- SP. Mas até o momento em que a pesquisa foi realizada, não exerceu a carreira docente em uma sala de aula do ensino regular.

Mesmo tendo uma formação previa é sabido que os cursos de formação para Intérprete não são específicos para o trabalho na área de ensino. As formações são mais voltadas à interpretação de situações cotidianas como a compra de uma determinada vestimenta, ou solicitar uma estadia em um hotel, etc. Assim sendo, sua acadêmica não nos prepara o trabalho em sala de aula, o que dificulta ainda mais o desenvolvimento do trabalho em salas de aulas de alfabetização, onde podemos constatar que o Intérprete exerce também a função de alfabetizador.

Um aspecto ligado à formação do Intérprete de Libras para atuar em aulas inclusivas, está relacionado ao conhecimento de alguns sinais mais específicos de cada disciplina e seus eixos de ensino. Entretanto, ainda que o Intérprete se especialize em conhecer cada vez mais sinais, seu trabalho é condicionado pela relação que os estudantes que ele acompanha têm com a Libras. O que vai muito além da formação como Intérprete.

Constatou-se com os dados coletados que uma das inúmeras dificuldades que o Intérprete enfrenta com relação a Libras nas aulas de alfabetização é que em geral os estudantes não têm conhecimento de sinais, "sinais" em Libras mesmo. Assim, quando você faz os sinais, eles olham para você e dizem "o que é isto?" Eles não entendem. O que leva ao Intérprete adaptar as aulas que são ministradas. Mas como adaptar uma aula de alfabetização, onde o estudante não tem conhecimento anterior da Libras? É notório, a dificuldade enfrentada pelo Intérprete que além disso, durante o período que o mesmo deu suporte a dois estudantes ao mesmo tempo em seus relatórios, percebeu-se que existe uma grande diferença no domínio da Libras entre os dois estudantes por ele acompanhado. Um deles possui um conhecimento significativo da Libras, enquanto o outro apresenta uma grande defasagem no trato dessa linguagem.

No primeiro contato, com os dois estudantes acima mencionados, ficou notório a total exclusão dos mesmos para com os demais estudantes, estes eram colocados juntos num canto da sala e eram tratados por todos como incapazes. De imediato o Intérprete já começou a fazer as interferências no cotidiano escolar dos mesmos, a princípio uma conversa com a professora, onde foi possível também observar a falta de experiência da mesma para com estudantes surdos, não eram feitas adaptações, não usava sinais, não conversava com os estudantes fazendo uso da Libras, nem ao menos conhecia os sinais básicos, ou seja: não existia comunicação entre eles. Era pura exclusão, no ambiente onde eles deveriam ser inclusos.

Os dois estudantes eram cobrados como ouvintes, fator importantíssimo que estava sendo ignorado no processo de ensino aprendizagem. Mas que rumo seguir com base neste contexto? Não era possível ser um mero tradutor de sinais, e assim o Intérprete passou a adaptar as aulas, a dobrar os horários de atendimento, e etc. Outro desafio foi usar a sala de recursos multifuncionais, que não oferecia materiais adequados para os surdos. Assim sendo, foi feita uma parceria com a professora da sala de recursos multifuncionais que juntos começaram a criar estratégias para auxiliar os alunos nos desafios dentro da sala de aula com os conteúdos.

Mais uma vez o Intérprete teve que romper uma barreira, uma vez que, o conteúdo oferecido pela professora da sala de recursos multifuncionais, não contribuía para o processo de aprendizagem dos alunos e teria que interferir, mas como fazer isso, se o orgulho profissional é desafiador e constante, mas o Intérprete não poderia retroceder e assim fez mostrando para a professora com anos de formação, que sua proposta não estava adequada para a alfabetização do surdo. Os relatos mostram que não foi fácil, era o romper de mais um paradigma, contudo o Intérprete não podia esquecer que a o respeito à experiência de vida dos estudantes é parte de seu alicerce e assim o Intérprete foi em busca de novas parcerias, as aulas foram sendo adaptadas e começaram a serem cobçadas pelos alunos, que começaram a participar de todas as atividades propostas. Então foi criada uma parceria também na sala da aula com os demais estudantes que já viam os estudantes surdos como parte da turma, fato também registrado nas aulas de educação física e arte.

Outro fato com igual importância e também vislumbrado pelo Intérprete foi, o fato de que como os referidos estudantes possuíam níveis diferentes de conhecimento em Libras, desse modo, era necessário que fossem matriculados em turmas diferentes no ano seguinte, com o objetivo primordial de uma alfabetização igualitária, uma vez que ambos estavam cursando o quarto ano do ensino fundamental I e ainda não estavam alfabetizados e apresentavam características diferenciadas de aprendizagem, que também deveriam ser tratadas de forma particular e individual, a proposta era conhecer as especificidades de cada estudante e assim lhe proporcionar o auxílio adequado.

Em 2020, os estudantes foram separados de turma e cada um deles passou a contar com o auxílio individual de um Intérprete, e durante o acompanhamento minucioso com o Intérprete foi possível observar que o estudante além de não estar alfabetizado era copista, fato que agravava ainda mais o seu desempenho escolar.

Com este cenário, mais uma vez o Intérprete precisou se reinventar, não bastava mais uma vez ser só Intérprete de Libras, era necessário trazer para si mais uma vez o papel de alfabetizador, e assim foi, criou uma parceria com o estudante, onde foi feita uma sondagem antes nunca feita e detectou que o mesmo não lia, não conhecia as sílabas, estando no nível de alfabetização silábico sem valor sonoro, mesmo estando matriculado no quinto ano do ensino fundamental I. Com todos esses dados, iniciou-se pelo

Intérprete um processo de alfa letramento do estudante, que foi interrompido pela cirurgia coclear e a pandemia que suspendeu as aulas presenciais.

Em abril de 2020, teve início o atendimento remoto, com o objetivo antes traçado de alfabetizar o estudante, a professora, a coordenadora, o Intérprete e a mãe formaram uma nova parceria e retomaram o processo de alfabetização EAD, realizando atividades, fazendo o estudante sentir-se acolhido, as aulas foram adaptadas pelo Intérprete e por ele também ministradas diariamente pelo aplicativo *zoom*, foram ministradas aulas em todas as disciplinas, incluindo aqui também arte e educação física, foi feita uma apostila diferencia para a alfabetização do estudante e cada resultado alcançado era recebido pela família com grande entusiasmo e era motivo para festa. A família neste processo identificou também sua importância na formação do estudante, que ao fim do primeiro semestre, adquiriu mais respeito, responsabilidade, capricho, atenção e socialização, entre outros fatores fundamentais também para sua formação cidadã.

É fato que o desafio é enorme, e em tempos de pandemia esses ganham asas gigantescas, porém os resultados de todos os esforços foram surpreendentes e no fim do primeiro semestre de 2020 o estudante antes copista já lia, e o próximo passo é fazê-lo compreender e entender o que leu.

Não restam dúvidas que ao se deparar com este quadro o Intérprete pode fazer uma reflexão do exemplo que será colocado mais a frente, referente a estudante do Ensino Fundamental II, e que nos faz concluir que todo o despreparo e até mesmo a falta de esperança marcadas no olhar da estudante, são reflexo de como foi tratada por todos na Escola de Ensino Fundamental I.

Assim sendo, é enganoso pensar que os alunos que possuem deficiência auditiva dominam por completo a Libras. Sendo este um fato que deve ser levado em consideração na inclusão desses estudantes em sala de aula, pois, essa realidade nos remonta a pensar no papel do Intérprete nas aulas, e o próprio sentido do que é uma sala de aula inclusiva para alunos com deficiência auditiva, o qual não se resume à simples presença do Intérprete na sala de aula, afinal, de nada adiantaria o Intérprete realizar as interpretações se o aluno desconhece a grande maioria dos sinais e da estrutura da linguagem.

O que nos traz dois questionamentos, o primeiro que diz respeito à relação do Intérprete com os sinais mais específicos para a verdadeira alfabetização e o outro diz respeito à relação dos estudantes surdos com a Libras. Esses questionamentos acabam sendo geridos pelo Intérprete durante as aulas.

Analisemos agora, a relação entre o Intérprete e os sinais que se referem a determinados conceitos do conhecimento da alfabetização na Educação Fundamental II, o Intérprete relata em um dos portfólios que não tinha a visão do que era a alfabetização dos surdos na educação fundamental II, fato que só aconteceu quando se deparou com uma estudante surda no sexto ano do Ensino Fundamental II no ano letivo de 2019.

As dificuldades da estudante eram notadas, em muitos momentos, como nas aulas de informática, na interpretação de textos, assim como na leitura, levando a questionamentos como: o que fazer para suprir as necessidades de uma estudante de 13 anos que passou Ensino Fundamental I e não consegue compreender o que é escrita? O que poderia trazer medo, foi o impulso para o Intérprete. Se as dificuldades dos estudantes surdos já são imensuráveis no Ensino Fundamental I, estes parecem muito maiores no Ensino Fundamental II. No entanto o Intérprete em mais uma busca por alternativas, tentou conseguir informações de como foi a escolarização da estudante surda nas aulas do Ensino Fundamental I, e pode perceber que nos relatos da estudante, da mãe e os arquivos da vida escolar eram falhos, a estudante era ignorada, sofria exclusão dentro da sala de aula e na escola por todos os membros formadores da unidade escolar.

Com esses dados em mãos o Intérprete passou a ser não só o interlocutor da estudante, mas assumiu para si o papel de alfabetizador também, adaptando as aulas, acrescentando os conteúdos aos poucos, selecionando as atividades que a estudante deveria ter compreendido no Ensino Fundamental I, mas, no entanto, não tinha construído a competência para tal, atrelado estava a sala de recursos multifuncionais da escola que se tornou o ponto de apoio para a estudante.

Outro ponto que também é de suma importância e que precisa ser avaliado também pelo Intérprete é o uso ou não do aparelho auditivo, se o estudante fez ou não a cirurgia coclear, e vale ressaltar que no caso da estudante em questão, usava aparelho auditivo, não tinha feito a cirurgia coclear e apresentava uma boa oralidade, no entanto, ainda pode-se observar que alguns professores não a chamavam para participar de leituras em sala, e mais uma vez o Intérprete tinha que entrar em ação em uma função também diferente da que lhe foi designado, e nestes momentos o Intérprete é o motivador, o encorajador, o que mostra que a estudante pode sempre mais, exemplo disto foi o dia que na aula de português a estudante levantou a mão e se propôs para fazer a leitura.

A partir deste exemplo o Intérprete, percebeu que todos os esforços tinham valido a pena, a estudante tinha acreditado que era capaz quanto qualquer outro que ali estivesse e se sentia acolhida, não só pelo Intérprete, mas também pela escola. Foi à mudança de paradigmas, depois disto começou-se a participar junto com o Intérprete de tudo o que acontecia na escola e também dentro da sala de aula, como, por exemplo, a eleição para representante de sala. Inúmeros foram os avanços, outro exemplo foi à participação ativa do estudante no projeto escolar Ubatuba SAT, que lançou um satélite no espaço e repercutiu em todo o Brasil.

Os desafios não paravam e eram muito além da sala de aula: a manutenção do aparelho auditivo e a troca dos óculos que estavam vencidos, o que também prejudicavam ainda mais o processo já deficitário de ensino aprendizagem, era ir adaptando o que se podia. No caso dos óculos, a estudante não conseguia fazer as cópias dos conteúdos, logo o Intérprete fez uso do caderno de anotação diária, para assim anotar todos os

conteúdos ministrados, e estes eram copiados depois pela estudante, o que aconteceu até a troca dos óculos que também foi fundamental para a elevação da autoestima da estudante.

Outro fato também desenvolvido pelo Intérprete, como meio de inclusão e aceitação do surdo na comunidade escolar, foi a criação do coral de Libras, a princípio ofertado só para os estudantes da sala e depois a todos da comunidade escolar, que também resultou no aumento dos laços de amizade com todos da escola e levou o Intérprete e todos os estudantes nele envolvidos a participarem da Semana da Educação INCLUSIVA, rompendo assim mais uma vez a barreira da exclusão e ampliando cada vez mais a função do Intérprete em sala de aula.

A estudante passou a se sentir tão confiante, que em parceria com a professora de inglês, com auxílio do Intérprete ensinavam aos demais estudantes a traduzirem palavras do inglês para Libras e a estudante conseguia desenvolver toda a atividade proposta.

O ano letivo de 2019, para a referida estudante foi muito mais além que a simples construção das competências instituídas para o ano de aprendizagem, foi o romper de todos os paradigmas, e não restam dúvidas que o papel do intérprete foi essencial e muito maior do que tradução de sinais. A estudante passou a ser agente do meio sociocultural onde está inserido e finalizou o ano apresentando uma pesquisa da disciplina de história, Deuses Gregos, no palco do auditório da escola.

Dos relatos aqui expostos percebemos que o papel do Intérprete é visto muitas vezes de uma perspectiva que entende a função como se limitando a uma mera transmissão fiel da mensagem apresentada pelo professor. No entanto vai muito além disso, como se pode notar em tudo relatado aqui neste estudo, o Intérprete assume para si uma responsabilidade pela aprendizagem dos alunos que o leva a executar ações que vão além da simples interpretação das aulas.

A dificuldade dos estudantes com a Libras e a questão dos mesmos não estarem alfabetizados, são determinantes para o Intérprete iniciar um trabalho diversificado com seus interlocutores, que incluía o uso de outros meios para transmitir significados, como o uso de meios mais visuais, concretos e alternativos. Outro fato relevante e que demonstra a atividade alfabetizadora do Intérprete é a prática contínua de atividades extraclasse para que ele mesmo possa explorar os conteúdos trabalhados durante as aulas, com os estudantes surdos.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pensar que os alunos que possuem deficiência auditiva dominam por completo a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é enganoso. Sendo este um fato que deve ser levado em consideração na inclusão desses estudantes em sala de aula, pois, essa realidade nos remota a pensar no papel do intérprete de Libras nas aulas e o próprio sentido do que é uma sala de aula inclusiva para alunos com deficiência auditiva, o qual não se resume à simples presença do intérprete de Libras na sala de aula, afinal, de nada adiantaria o intérprete de Libras realizar as interpretações se o aluno

desconhece a grande maioria dos sinais e da estrutura da linguagem. O trabalho do Intérprete é fundamental para a inclusão dos alunos com deficiência auditiva no cotidiano escolar, pois além da questão linguística, muitos professores não estão preparados para trabalhar com alunos com deficiência auditiva. Todavia, o trabalho do Intérprete não pode se resumir a mera interpretação das aulas. Este trabalho nos proporcionou visualizar as principais dificuldades que um Intérprete em início de carreira enfrenta ao interpretar as aulas tanto no Ensino Fundamental I e II.

Uma formação mais específica para o Intérprete de Libras em sala de aula se torna necessária. Também se conclui com este estudo que o Intérprete toma para si a responsabilidade pela aprendizagem de seus interlocutores. Logo, vislumbramos a prática de um sujeito que busca várias formas de ação, que vão muito além da interpretação das aulas, para alcançar a aprendizagem de seus estudantes.

No entanto, mesmo se tornando responsável da alfabetização dos estudantes com deficiência auditiva, o fato não isenta o professor, seja ele professor da Educação Fundamental I e II, dessa responsabilidade, e a necessidade de um trabalho conjunto entre Intérprete e professor se faz necessário para que uma real inclusão dos alunos com deficiência auditiva possa ocorrer. Entretanto, ao se tornar responsável pela aprendizagem dos estudantes surdos o Intérprete reinterpreta o seu papel em sala de aula, assim como também das relações que estabelece com os mesmos.

Não nos resta dúvidas que ao entendermos que os laços traçados entre professor e estudante são necessários à aprendizagem. Aquino (1996), quando o Intérprete assume também essa responsabilidade, conclui-se que também devemos pensar nos laços que se estabelecem entre o Intérprete e os estudantes, destacando-se assim, a necessidade do aprofundamento de estudos de todas as questões aqui colocadas que venham corroborar para uma inclusão concreta na prática e os inúmeros papéis do Intérprete em todo esse processo.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, J. R. G. **A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento.** In: AQUINO, J. R. G. (Org). Indisciplina na Escola: Alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus editorial, 1996.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Portugal: Porto Editora, LTDA, 1994.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996.

BRASIL, Resolução CNE/CEB Nº 2 de 11 de setembro de 2001, institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. 2001.

BRASIL, Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. 2002.

BRASIL, Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. 2005.

CAMPELLO, Ana Regina e Sousa. **Pedagogia Visual / Sinal na Educação de Surdos**. Estudos Surdos II / Ronice Müller de Quadros e Gladis Perlin (organizadoras). Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007.

CAPOVILLA, Fernando C., Raphael, Walkiria, Macedo e Eliseu. **Manual Ilustrado de Sinais e Sistema de Comunicação em Rede para os Surdos**. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

FELIPE, T.A. **LIBRAS em Contexto: Curso Básico**. Livro do Estudante. 5 ed. Rio de Janeiro: LIBRAS Editora Gráfica, 2005.

[INEP MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/censo-escolar](http://portal.inep.gov.br/censo-escolar) Acessado Agosto de 2020.

KYLE, J. O. **Ambiente Bilíngue: Alguns comentários sobre o desenvolvimento do Bilingüismo Para os Surdos**. In: SKLIAR, C. (Org). Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos. 1v. Porto Alegre: Mediação, 1999, 15 -26.

LANE, Harlan. **A Máscara da Benevolência: a comunidade surda amordaçada**. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

LEBEDEFF, Tatiana Bolivar Lebedeff; ROSA, Fabiano Souto; BORDA, Adriane Borda; AROSTEGUY, Julia. **Produção de Material Didático para o Ensino de Libras a Distância: Uma Discussão sobre Desafios e Superações e de Design**. Pelotas, RS: 2011.

MIORANDO, Tania Micheline. **Formação de Professores Surdos: Mais Professores para a Escola Sonhada**. Estudos surdos I / Ronice Müller de Quadros (org.). Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006.

PIRES, C. L. **O Intérprete da LIBRAS - Um olhar sobre a Prática Profissional**. Anais do Seminário Desafios para o Próximo Milênio. Rio de Janeiro: INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2000. p.85-86.



PESSOTI, Isaias. **Deficiência Mental: da superstição a ciência**. São Paulo: USP, 1984.

PERLIN, Gládis. Identidades Surdas. In: SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Medição, 1998.

QUADROS, R. M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC, 2004.

QUADROS, Ronice Muller; CERNY, Roseli Zen; PEREIRA, Alice Theresinha Cybis. **Inclusão de Surdos no Ensino Superior por Meio do Uso da Tecnologia**. Estudos Surdos III / Ronice Müller de Quadros (organizadora). Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008.

REILY, Lucia. **Escola Inclusiva: Linguagem e mediação**. 3 ed. Campinas-SP: Papirus Editora, 2008.

SALLES, H. M. M. L. et all. **Educação de Língua Portuguesa para Surdos: Caminhos para a Prática Pedagógica**. Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. 2v. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

SILVA, Vilmar. **Educação de Surdos: Uma Releitura da Primeira Escola Pública para Surdos em Paris e do Congresso de Milão em 1880**. Estudos surdos I / Ronice Müller de Quadros (org.). Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006.

UNESCO, Declaração de Salamanca, Princípios, Política e Prática em Necessidades Educacionais Especiais. Paris: UNESCO, 1994.

UNESCO, Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Paris: UNESCO, 1998 VYGOTSKI, L. OBRAS ESCOGIDAS V. Fundamentos de defectologia. Madrid: Ed. Pedagógica, 1997.